

PROJECTO SEGUIMENTO
do
PROGRAMA ESTRATÉGICO DE NAMPULA

RELATÓRIO ANO 1

Cruzeiro do Sul TRUST FUND

Nampula e Maputo
Janeiro de 1999

INDÍCE

Sumário Executivo	i
1. Introdução	1
2. Definição do Problema e Justificação do Projecto	3
3. Metodologias Seguidas pela Equipa	7
4. Enquadramento Teórico	9
4.1 A Dinâmica de Transformações no Espaço da Província de Nampula	9
4.2 Desenvolvimento com o Sector Familiar como Ponto de Partida	19
4.3 Mulher e Tomada de Decisões na Família e nas Comunidades Rural e Urbana	26
4.4 Comportamentos Sociais, Reflexos e Reflexos no Meio-Ambiente, Educação, Saúde, Água e Sanidade	41
4.5 Participação dos Actores na Governação e Desenvolvimento Institucional – a abordagem do “poder tradicional”	49
4.6 Participação dos Actores na Governação e Desenvolvimento Institucional – a abordagem do “estado”	60
5. Análise Sectorial	64
5.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural	65
5.2 Infra-estruturas	71
5.3 Água, Saúde e Sanidade	73
5.4 Educação Básica	76

PROJECTO SEGUIMENTO do PROGRAMA ESTRATÉGICO DE NAMPULA
RELATÓRIO ANO 1

SUMÁRIO EXECUTIVO

Com cerca de uma dezena de milhões de dólares a serem investidos na Província de Nampula, a Embaixada do Reino dos Países Baixos questiona-se: porque investir em X e não em Z? Que resultados se estão a alcançar no conjunto das actividades? O que é que se está a sacrificar com a mudança? De que pressupostos se partiu e porquê? Que correlações se devem estabelecer e quais as que foram ignoradas? Onde errámos e como podemos melhorar? Como garantir que o processo venha a multiplicar-se por si só e que Moçambique participe na concepção, planificação, gestão e avaliação dos fundos que estão sendo disponibilizados?

E como longe está o mundo de ter uma resposta uniformemente aplicável e imutável ao longo do tempo, a Embaixada do Reino dos Países Baixos convidou uma equipa de académicos moçambicanos para facilitar a reflexão conjunta sobre a temática do desenvolvimento do País e da Província de Nampula em particular. A equipa tem por finalidade contribuir para a reflexão teórica subjacente à definição de estratégias e estimular o envolvimento do maior número de parceiros possível no questionamento do quotidiano e na sua participação nos processos de tomada de decisões.

A partir do diagnóstico da situação actual com base em documentação secundária, em informação estatística, entrevistas a pessoas-chave e visitas a locais seleccionados, foi possível identificar as principais áreas problemáticas em causa: (i) agricultura e desenvolvimento rural; (ii) infra-estruturas; (iii) água, saúde e sanidade; (iv) educação básica; (v) meio-ambiente; e (vi) participação na tomada de decisões. Com o levantamento bibliográfico e a experiência acumulada pelos membros da equipa foi possível identificar as regularidades na ocorrência dos fenómenos. Foram então estabelecidas as correlações internas e as tendências que, com suporte na elaboração teórica já existente, permitiu a formulação de hipóteses. Estas hipóteses foram apresentadas aos mais diversos parceiros em Nampula e Maputo tendo resultado na elaboração de um modelo analítico específico para Nampula, cuja aplicação derivou em conclusões e recomendações para o PEN.

O diagnóstico teve como suporte a identidade histórica e cultural da Província de Nampula, tendo sido realçados, entre outros, dois aspectos particulares: a inexistência de tradição histórica e cultural de poder centralizado e a falta de uma prática participativa na tomada de decisões. Às chefaturas independentes vieram juntar-se as igrejas, os comerciantes, as empresas e o Estado, como poderes paralelos onde o diálogo dificilmente tem lugar e donde sai prejudicado o processo do desenvolvimento.

Sabendo-se que o nível médio dos salários rurais é desvantajoso em relação aos rendimentos auferidos na produção para o mercado e que o investimento na agricultura de escala constitui ainda risco de monta para absorver significativa percentagem da força de trabalho disponível, optou-se como ponto de partida para o desenvolvimento, o sector familiar. Mas importa realçar a ausência de poupança em dinheiro por parte deste sector o que impossibilita a sua transformação em unidade

económica com possibilidade de tomar opções conforme as oportunidades e os constrangimentos do mercado. Por outro lado, aponta-se como dificuldade principal o custo de oportunidade de utilização da força de trabalho entre o uso produtivo no sector agrário e as actividades no mercado informal ou na prestação de serviços, maioritariamente pelos membros masculinos da família. Assim advoga-se a indispensabilidade de se aumentar a produtividade em paralelo com a introdução de novos produtos com mercado e o adicionamento de valor através da agro-indústria de pequena e média escalas.

Mas, para que o desenvolvimento atinja todos os membros da família rural é necessário que as relações de género não venham a marginalizar a mulher no processo de tomada de decisões económicas, sociais e familiares. Argumenta-se assim que, perante a diversidade cultural de Moçambique, a ausência de um discurso ideológico homogéneo - consubstanciado na Igreja, na Escola ou na codificação dos Direitos Consuetudinários – é a mais efectiva garantia para que as relações de género venham a constituir dinâmicas próprias tendentes ao aumento gradual da participação da mulher nos processos de tomada de decisão. Sugere-se como condição para que tal aconteça a valorização relativa do trabalho agrário em que a mulher participa.

Por outro lado, a utilização dos recursos para as actividades agrárias tem de ter em conta o uso inter-geracional, não os esgotando nem diminuindo o seu potencial produtivo. O estudo avança como linhas de acção para a utilização sustentável dos recursos, o aumento dos níveis de rendimento individual e familiar em paralelo com a gestão participativa da terra e o controlo da densidade e mobilidade populacional em função dos recursos e das tecnologias disponíveis.

Argumenta-se que água, saúde, sanidade e educação, para além de serem direitos fundamentais dos cidadãos são investimento no desenvolvimento do capital mais valioso de qualquer País. Apresenta-se como o grande desafio a velocidade da actuação dos efeitos multiplicadores que se manifesta no binómio quantidade-qualidade. Sugere-se como linha mestra de actuação a articulação entre os sistemas formais, não-formais e informais da prestação de serviços e a ênfase na prevenção da depauperização do capital humano.

Por último, a fechar o círculo, o relatório debruça-se sobre a participação dos actores na governação e desenvolvimento institucional. São apresentados dois trabalhos sobre abordagens diferentes mas complementares à problemática da governação em democracia. Por um lado a necessidade de incorporação das instituições reconhecidas pelas comunidades rurais moçambicanas, as chamadas autoridades tradicionais, e por outro o papel do Estado na facilitação do diálogo e como catalisador do desenvolvimento económico e social. Argumenta-se que o Estado não deve substituir as instituições locais mas promovê-las a níveis de participação nos processos de tomada de decisão cada vez mais elevados.

Um segundo bloco do relatório está reservado à análise sectorial das actividades suportadas e desenvolvidas com o contributo da Embaixada do reino dos Países Baixos. Trata-se de uma abordagem primária sobre os vários projectos em curso e em consideração que irão ser objecto de análise detalhada durante o Ano 2 do Projecto Segui. A principal preocupação no Ano 1 foi a formulação do quadro analítico onde irá decorrer a auto-avaliação de cada um dos projectos e em que irão assentar as

actividades suportadas pelo Reino dos Países Baixos. No Ano 2, proceder-se-á à análise detalhada de cada um dos projectos e à identificação de demais actividades junto dos receptores, executores, parceiros e governos provincial e distrital.

Como conclusão é apresentado o modelo analítico para a Província de Nampula que assenta em quatro eixos principais: taxa de poupança, direitos fundamentais, tecido institucional e participação na tomada de decisões. Entre estes eixos estabelecem-se relações de causalidade e de correlação que permitem identificar onde investir, porque investir e como investir.

O exercício de aplicação do modelo concebido foi feito pela equipa a partir das constatações feitas no terreno sobre a realidade da Província. Conclui-se que no referente à taxa de poupança é imprescindível o aumento do rendimento per capita e a mobilização da poupança. Para tal recomenda-se a criação de mecanismos de recolha e divulgação sistemática sobre mercados e produtos alternativos. Como forma de mobilização da poupança recomenda-se o envolvimento da banca para a ligação entre a poupança das concessionárias e privados e o investimento em programas de fomento e agro-industriais junto do sector familiar.

No eixo do tecido institucional identificaram-se como objectivos a alcançar a diminuição dos custos de transação e a promoção da equidade na distribuição dos rendimentos. Uma vez que os elevados custos de transação que actualmente se fazem sentir em muito dependem da insegurança do exercício dos direitos de propriedade devido aos roubos e às queimadas, recomenda-se que o PEN estude junto com o Governo e com a sociedade civil uma acção concertada para diminuir os custos actuais. No referente à promoção da equidade no acesso à informação é recomendada a realização de um seminário sobre o Desenvolvimento da Província de Nampula que conte com a participação de vários parceiros envolvidos.

A variável da participação na tomada de decisões indica como objectivos para o PEN a procura de formas concretas que conduzam à crescente legitimidade do poder do Estado, bem como, o contributo para a criação de condições materiais e humanas para o exercício do poder ao nível do Distrito/Localidade. Recomenda-se que para fortalecer a legitimidade do Estado se devam constituir conselhos representativos das várias forças sociais e económicas ao nível do Distrito e/ou Localidade. E para que o poder possa ser exercido sugere-se a criação de um programa de capacitação do Estado ao nível do Distrito.

No domínio da variável da concretização dos direitos humanos foram identificados como objectivos a massificação dos serviços sem pôr em causa a sua qualidade, a sustentabilidade do uso dos recursos e uma maior uniformidade na distribuição regional dos investimentos no capital humano. Para tal é recomendado que se continuem a apoiar as acções em curso, tendo em consideração as relações de género, a saúde preventiva e todas as formas de educação não-formal. É igualmente recomendada a realização de seminários sectoriais com vista à coordenação entre as várias instituições envolvidas. Na área do meio-ambiente sugere-se a definição de um plano estratégico que tenha em vista a produção de efeitos imediatos e auto-multiplicáveis ao nível provincial. Fez-se depender o grau de uniformidade na distribuição regional dos investimentos no capital humano das vias de comunicação, recomendando-se para tal a capacitação dos distritos para trabalhos de manutenção e a

definição de responsabilidades e incentivos para as empresas que fazem trabalhos de abertura e de manutenção de vias.

1. INTRODUÇÃO

Cerca de uma dezena de milhões de dólares têm estado a ser investidos pelo Governo dos Países Baixos no Programa Estratégico de Nampula (PEN) que tem por principais objectivos a segurança alimentar do sector familiar, o aumento da sua participação na economia de mercado, o estímulo à comercialização pela facilitação de acesso ao crédito, a autoconfiança nas suas próprias capacidades, a melhoria dos serviços rurais e urbanos de abastecimento de água potável, da educação, de saúde, de comunicações e do acesso à terra, na condição de se preservar a identidade cultural e o uso sustentável dos recursos.

As actividades em curso desenvolvem-se em mais de uma vintena de projectos e actividades e cobrem seis grandes áreas: produção, comercialização, infra-estruturas, serviços, meio-ambiente e capacitação local.

Na área da produção as actividades estão com a investigação agrária, a extensão rural e agrícola, o fornecimento de insumos agrícolas, o desenvolvimento da capacidade local de transporte e pequenos regadios, a melhoria de informação aos produtores sobre o mercado, para além das relacionadas com a temática do género e do acesso, uso e segurança de posse da terra.

No domínio da comercialização há um programa orientado para crédito a pequenos comerciantes e um estudo sobre a possibilidade de estabelecimento de um sistema de armazenagem baseado em crédito por inventário ao longo do corredor de Nacala.

Estradas terciárias e urbanas, abastecimento de água potável e saneamento, constituem um conjunto de sete projectos em curso na área de infra-estruturas.

No domínio dos serviços os sectores contemplados são a saúde, com seis projectos em andamento e a educação com outros quatro projectos em fase de elaboração e experimental.

Na área do meio-ambiente há três projectos relacionados a gestão do meio-ambiente urbano, a utilização de um fundo para a reabilitação ambiental e o apoio ao programa de desminagem.

Por último há dois projectos que têm por objectivo a capacitação dos vários intervenientes locais na planificação distrital e no acesso à informação através do estabelecimento de redes de comunicação horizontal fazendo uso dos média.

As actividades que constituem o programa têm sido acompanhadas e avaliadas regularmente de acordo com os procedimentos normais dos projectos com financiamento holandês. Contudo, face à dimensão dos investimentos em causa, à grande variedade de áreas de acção, ao carácter de longo prazo da intervenção holandesa, à preocupação crescente com a sustentabilidade económica das actividades iniciadas com fundos da cooperação internacional, às rápidas mutações sociais, políticas e económicas que se têm feito sentir à escala global e ainda, às múltiplas implicações do binómio reajustamento-democracia, o Governo dos Países Baixos julgou ser necessário recrutar um grupo de

académicos moçambicanos que constituíssem a "consciência crítica" do Programa Estratégico de Nampula.

Foi assinado um acordo entre a Embaixada e o Cruzeiro do Sul com a duração de três anos com o objectivo de contribuir para a reflexão conjunta do PEN e apoiar para a maximização dos resultados da aplicação dos recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais que estão sendo disponibilizados.

São objectivos do Projecto Segui:

- Produzir material teórico que contribua para o enriquecimento do corpo conceptual da teoria de desenvolvimento com vista à elaboração de objectivos e identificação de resultados a alcançar pelo PEN.
- Sugerir políticas de desenvolvimento a serem aplicadas pelas autoridades moçambicanas, sector privado, comunidade doadora e pela sociedade civil em geral.
- Identificar as tendências de mudança, autónomas ou provocadas, no processo histórico da Província de Nampula.
- Avaliar a relevância ("*significância*"), a eficácia e a eficiência das acções e das actividades em curso para o desenvolvimento da província.
- Avaliar os resultados dos trabalhos concluídos em função dos objectivos globais de desenvolvimento que se querem alcançar.
- Zelar pela participação metodológica dos parceiros e das comunidades na identificação dos problemas, na definição de actividades, no acompanhamento da implementação e na avaliação dos resultados.
- Identificar actividades de investigação aplicada necessárias ao PEN ou directamente relacionadas com o desenvolvimento da província.
- Acompanhar ("*monitorar*") as actividades de investigação em curso.
- Elaborar um conjunto de recomendações anuais a serem implementadas pelos vários projectos do PEN.
- Contribuir para o estabelecimento de uma prática regular na província de uma reflexão autónoma mas comprometida com o processo de desenvolvimento de Nampula.

Este é o relatório do primeiro ano de actividades do Projecto Segui, nele são analisadas as filosofias que orientam os vários projectos em curso, são dados alguns indicadores de ordem estatística, é feito o enquadramento teórico das problemáticas consideradas mais relevantes pela equipa e sugerida uma estratégia de actuação ao nível da Província de Nampula baseado num modelo analítico para o efeito desenhado. Por último, foram elaboradas as conclusões relativas ao primeiro ano de actividades que se perdem com a aplicação do modelo analítico e que contaram com o contributo de um conjunto de encontros tidos com Organizações Não-Governamentais, Empresas Privadas, Direcções Provinciais e Técnicos e Diplomatas Holandeses relacionados com o PEN.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Em termos simples e nas condições específicas da África Sub-Sahariana, o desenvolvimento tem por objectivos:

- aumentar a produção em quantidade e qualidade para consumo e para o mercado;
- melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; e
- permitir uma participação crescente e consciente de todos no processo de tomada de decisão sobre o seu próprio desenvolvimento.

A África Sub-Sahariana ainda não conseguiu produzir ou pelo menos fazer aplicar os seus próprios modelos de desenvolvimento, os governos e as agências internacionais continuam usando o corpus conceptual e as teorias produzidas no Norte. Há ainda um grande caminho a percorrer até que se consigam criar e aplicar modelos que tirem a África Sub-Sahariana da situação de pobreza e de déficit alimentar em que se encontra.

Ao longo das últimas décadas várias teorias de desenvolvimento rural que foram sendo aplicadas em África.

Nos anos 1950s e 1960s o modelo de desenvolvimento rural era o da “modernização”. Para este paradigma o desenvolvimento era fruto do crescimento económico que na agricultura se alcançava através da mecanização, agricultura de escala e exploração intensiva do recurso terra. Aos agricultores tradicionais foram reservadas as terras marginais onde o objectivo era a sua reprodução como força de trabalho para a indústria, a proletarianização do campesinato. Este paradigma da modernização não teve cor política, tanto foi adoptado por países capitalistas como pelos socialistas.

A adopção deste modelo teve por consequência um crescimento divorciado do desenvolvimento. O crescimento das grandes propriedades agrícolas foi acompanhado do empobrecimento das famílias rurais. Embora os produtores familiares tivessem segurança de acesso e de posse nas terras que lhes foram reservadas, o facto é que a sua produção não aumentou, houve um declínio na quantidade de produtos fornecidos per capita devido ao esgotamento dos solos e ao rápido aumento populacional. A poupança não teve lugar e, conseqüentemente, não houve investimento. Mais ainda, a discriminação da mulher na tomada de decisões económicas no seio da família tendeu a aumentar com a migração masculina para os centros urbanos à procura de emprego face ao cada vez mais baixo valor relativo da agricultura na economia familiar.

Nas décadas 1960s e 1970s a Revolução Verde levou ao surgimento do modelo “produtivista”. A estratégia adoptada para os produtores do sector familiar foi a maximização dos rendimentos a curto prazo, independentemente da qualidade nutricional, das taxas de alfabetização, dos níveis da mortalidade infantil e das redes de assistência médica e infra-estruturas sanitárias. Assumiu-se que a agricultura tradicional embora não fosse eficaz era “pobre, mas eficiente”, bastando tão somente

promover a transferência tecnológica através da distribuição de pacotes tecnológicos pela extensão rural.

Mas os pobres¹ não tinham dinheiro para comprar os pacotes tecnológicos e cedo, onde a Revolução Verde teve lugar, tiveram de começar a vender a sua terra aos latifundiários. O contrato da venda da terra dava ao latifundiário a obrigação de fornecer os pacotes tecnológicos e ao expropriado o pagamento pelo aluguer da terra através da venda do produto. Se no modelo anterior havia crescimento sem desenvolvimento em territórios separados, aqui houve produção com manutenção da pobreza em terras alugadas pelos “sem terra”. Em África a aplicação deste modelo tornou-se tanto mais dificultada por a possibilidade de compra dos pacotes tecnológicos ser praticamente nula e por a terra, devido à abundância, não ter valor de mercado que justificasse a sua venda.

Nas décadas 1970s e 1980s, surgiram em paralelo duas escolas de pensamento teórico sobre o desenvolvimento rural, a escola do desenvolvimento rural integrado e a escola das necessidades básicas.

O desenvolvimento rural integrado defendia a complementaridade entre a agricultura e a agro-indústria devendo, para tal, utilizar-se formas de trabalho intensivo nas grandes machambas de propriedade estatal ou privada. Era a tentativa de incorporação do dualismo sectorial estruturalista no modelo de desenvolvimento rural.

Justificar-se-ia assim a divisão das terras, a segurança de posse para a produção de alimentos estaria definitivamente assegurada e o acesso aos rendimentos em moeda viria via emprego nas grandes empresas agro-pecuárias. Acontece porém que a taxa de crescimento da oferta de emprego tendia a ser menor que a da procura uma vez que a eficiência da empresa aumenta exponencialmente com a adopção da mecanização. Não se justificava assim a necessidade de incorporar formas de trabalho intensivo nas operações agrícolas da empresa. Por outro lado o salário médio agrícola era tão baixo que não se podia apresentar como substituto viável à necessidade de aumento de rendimentos na machamba familiar.

O Estado ficou perante o dilema de pressionar as empresas a adoptarem formas de trabalho intensivo com salários mais altos para resolver um problema social mas aumentando os custos da produção por unidade ou tirar os rendimentos do aumento da produção e aplicá-los mais tarde no desenvolvimento comunitário. A prática veio a demonstrar que somente em condições muito particulares e com forte intervenção exógena é que a complementaridade harmoniosa entre sectores veio a resultar, uma vez mais não houve desenvolvimento mas perpetuação do *status quo* do dualismo sectorial.

Era uma posição defensiva e passiva em relação às camadas mais pobres ou mais marginalizadas do sector familiar. Defensiva porque se auto-propôs de proteccionista dos interesses do Estado e dos privados nos mega-projectos como, por exemplo, o dos

¹ Para este efeito considera-se como pobre todo aquele cujo retorno por unidade de trabalho não permite a poupança, em termos agregados serão todos cujos rendimentos estão abaixo da linha de pobreza absoluta.

400.000 has em Moçambique e outros do Plano Prospectivo Indicativo². Passiva porque não induziu ao investimento no sector familiar mas tão somente à preservação do *status quo* produtivo, ou seja dos baixos níveis de produtividade, da dependência dos produtos convencionais de consumo e de exportação e da perpetuação da baixíssima taxa de poupança.

A teoria das necessidades básicas tinha por objectivo principal o alívio da pobreza em programas especiais orientados para os pequenos agricultores e outros grupos vulneráveis das comunidades rurais. Era um modelo orientado para dentro, resolver as carências de consumo alimentar independentemente da integração no mercado. O “campesinato não-capturado” pelo mercado que se contenta com a auto-suficiência, estudado por Chayanov no início do século na Rússia, nada tem a ver com o campesinato africano que, pelo menos desde o Séc. X, participa em complexas redes de comércio à distância que hoje se manifestam no preponderante papel do mercado informal na economia doméstica.

A procura de camponeses em terras remotas, mesmo que marginais ao mercado, passou a ser preocupação de estudiosos nos finais da década 1970 e início da de 1980. A terra, em particular a sua localização relativa, não constituía um problema uma vez que o objectivo era a produção para a satisfação pura e simples das necessidades alimentares. Foi o tempo do Niassa em Moçambique e de outras iniciativas do Estado que conduziram à sobrevivência sem crescimento das gentes que viviam em terras marginais³.

Nas últimas duas décadas, 1980s e 1990s, surgiu a escola do “desenvolvimento induzido”. Os conceitos neo-liberais do Banco Mundial do “*get prices right*”, orientaram para a aplicação dos programas de reajustamento estrutural de forma uniforme um pouco por toda a África. A paridade internacional das moedas nacionais exigia o aumento das exportações de matérias primas nacionais e o aumento de competitividade no mercado internacional. Para alcançar este objectivo importava desenvolver formas de propriedade privada da terra para que esta pudesse servir de colateral para o crédito, constituísse um óptimo incentivo ao investimento e pudesse servir de fonte de rendimento através do aluguer.

Mas na maioria dos países os produtores rurais de matérias primas eram os pobres que não tinham acesso a insumos nem respondiam à procura do mercado quando os preços tendiam a cair. As famílias rurais continuam dependentes dos créditos em insumos, não tendo uma taxa de poupança que lhes permita tomar decisões económicas para além da quantidade de tempo de trabalho a adjudicar à agricultura ou fora dela. Em lugar de reorientarem a produção para culturas com maior valor no mercado, como seria de desejar, aumentam as áreas de cultivo à custa do trabalho feminino e infantil, ou migram para os centros urbanos. O aumento da criminalidade chegou a níveis inoportáveis e o descontentamento social rapidamente alimentou inúmeros conflitos baseados nas identidades culturais de carácter étnico, regional ou

² Trata-se de um macro-plano de desenvolvimento de Moçambique para a década 1980-1990 no âmbito e com as características da economia centralmente planificada, uma das principais aberrações foi ter-se constituído uma empresa estatal para a gestão de 400.000 has de algodão no Norte de Moçambique.

³ A Operação Produção consistiu no envio de desempregados e descontentes com o regime de todo o País para as isoladas zonas de Niassa com vista a criarem riqueza nacional através da produção de excedentes agrícolas.

religioso. O velho sistema do Banco Mundial de treino e visita aos produtores individuais não se aplica mais a África, pelo simples facto da renda marginal ser bem menor da alcançada no mercado informal. As imperfeições dos mercados são bem mais complexas do que o modelo tinha por pressuposto e ao Estado volta a competir a direcção da “mão invisível” do mercado.

Hoje, cerca de 70% da população rural de Moçambique continua vivendo abaixo do nível mínimo de consumo, em média é necessário caminhar 46 Kms para se chegar a um médico e 66 Kms para ir às aulas do ensino secundário. Cerca de 35% da população não tem acesso a água potável, só 40% dos adultos é que sabe ler e escrever e só 24% das mulheres é que são alfabetizadas. As famílias rurais constituem 85% da população economicamente activa mas a sua contribuição para o PIB é somente de 30%. As culturas industriais de algodão, mafurra e caju, que tanta esperança de mudança de vida levantam no mundo rural, somente representam 10% do Produto Interno Bruto.

Perante esta situação, de modelos inoperacionais e de realidades confrangedoras, justifica-se que programas da natureza do PEN incorporem a produção teórica aplicada como parte integrante das suas actividades. A História tem demonstrado que a inclusão da crítica metódica, sempre que ela acontece, é a melhor garantia para o sucesso das acções que são levadas a curso.

Fazer questões tão pertinentes como: porque se investiu em X e não em Z? que resultados se estão a alcançar no conjunto das actividades? o que é que se está a sacrificar com a mudança? de que pressupostos se partiu e porquê? que correlações se devem estabelecer e quais as que foram ignoradas? onde errámos e como podemos melhorar? pertencem ao domínio da crítica que tem por objectivo o desenho de modelos e a construção de teorias para o aumento da relevância, da eficiência e da eficácia das actividades.

Mas o exercício analítico só pode alcançar os objectivos a que se propõe se for regular, autónomo e responsável. O acompanhamento responsável, aquele em que o analista toma parte na implementação com vista ao permanente aperfeiçoamento, é uma metodologia que requer continuidade e comprometimento. A continuidade pensa-se assegurada pelo desenho do projecto para um período de três anos e o comprometimento advém do facto dos elementos da equipa serem escolhidos entre académicos originários da província ou estudiosos de longa data das problemáticas de desenvolvimento no Norte de Moçambique.

3. METODOLOGIAS SEGUIDAS PELA EQUIPA

A equipa de investigação é composta por um núcleo central e um conjunto de pessoas de recurso. O núcleo central é constituído por académicos enquanto que as pessoas de recurso foram seleccionadas de acordo com os tópicos em questão, a sua experiência profissional e conhecimento da realidade da Província de Nampula.

Os membros da equipa foram seleccionados entre pessoas originárias da província ou estudiosos e profissionais com longa experiência na análise das problemáticas do Norte de Moçambique.

O núcleo central é composto por:

Especialista em economia de desenvolvimento – Prof. Doutor José Negrão
(Coordenador);

Especialista em assuntos do género – dr^a Isabel Casimiro;

Especialista em dinâmicas de transformação cultural – Prof. Doutor Luís Filipe Pereira;

Especialista em processos políticos e direitos humanos – dr. Adelino Zacarias Ivala;

Especialista em administração estatal – dr. Joaquim Sousa Cruz;

Auxiliar de Investigação em comportamentos sociais – dr^a Margarida Paulo.

As pessoas de recursos abrangem as áreas de planificação, saúde, educação, meio-ambiente, trabalho e análise de dados.

Inicialmente procedeu-se à análise da documentação de todos os projectos integrados no PEN e tentou-se recolher informação estatística relevante para a construção de vários indicadores que foram identificados em conjunto.

Da análise dos documentos dos projectos e dos dados estatísticos disponíveis passou-se à fase de entrevistas direccionadas para a identificação de regularidades na ocorrência de fenómenos. Foram então estabelecidas as correlações internas e as tendências que, com suporte na elaboração teórica já existente, permitiu a formulação de hipóteses e a consequente elaboração de políticas e recomendações que ora são apresentadas.

A formulação das hipóteses foi em primeiro lugar realizada conjuntamente entre os membros da equipa que as apresentou à Delegação da Embaixada dos Países Baixos em Nampula, às Organizações Não-Governamentais e a alguns agentes económicos privados da Província, bem como à Embaixada em Maputo, como forma de garantir o seu envolvimento na análise e na formulação de políticas e recomendações ao PEN. A partir dos contributos recebidos com a apresentação da primeira versão do relatório foi elaborada um modelo analítico específico para Nampula e elaboradas as principais conclusões sobre a orientação dos projectos do Reino dos Países Baixos, bem como, sobre a continuidade do Projecto Segui no Ano 2.

Neste primeiro ano de actividades foram identificados alguns problemas e falhas que importa rectificar. Em primeiro lugar foi a necessidade de incorporação de um especialista em administração estatal. Caracterizando-se a Cooperação Holandesa por não ter uma agência de desenvolvimento como acontece com a maioria dos grandes

países doadores de Moçambique (p.e. a Alemanha tem a GTZ, a Suécia a ASDI, os UEA a USAID), a sua intervenção é, prioritariamente, através do Estado. Por isso foi necessário incluir um especialista em questões relacionadas com a administração estatal e os mecanismos de representatividade dos cidadãos.

Uma segunda dificuldade foi a do funcionamento da equipa. A articulação entre o núcleo central e as pessoas de recurso, por um lado, e entre Nampula e Maputo, por outro lado não foi fluida e não produziu os efeitos desejados. Torna-se imprescindível que em 1999 se estudem mecanismos para melhorar a articulação a estes dois níveis. Uma das formas de melhorar a comunicação é um maior número de visitas do Coordenador à Província de Nampula junto com um contacto mais regular através de e-mail e de telefone.

Uma outra área em que se sentiram dificuldades foi na administração do projecto. As démarches administrativas únicas e simplesmente não funcionaram a tempo e com a celeridade desejada. O acumular de funções de coordenador com a de administrativo do projecto não deu resultado. Por essa razão contratou-se uma secretária para o Projecto que toma conta da área administrativa, financeira e das relações entre os vários membros da equipa.

Por último notou-se a falta de um espaço físico para os encontros dos membros do núcleo central em Maputo. Só ultimamente é que se teve da OIKOS/Campanha Terra a amabilidade da disponibilização das suas instalações para os encontros do projecto. Todavia é necessário ter algum equipamento e mobiliário, como máquina de fotocopiar e estantes para arquivo do material de referência, bibliografia e demais documentação do e para o Projecto

4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

4.1 A DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DA PROVÍNCIA DE NAMPULA

O tratamento desta temática obriga a caracterizar o grupo étnico-cultural Macua que ocupa a Província de Nampula e se estende pelas Províncias da Zambézia, Cabo Delgado e Niassa.

A abordagem sob ponto de vista teórico rejeita o conceito de tribo desenvolvido pelos sistemas coloniais, bem como a concepção desenvolvida na primeira fase da Independência de que o tribalismo se identificava com o feudalismo e obscurantismo e constituía impedimento à unidade nacional. A questão da etnicidade está hoje bem presente em vários países da África, da Ásia ou da Europa.

Os Macuas como grupo étnico-cultural e linguístico caracterizado por consciência comum e identidade cultural não são uma identidade homogénea e estática. Há relações complexas estabelecidas no interior do grupo entre os diversos clãs e segmentos de linhagem que provocaram mudanças profundas devido a factores históricos internos e externos. Houve papéis diferentes assumidos ao longo do processo histórico nas reacções ao poder colonial pelos macuas do litoral e os do interior, como por exemplo na actividade comercial, no negócio do marfim ou da escravatura.

Dentro da estrutura clânica podem observar-se como evoluíram as chefaturas, as relações de dependência e de liderança, as lutas pelo poder, as ocupações diferentes na divisão do trabalho entre homens e mulheres, os conflitos e alianças entre as linhagens, as guerras e os problemas resultantes para a produção agrícola, enfim, as diferentes manifestações culturais e religiosas dentro do grupo.

Nos anos seguintes do Projecto Segui muitos dos pontos aqui tratados mereceram outro tipo de análise e aprofundamento posterior.

A sociedade Macua-Lomwe vivia organizada em pequenos segmentos de linhagem desde o Séc. XV e ocupava um vasto território desde o Oceano Índico à fronteira do actual Malawi, ficando a norte o Rio Messalo e a sul uma margem do Zambeze.

Trata-se duma sociedade matrilinear e exogâmica, o que significa que o casamento se deve fazer fora da sua linhagem ou clã (*Nihimo*). O *Nihimo* é uma entidade mística que marca a origem ancestral que liga os antepassados mortos e os descendentes vivos da mesma comunidade, mas sempre por linha feminina.

Cada segmento de linhagem, cada chefe de terras está associado a um território específico e bem delimitado. O clã, unidade sociocultural mais ampla estende-se e não está por isso confinado a um determinado território específico por força da exogamia clânica. Os filhos de um casal nestas sociedades pertencem sempre ao *nihimo* da mãe. O homem vindo de fora e de outra linhagem quando se casa integra-se na célula

familiar da mulher. Ele integra-se também na produção agrícola quotidiana nas terras da sua sogra. O tio materno que tem um papel determinante na educação das crianças também assume a responsabilidade de distribuir as terras pelas suas sobrinhas casadas, onde o casamento é matrilocal e pelos sobrinhos uterinos que residem naquele território. Na dependência do nihimo de qualquer comunidade há um chefe de família matrilinear que é também chefe espiritual e político que se designa por *mwene*. A primeira mulher, a irmã do *mwene* e a sobrinha uterina do *mwene*, denominada *piamwene*, constituem figuras importantes do clã.

A economia agrária na sociedade Macua teve sempre uma importância considerável. Nesta zona, onde a terra era abundante e os instrumentos de produção escassos, era o Homem o factor de produção principal. O controlo do processo económico não repousava na apropriação dos meios produtivos, mas antes no controlo do produtor e da sua reprodução. A chave do poder e da riqueza não estava nestas sociedades no controlo da terra, mas no controlo dos homens e das mulheres através dos quais se garantia a produção da riqueza.

Evidências linguísticas indicam a existência duma migração pré-Macua para sul, em direcção ao norte de Moçambique, entre 500 e 1 000 da nossa era. De acordo com Nurse e Mbwilza os Macuas desenvolveram-se dum grupo destes migrantes que se moveram para o litoral norte de Moçambique e se fixaram na zona do Rio Montepuez, onde casaram e assimilaram as populações de caçadores e recolectores pré-bantu da região. Mbwilza refere que os escritos dos primeiros viajantes, entre os Séc. X e XII corroboram com o argumento de Nurse. Subsequentes migrações mais para o sul conduziram à formação dos Lomwe e Lolo. Por volta do Sec. XV este processo de migração e assimilação dos povos pré-bantu estava completo, com os Macuas emergindo como um grupo linguístico dominante na área.

Nos finais do Sec. XV o território dos Macuas foi invadido pelos povos Maraves, constituídos por diferentes grupos, que nos Sec. XVI e XVII se fixaram na região norte do Zambeze conquistando a população aí existente. Estes Maraves designados por Zimbabue tinham capacidade militar e o seu objectivo principal era encontrar uma saída para o mar que favorecesse a sua actividade comercial e os pusessem em contacto com os entrepostos swahilli da costa oriental. Nesta perspectiva impuseram a sua dominação aos Macuas-Lomwe e na luta pelos seus interesses entraram em conflito com os portugueses que haviam ocupado o Vale do Zambeze. No Sec. XVII os Maraves, chefiados por Muzura, consolidaram um Estado poderoso no norte do Zambeze.

No Sec. XVIII os Yao, povos matrilineares do norte, estabeleceram contactos com os Macuas por causa do comércio do marfim que se havia deslocado de Quíloa para Moçambique. Foi nesta altura que o comércio do marfim atingiu o seu apogeu. A exportação do marfim fazia-se pela Ilha de Moçambique. Os Yaos, povos experimentados no comércio participaram activamente no tráfico da escravatura, a partir do Sec. XVIII.

Alguns autores são de opinião que os factores que contribuíram para a alteração gradual da estrutura de parentesco dos Macuas entre os Sec. XVI e XVIII foram: a invasão dos Zimbabue, o comércio de longa distância, particularmente o marfim e

escravos, conflitos entre linhagens e a Islamização nos finais do Sec. XVIII, que coincide com o desenvolvimento de comércio do marfim e escravos.

A adesão ao islamismo parece tratar-se duma adesão individual de pequenas linhagens como alternativa ao controlo rígido das linhagens superiores.

Quando os portugueses chegaram à costa de Moçambique, fins do Sec XV na procura do ouro, existia na África Oriental, ao longo da costa, uma civilização swahili que se caracterizava por ser já urbanizada, marítima e comercial, estendendo-se desde Mogadixio até Sofala. O comércio era controlado pelos swahilis e árabes.

Com excepção da penetração feita ao longo do vale do Zambeze desde o Sec XVI - sistema de *prazos*, os portugueses não conseguiram penetrar para o interior do território mais do que 10 km, antes da ocupação efectiva que data dos fins do Sec XIX, princípios do Sec XX. O potentado afro-islâmico de Angoche que foi bastião da resistência, só foi submetido em 1910.

Os reinos afro-islâmicos da costa ofereceram sempre uma grande resistência à ocupação do território. Os mais importantes, junto da Ilha de Moçambique, foram:

- Sancul - Baía de Mocambo, ao sul da ilha, entre Lumbo e Mogincual;
- Sangage - Rio Metomede, a sul da ilha;
- Angoche - no Estuário do Rio Meluli, a Sul da ilha;
- Quitangonha - na zona de Matibane - Nacala, a norte da ilha.

Os portugueses, numa tentativa de controlar os circuitos comerciais tentaram incorporar as chefaturas swahili na administração das chamadas terras firmes, na zona frontal à Ilha de Moçambique, mas elas com a sua habilidade diplomática e experiência mantiveram sempre a sua autonomia.

O poder político do povoamento swahili cresceu muito com o tráfico da escravatura desde o Sec XVIII, o que nos leva a supor que teria havido uma articulação estreita no comércio de longa distância entre os povos swahili da costa e as chefaturas macuas do interior. Vejamos o que se passou com o negócio da escravatura. Não é fácil avaliar, à luz da nossa época e com os valores actuais, o que teria sido a violência deste terrível negócio da escravatura. Quem participou nesta complexa operação?

Foi a partir dos fins do Sec XVIII, depois da importância que tiveram o ouro e o marfim para a economia colonial, que se incrementou o negócio da escravatura.

Os Indianos a quem foram concedidos alguns privilégios de comércio fixaram-se na Ilha de Moçambique a partir do séc. XVII. Mercê do conhecimento do comércio no Índico e da habilidade de penetração para o interior trocam panos e quinquilharias do Oriente com as riquezas africanas como o ouro, o marfim e os escravos. Tiveram um papel determinante na economia como intermediários que se manteve quase até aos nossos dias.

Foram as necessidades de mão-de-obra barata para as plantações de cana de açúcar das Ilhas Francesas das Mascarenhas que estimularam os interesses dos mercadores portugueses, dos governantes coloniais e de todos os comerciantes residentes na Ilha de Moçambique e mais tarde de outros pontos da costa.

As fontes de recrutamento de escravos, nas Comores e Madagascar começaram a escassear e os franceses encontraram em Moçambique a melhor fonte de recrutamento. Estabeleceram os acordos com o governo colonial, passaram a ser os grandes senhores da região, na altura em que Moçambique deixa estar dependente da Índia e ganha a autonomia administrativa e financeira (1752).

O tráfico de escravos aumentou substancialmente no Sec XIX. A troca de tecidos e armas por milhares de escravos por ano pressupõe a existência de redes organizadas de intermediários capazes de escoar para a costa aquela quantidade de escravos. Existiam zonas privilegiadas de razia e captura, caminhos longos controlados pelas chefaturas beneficiárias, homens armados que faziam acompanhamento daquelas filas de escravos até ao litoral onde se instalavam as feiras e se realizavam os negócios de compra e venda. Morreram milhares de escravos por ano no trajecto ou nas feitorias a espera de embarque. Estima-se que entre 1750-1900 mais de quatro centenas de milhares de escravos partiram para as Ilhas do Indico, para as Américas, Golfo Pérsico e Oriente.

A Macuana foi uma das zonas mais sacrificadas por este flagelo. O negócio da escravatura acentuou a luta de interesses contraditórios, os conflitos entre os clãs. Foi nesta altura que surgiram alguns Chefes poderosos em Cambira e Uticulo. Estas chefaturas tinham relações estreitas com os reinos Afro-Islâmicos da costa que controlavam directamente este processo transoceânico e estabeleciam os contratos com os mercadores portugueses, indianos, ou árabes.

A abolição da escravatura que prosseguiu clandestinamente até aos princípios do século XX deparou-se com grandes resistências dos colonos e dos governos coloniais que obtinham grandes proventos com este negócio e ainda das chefaturas swahilis e macuas que beneficiavam também com este tráfico.

Alguns autores como Alpers pretendem encontrar aqui as raízes do subdesenvolvimento. As perdas humanas de jovens em plena fase produtiva foram incalculáveis, desorganizaram-se as estruturas sociais e clânicas, enfraqueceu-se a capacidade económica e política destes povos macuas. Mas as marcas profundas ficaram registadas na mente das pessoas e reflectem ainda hoje no seu comportamento.

Apesar das famílias alargadas absorverem os produtores de origem cativa as diferenciações sociais entre os que são de origem swahilis, estrato dominante que maiores benefícios auferia com o negócio da escravatura e as populações livres de origem escrava ainda hoje se podem observar. Nos actos importantes da vida, como por exemplo no casamento, os extractos dominantes funcionam em ciclo fechado.

Uma vez abolido o tráfico de escravos era preciso encontrar outras fontes de receita e explorar a mão-de-obra existente. A alternativa viável era a agricultura. Nampula oferecia condições bastante favoráveis para as oleaginosas.

À Inglaterra não interessava mais o trabalho escravo mas o trabalho livre e assalariado, a mão-de-obra barata para objectivos industriais. Daí a procura que as economias ocidentais fizeram das oleaginosas, amendoim, borracha, copra e óleo de palma. A introdução das oleaginosas representa a última fase do capitalismo mercantil e a transição para o período imperialista de colonização efectiva. A escravatura dá lugar ao trabalho forçado na economia de plantações, onde se instalam as grandes Companhias Majestáticas e concessionárias como a companhia de Moçambique e a companhia do Niassa . Os camponeses passam agora a produzir para o mercado internacional.

A incapacidade de Portugal explorar as colónias força o governo colonial a ceder em Moçambique grandes extensões de terra a companhias estrangeiras (onde predomina o capital alemão, inglês e francês) que possuem o direito sobre os recursos naturais e controlo das populações, o monopólio do comércio da exploração mineira, da atribuição de terras, do pagamento dos impostos.

Estas companhias ocuparam as províncias de Manica e Sofala, Niassa e Cabo Delgado e algumas outras a província da Zambézia mas, a sua administração não abrangeu directamente a província de Nampula.

Depois da conferência de Berlim em 1884/85 Portugal devia prosseguir a ocupação colonial e efectiva e promover o desenvolvimento económico nas suas colónias. Como a situação de Portugal era precária, a única saída foi a de fazer concessões durante um certo tempo às Companhias Majestáticas na esperança de atrair investimentos.

Para além do trabalho forçado o sistema colonial impôs uma política de baixos salários e introduziu o imposto palhota compulsivamente para ser pago em géneros ou espécie.

Para fugir à violência do imposto palhota e da exportação da força de trabalho feito pelas companhias algumas populações fugiram para os países vizinhos.

Quando se procede à avaliação dos resultados destas companhias pode verificar-se que as regiões onde actuaram não se desenvolveram e que o esperado investimento de capitais não teve lugar.

A ocupação colonial efectiva de Nampula não foi fácil para os Portugueses. As primeiras tentativas fracassaram porque os grandes mwene macuas, os chefes de linhagem Mocutu-Munu, komalu, Kuphula, Mukapera e os Scheiques da costa articularam-se contra o exercito colonial. Os Namarrais no Mossuril ofereceram grande resistência às tropas de Mouzinho de Albuquerque. Estes povos swahilli da costa e os povos do interior estavam decididos a defender o seu território e os seus interesses, conheciam o terreno e possuíam armas que tinham sido trocadas por outros produtos pelos comerciantes portugueses, franceses e indianos. A estratégia usada

pelos portugueses passou a ser então a tentativa de ocupação ao longo dos vales dos rios ainda em 1905, Lúrio, Mecubúri, Monapo, Ligonha, por linhas perpendiculares à costa. Com a utilização de armamento mais sofisticado e a divisão criada que aliciou a colaboração de algumas chefaturas do interior que estavam em conflito com os potentados escravagistas da costa foi possível fazer ocupação do território da costa para o interior e do norte para o Sul.

As consequências da ocupação colonial provocaram a destruição das unidades políticas existentes, a fragmentação em pequenas unidades em base na linhagem. Aproveitando esta situação de fragmentação política local o Estado monta em cima dela a sua máquina administrativa e colonial.

Para facilitar a actuação dos administradores e chefes de posto, o governo colonial concebe a autoridade tradicional dividindo as chefaturas em pequenos territórios.

A nova hierarquia colonial composta por régulos, cabos de terra e cipaios pretende substituir-se à hierarquia política tradicional, mas as funções do chefe de linhagem pouco se alteraram.

Nos fins do século XIX, a crescente integração das unidades domésticas e das linhagens no sistema de trocas internacionais teve também impacto sobre a organização linhageira matrilinear e sobre a residência uxorilocal da unidade conjugal. Houve um controlo rígido dos circuitos matrimoniais das alianças entre as linhagens, da integração dos jovens maridos na célula produtiva da esposa.

Aconteceu até que nas chefaturas Meto e nas regiões litorais de influência swahili, os extractos dominantes recorreram aos casamentos com mulheres e homens cativos para garantir a permanência do território de linhagem, fazer a punção do sobre-trabalho dos maridos cativos e criar grupos dependentes.

Em 1907 a administração colonial divide a Província de Moçambique em 5 distritos, Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique. As populações chamadas indígenas ficavam sob controlo das circunscrições e postos administrativos. Contudo esta divisão do território em unidades políticas permitiu o reforço do sistema social linhageiro e o controle das áreas de cultivo pela linhagem.

Entre 1885 e 1930 a produção agrícola incide sobre a cana de açúcar, coqueiro, sisal e caminha para uma fase agro-industrial com as pequenas fábricas anexas. As machambas de produção familiar ligadas a culturas alimentares também produzem para a exportação. As tradicionais culturas de mapira e ameixoeira dão lugar às culturas predominantes do milho grosso e da mandioca a partir do século XIX. A cultura do algodão desenvolve-se a partir de 1920, seguido algum tempo depois pela cultura do cajueiro.

A partir de 1933, com a entrada do Estado Novo de orientação fascista, a administração pública cria o Ministério do Ultramar e os Governos Gerais nas colónias. O regime fascista de Salazar em contacto com a crise económica, queda dos preços e exploração intensiva das zonas rurais decide eliminar algumas concessões e reforçar o sistema de administração directa de controlo do Estado.

A exploração intensiva do solo com as culturas de rendimento, culturas obrigatórias e áreas excessivas de algodão em detrimento das culturas alimentares conduziu a situações de fome, epidemia e exaustão dos solos. Por volta de 1950 esta situação ocorreu em Netia, Memba, Namapa, Mogovolas e mais tarde em Murrupula.

Com a imposição das culturas obrigatórias e das áreas de cultivo controladas, para homens, mulheres e solteiros surge o desenvolvimento da instituição familiar nuclear, como unidade de produção, consumo e depositária dos bens próprios que acaba por estar em conflito com a estrutura do poder no seio da linhagem.

Na década de 40-50, por necessidade da economia colonial, tenta-se recuperar as estruturas políticas supra-linhageiras, os chefes tradicionais para promover o enquadramento das unidades familiares no seio das linhagens e estas dentro do regulado. Mas a resistência dos camponeses manifesta-se pela rejeição das culturas obrigatórias, reduzido rendimento por unidade de área, resistência à política de assimilação colonial e contestação.

Em 1960, o desenvolvimento da cultura familiar do cajueiro e da comercialização da castanha introduz novas mudanças que se reflectem na organização clânica.

Quando o cajueiro se torna propriedade e herança passa a ter importância sócio-económica para a unidade familiar e circula entre os homens através de formas de casamento virilocal. Esta nova posição do homem produtor no seio das unidades domésticas tornou a família mais individualizada e afastada da propriedade da sogra.

Foi também nesta fase, a partir de 1960, que a contestação cultural e política aumenta, através das mensagens dos escritores, poetas e artistas plásticos, das greves dos trabalhadores dos portos, dos protestos do campesinato, da recusa ao pagamento do imposto de palhota, da fuga para os países vizinhos. Aqui se organizam os grupos de moçambicanos dispostos a lutar contra o sistema colonial. Eduardo Mondlane desempenha um papel de destaque na unidade destes movimentos que dão origem à criação da Frelimo em 1962.

A informação sobre a independência dos países africanos e particularmente da vizinha Tanzânia trouxe coragem para a organização das primeiras exigências políticas que tiveram como resposta do sistema colonial os massacres e as prisões. Sem nenhuma possibilidade de diálogo a Frelimo organiza a luta de libertação nacional que em poucos anos e com a participação das lutas de outros povos colonizados e do povo português, conduz à queda do fascismo e à conquista da independência em 1975, sob a direcção de Samora Machel, primeiro Presidente da República de Moçambique.

Quase todos os grupos aderiram à luta armada e se identificaram com o processo de libertação do País. Contudo, importa referir que não foi fácil a adesão dos macuas ao processo da luta armada e por esse motivo as acções militares não tiveram lugar na província de Nampula. Porém é de salientar a adesão massiva do grupo macua à independência e a esperança depositada naquela conquista.

A experiência das zonas libertadas onde a população rural se concentra em aldeias comunais e cooperativas que possibilitam o aumento da produção para a subsistência

e suporte da luta armada constitui um modelo dominante a estender em todo o país, independentemente do conhecimento dos diferentes contextos históricos e económicos das restantes regiões do país.

Logo após a independência, foi definida uma concepção uniformizada para o mundo rural, como estratégia de aceleração do desenvolvimento económico e garantia duma distribuição mais equitativa. Estabeleceu-se a estratégia das aldeias comunais e cooperativas como forma de acumulação de riqueza para investimento nos bens de produção nos serviços sociais de educação e saúde que deveriam ser gratuitos.

Na primeira fase de socialização do campo algumas das medidas pareceram ter um impacto bastante positivo, mas o projecto ficou condenado ao fracasso porque não tomou em conta a existência de estruturas sociais e clânicas, de poderes tradicionais, alheando-se das necessidades reais das populações. Apareceram as machambas do povo, mas os camponeses foram mantendo as suas machambas individuais e as suas casas nas suas comunidades rurais. Foi necessário por vezes destruir as casas dos camponeses para os obrigar a viver nas aldeias comunais e assim demonstrar que aquela era a melhor opção. Com a perspectiva cega e convicta de combate ao obscurantismo e à ignorância, foram eliminados os poderes tradicionais, foram escolhidos e designados novos chefes das aldeias que muitas vezes coincidiram para surpresa das entidades políticas com as próprias chefaturas locais. Isto resultou da vontade expressa das populações.

Naturalmente que a Renamo encontrou as condições favoráveis para o seu discurso e actuação junto dos notáveis das linhagens e das chefaturas, cuja autoridade tinha sido rejeitada e junto dos jovens que fugiram do campo e não conseguiram a integração nas zonas urbanas.

Esta separação forçada das famílias, dos grupos de linhagem, dos filhos casados com a atribuição de talhões nas zonas afastadas teve como resultado uma produção escassa e insuficiente nas aldeias comunais e uma produção reduzida das unidades residenciais isoladas da família nuclear, completamente incapazes de produzir para a sua subsistência.

Hoje as unidades familiares tendem a reorganizar-se, mas os contextos económicos e políticos da globalização são totalmente diferentes. Os níveis de participação dos camponeses na discussão das suas opções e do seu destino são cada vez mais reduzidos.

O regime do Apartheid não poderia tolerar a ousadia da conquista da Independência na sua área de dominação e muito menos aceitar o desafio da construção do socialismo. Com o apoio da Rodésia foi-se preparando o movimento de resistência e criando as condições para a destruição massiva dos esforços bem sucedidos nas áreas de educação e da saúde.

Depois da guerra, as cidades ficaram superlotadas porque constituíam pólos de atracção e garantia de segurança. As cidades porém, não estavam preparadas nem possuíam infra-estruturas para assegurar a subsistência das populações então fugidas da guerra.

Uma vez terminada a guerra, restabelecem-se as culturas alimentares de subsistência e as culturas de rendimento, geridas pelas grandes empresas concessionárias. Estas grandes empresas fornecem incentivos aos produtores familiares para a produção das culturas de rendimento de que são monopolistas, jogando assim o papel de agentes directos na comercialização dos produtos.

Hoje pode notar-se um desequilíbrio nas relações homem-mulher, velhos e jovens. Vão desaparecendo algumas das antigas redes de solidariedade, sobretudo nas cidades.

Na divisão do trabalho, até antes da guerra a tendência era as mulheres dedicarem-se às culturas alimentares para consumo doméstico e os homens como contratados para as culturas de rendimento das empresas. Contudo, a actual tendência é de crescimento da quantidade de produção de rendimento pelas famílias rurais sob o fomento das concessionárias e uma diminuição da agricultura de escala pelas empresas. As unidades familiares dedicam grande parte da sua energia e tempo, nas fases de sementeira e colheita às culturas de rendimento.

Hoje nos meios urbanos, particularmente em Nampula, a família tradicional está em crise, as uniões matrimoniais são precárias, há mães de menor idade e crianças desamparadas, há elevadas taxas de desemprego. A marginalidade, a prostituição, o alcoolismo, a traficância e a criminalidade tendem a aumentar, porque aumentam também a pobreza e a exclusão social.

De acordo com as previsões demográficas em África corre-se o risco de no decorrer do próximo século a maior parte da população se tornar urbana. Na província de Nampula o fenómeno da urbanização é preocupante porque a cidade continua a ser atractiva, oferece condições de educação e saúde, possui energia eléctrica e água que o campo não tem. Mantêm-se a deterioração dos termos de troca entre o campo e a cidade, o mundo rural não é capaz de revitalizar a cidade, nem a cidade é capaz de absorver a mão-de-obra desequilibrada e de baixo custo onde não existe a competência e o saber fazer.

Nalguns países africanos os pequenos ofícios, no quadro de empresas familiares, tem sido uma saída para as populações que chegam à cidade. Contudo no nosso caso, os índices de pobreza em possibilidade de acesso ao crédito, a dificuldade de absorção de pequenas tecnologias impedem a integração e ocupação daqueles novos residentes.

Relativamente aos países de África predomina por vezes a concepção junto de políticos e financiadores de que na fase colonial se lançaram as bases do desenvolvimento e do progresso e que os quadros técnicos daquele período partiram para os seus países ficando os nacionais sem preparação para gerir aqueles níveis atingidos. Importa questionar o seguinte:

- Será que os sistemas coloniais corresponderam às necessidades dos países africanos e por isso se devem manter as relações de dominação e exploração anteriormente existentes? Infelizmente nalguns dos nossos países ignora-se completamente a história pré-colonial, a história colonial, esquecem-se as formas de organização socioculturais e políticas dos diferentes grupos. As elites locais

pretendem substituir-se a administração colonial e seguir na mesma direcção sob o signo da modernidade e do progresso.

- A marginalização de largos sectores da sociedade, a sua não participação na tomada de decisões, a ignorância dos poderes tradicionais e simbólicos, das crenças e práticas africanas, da necessidade da coesão familiar, da prioridade do consumo à poupança, conduzirá necessariamente, na nossa opinião a desajustamentos e insucessos. O desenvolvimento terá de assentar no conhecimento profundo da realidade sociocultural e económica do país e enraizar no seu contexto histórico, considerando a intervenção de todos os poderes ao nível comunitário ou distrital, porque o desenvolvimento é fundamentalmente um esforço interno, esforço de superação e integração a vários níveis.

A integração cultural poderá jogar pelas razões apontadas, um papel determinante como factor de unidade base, de motivação e de entendimento. Assim nas suas relações com outros domínios de saber como a educação e a comunicação, importa assegurar:

- a criação de mecanismos adequados de comunicação com os actores sociais das culturas populares a fim de que possam participar na escolha das prioridades e formas de realização da sua cultura.
- a democratização do saber na difusão do conhecimento privilegiando igualmente as zonas rurais e as zonas urbanas;
- desenvolvimento dum sistema informal de ensino que valorize a língua materna e incida sobre a formação de jovens camponeses e quadros polivalentes, protagonistas nas mudanças do mundo rural;
- mudanças significativas no sistema formal de ensino, que promovam a educação básica e o acompanhamento pedagógico sistemático, um novo calendário escolar e currículo adequados ao mundo rural;
- programas integrados de comunicação social e cultural, susceptíveis de contribuir para a plena intervenção dos indivíduos e colectividades no circuito do saber, ao nível local. Estes programas operativos deverão ser concebidos no quadro do desenvolvimento endógeno;
- os programas de agricultura, por exemplo, deverão integrar informação ecológica e ambientalmente sustentável com o reconhecimento do contributo económico das mulheres e do seu acesso à tomada de decisões ao nível da comunidade e do distrito.
- programas de valorização distrital de todo o seu património cultural quer seja físico ou musical, produtivo ou artesanal que contribuam gradualmente para o desenvolvimento da reflexão e consciência crítica.

4.2 DESENVOLVIMENTO COM O SECTOR FAMILIAR COMO PONTO DE PARTIDA

No clássico estudo de Kuznets sobre o moderno desenvolvimento económico indica a elevada taxa de transformação estrutural e sectorial da economia como uma das suas principais características. O padrão histórico do desenvolvimento económico se caracteriza pois: pela acelerada reorientação da economia da agricultura para a indústria e os serviços; pela significativa alteração na escala das unidades de produção; e, a transferência espacial e de estatuto do mundo rural para o mundo urbano, serviços, indústria e mais recentemente do sector informal.

Chenery não aceitou que houvesse um único padrão de desenvolvimento e dedicou-se ao estudo da sua diversidade, desenvolvendo as noções de indústrias primárias, indústrias tardias e indústrias que acompanham gradualmente a transformação económica, mas não negou a interpretação sobre a “inevitabilidade” do desenvolvimento se encontrar “off-agriculture”. Dos mesmos pressupostos se basearam também os modelos do crescimento balanceado de Nurske e de Rosenstein-Rodan ora orientados para a oferta ou para a procura como motores do salto em frente, e o modelo do crescimento não-balanceado defendido por Hirschman, de onde, de certa forma se alimentam as várias versões da “substituição das importações” defendidas por Prebisch, Furtado e Baran. Em todas estas escolas a agricultura desempenha um papel relativo cada vez menos relevante no desempenho económico das nações.

Mais recentemente a pressão das escolas de pensamento teórico em vários domínios científicos se detêm cada vez mais na necessidade de se garantir a sustentabilidade do uso dos recursos surgindo um “revival” pela agricultura de pequena escala com tecnologias ecologicamente correctas. Os estudos de Adelman e Morris vieram a confirmar que a tendência para o desenvolvimento ter de ser sinónimo de “off-agriculture” não é universal nem deve ser universalizada. Esses autores argumentam que, embora essa tendência se tenha manifestado em quase todos os casos onde o desenvolvimento teve lugar não significa, obrigatoriamente, que tenha de se processar ou se deva processar nos países subdesenvolvidos dos nossos dias.

Acontece, porém que em África a questão da disponibilidade do trabalho é muito mais complexa do que pode parecer pela leitura dos modelos teóricos que foram elaborados. Entre as características já identificadas, destaca-se a referente à divisão do trabalho. Enquanto nos países desenvolvidos a divisão do trabalho pela agricultura, indústria, serviços se faz por grupos sociais constituídos por famílias, em África a divisão do trabalho é feita entre indivíduos membros da mesma família, quer seja nuclear ou alargada. Ou seja, a família africana caracteriza-se por distribuir o trabalho dos seus membros por todos os sectores económicos de onde provenha rendimento.

Uma segunda característica é que a família rural usa o tempo de trabalho disponível em função da fonte de rendimento ser em espécie ou em numerário e de acordo com o género e a idade de cada um dos seus membros. Isto significa que as famílias ao adjudicarem o tempo de trabalho de cada um dos seus membros têm em consideração:

- a necessidade de haver produção em espécie (produtos agrícolas, lenha, água, caniço, peças de caça, peixe, animais de criação e utensílios domésticos);
- a necessidade de haver dinheiro para a aquisição de produtos por ela não produzidos e para poupança e investimento. Dinheiro esse que é adquirido através da venda de subprodutos de cajueiro, mangueira, mafurreira e palmeiras, da venda de carvão, da venda de artesanato, da participação no mercado informal e recebido dos familiares que migram sazonalmente à procura de emprego.

Existe, no entanto, uma correlação negativa entre a adjudicação do tempo de trabalho para a obtenção de rendimentos em espécie e para a obtenção de rendimentos em dinheiro, isto é, quanto mais tempo de trabalho for empregue na procura de dinheiro menos tempo a família tem para a produção de rendimentos em espécie. É por isso que perante uma situação de baixa produtividade, de falta de postos de trabalho remunerado, e devido às limitadas oportunidades de geração de rendimentos em dinheiro há necessidade de atribuir responsabilidades. Por exemplo, a uns compete a produção agrícola (mulheres), a outros acatar água e colher lenha (crianças) e a outros ir para longe à procura de emprego (homens). E porque mesmo assim não há certeza de se conseguirem rendimentos necessários, estabelecem-se alianças entre famílias através de casamentos e na adaptação das regras consuetudinárias de acesso à terra.

Este padrão de distribuição do tempo de trabalho tem importantes consequências sociais, que podem ir desde a perpetuação da mulher no papel de produtora de alimentos à sobre-utilização da força de trabalho infantil. Enquanto o custo de oportunidade de utilização do tempo de trabalho na procura de fontes de rendimento em dinheiro não anular a produção de rendimentos em espécie, este padrão tenderá a perpetuar-se. Isto quer dizer que fica mais barato produzir comida do que “produzir” dinheiro para comprar comida, ou seja, nas condições actuais a segurança alimentar passa, obrigatoriamente, pela mulher como produtora para autoconsumo. O mesmo acontece em relação à colecta de recursos como a lenha, caniço, estacas, alimentos silvestres e plantas medicinais, em que a quantidade de tempo de trabalho para a sua recollecção é menor do que a quantidade de trabalho que teria de ser empregue para se conseguir dinheiro para a sua aquisição.

Não havendo excedente de força de trabalho os modelos que até hoje têm sido aplicados ficam em causa, pois qualquer tentativa de remoção de força de trabalho da agricultura irá afectar a produção agrícola e, conseqüentemente, os termos de troca nacionais bem como o salário real do trabalhador “off-agriculture”. A alternativa teórica foi a da criação de postos de trabalho cujo salário corresponda ao consumo marginal (não total) da família. Todavia o consumo não é poupança e sem poupança não há investimento, donde deriva que ou o salário é mais elevado que o nível médio do consumo marginal ou os rendimentos “on-farm” têm de conduzir à poupança. Conclui-se assim que, nas condições específicas da África Sub-Sahariana não há uma substitutabilidade perfeita entre agricultura e “off-agriculture”, nem tão pouco entre a agricultura familiar e a agricultura de escala, sendo indispensável para o surgimento da poupança a transformação do produtor familiar em pequeno e médio empresário.

Ao inverter-se o pressuposto inicial – de transferência “off-agriculture” para desenvolvimento “on-agriculture” – não se está perante uma situação de desemprego estrutural mas sim perante uma situação de emprego estrutural. Assim o que fica em causa é a sub-valorização do emprego na agricultura responsável pelos fluxos migratórios rural-urbano devido à depreciação sistemática do rendimento familiar (auto-salário) e não por causa dos “diminishing returns” de Ricardo, como asseveram os modelos convencionais de desenvolvimento. Se se der ao auto-emprego agrícola o valor correspondente aos níveis de consumo da família rural já se avança um passo, sendo o segundo passo a valorização da produção com vista à elevação da taxa média de poupança.

Em termos simples, nas condições específicas de Moçambique, o desenvolvimento tem por objectivos:

- aumentar a produção em quantidade e qualidade para consumo e para o mercado garantindo a sustentabilidade do uso dos recursos;
- melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; e
- permitir uma participação crescente e consciente no processo de tomada de decisão sobre o próprio desenvolvimento.

São vários os pressupostos sobre os quais se pode aplicar um novo paradigma de desenvolvimento rural em Moçambique:

- A taxa de crescimento populacional tende a manter-se estável a curto prazo e, eventualmente, tenderá para uma ligeira diminuição a médio prazo. Ou seja, continuará a aumentar o número de cidadãos a necessitarem de terras.
- A taxa de crescimento da economia nacional não permite prever-se, a curto e mesmo a médio prazo, a oferta de postos de trabalho nos sectores da indústria e serviços que acompanhe a procura. Ou seja, haverá mais força de trabalho que postos de trabalho.
- A estrutura do salário médio nacional tende a manter-se inalterável a curto e a médio prazos. Ou seja, o salário continuará a não cobrir todas as despesas da família. O salário somente vai cobrir uma parte das despesas em dinheiro, permanecendo a produção agrícola da mulher rural como a principal garantia de segurança alimentar para o agregado familiar.
- A segurança de acesso e posse de terra tem de ser garantida para o sector familiar, em particular para a mulher rural, e para o investidor.

As implicações no domínio da terra são várias. A situação de conflitualidade crescente que se vive nos países vizinhos entre o sector familiar e o sector comercial, bem como a tendência para a concentração de terras nas mãos de uma minoria, indica

ser necessário fomentar a integração entre o sector comercial e o familiar na utilização do mesmo espaço físico. Um novo sistema de uso da terra deve ser eclético, integracionista e transformista. Um sistema *eclético* é um sistema não exclusivista, que não aposta somente no sector familiar ou no comercial. É um sistema que tende a assegurar a produção de alimentos, de excedentes e de culturas industriais tanto pelo sector familiar como pelo sector comercial, é um sistema que igualmente tende a aumentar a oferta de emprego, não como substituto mas como complementar de outras fontes de rendimento em dinheiro da família rural.

Um sistema *integracionista* é o que faz depender o desenvolvimento da dependência mútua dos dois sectores. O uso comum dos recursos com base nas vantagens mútuas é também a essência da mensagem da Campanha Terra sobre parcerias: “ *A demarcação das terras do sector familiar por si só não é solução, por um lado porque dentro de poucos anos as famílias vão multiplicar-se e as terras demarcadas serão insuficientes e por outro lado porque abre-se a possibilidade de haver uma corrida às terras não demarcadas para fins especulativos. É urgente que se encontrem mecanismos de integração entre o sector familiar e o sector empresarial que fomentem o desenvolvimento, incentivem a melhoria tecnológica e criem perspectivas de mudança das condições de vida das famílias rurais moçambicanas*” [Campanha Terra,1997].

Por último deve ser *transformista*, isto é que permita o aumento da taxa média de poupança das famílias rurais com vista à sua transformação de sector familiar em empresariado rural.

As implicações para o trabalho são igualmente várias. Face ao padrão de distribuição do tempo de trabalho acima mencionado a primeira implicação para o trabalho é *assegurar a produção de rendimentos em espécie*.

Na área das fontes de rendimento em dinheiro há que distinguir entre aquelas que derivam da exploração agrária feita junto da casa e as que implicam a saída temporária do lar. As mulheres em idade reprodutiva somente têm acesso às primeiras, enquanto que os homens podem optar entre umas ou outras de acordo com o nível dos rendimentos previstos e as oportunidades que surgem.

A exploração de fontes de rendimento em dinheiro perto de casa é uma especialidade das mulheres. O dinheiro que conseguem arrecadar destina-se, regra geral, à aquisição de bens relacionados com o consumo doméstico, ele pode ser aplicado em esquemas de pequena poupança mas o retorno tem de ser rápido e não tem por finalidade o investimento. Elas organizam o tempo que têm disponível, depois da produção agrícola e das lides domésticas, na produção de excedentes, na venda de produtos recolhidos no mato, no comércio informal e na prestação de serviços a terceiros que ocupem poucas horas por dia. Tem-se assim como segunda implicação para o trabalho *garantir a produção de rendimento em dinheiro perto de casa e com pouco consumo de tempo*.

Aos homens é dada a possibilidade de se ausentarem de casa e, como tal, a eles compete a angariação regular de rendimento em dinheiro. O carácter regular dá-lhes a

responsabilidade pela aquisição de bens duráveis ao longo do ano e pela poupança e investimento que tenha por objectivo a reprodução e o crescimento da família. Devido à deterioração dos termos de troca internacionais entre os produtos agrícolas convencionais africanos e os produtos industriais do Norte, verifica-se uma tendência cada vez maior para a procura de alternativas de rendimento nas zonas urbanas. As ausências cada vez mais prolongadas dos maridos estão a contribuir para o aumento da carga de trabalho da mulher e para a crescente instabilidade social. Uma terceira implicação é pois, *criar fontes de rendimento elevado em dinheiro perto de casa*.

Por fim as implicações para o capital. Sendo o capital também uma relação social o seu crescimento está dependente da articulação que se estabelece entre o produtor e o detentor dos meios de produção, ou seja da estabilidade e acuidade das instituições a todos os níveis. A segurança de posse de terra e a disponibilidade de trabalho, por si só não são suficientes para que o desenvolvimento tenha lugar, são necessários

- capital público (infra-estruturas e investigação),
- capital físico (equipamentos e organização da produção),
- capital técnico (tecnologia, inovação e investigação aplicada)
- capital humano (qualificação, escolarização e saúde).

Só o investimento, público e privado, poderá tornar disponível o capital necessário para que a taxa média de poupança da família rural cresça e o desenvolvimento venha a acontecer. Por essa razão se defendem parcerias entre o sector privado e o sector familiar, parcerias que tenham um carácter novo e que não venham a reproduzir as formas de escravatura moderna que caracterizaram os sistemas de crédito em insumo.

Mas a transformação passa também pelo crescente assumir pelos produtores das tomadas de decisões o que implica a alteração do papel do Estado de interveniente na definição de parcerias, para motivador do seu exercício em livre mercado e em justa competitividade. Também as organizações da sociedade civil devem assumir o papel de facilitadoras das dinâmicas epistémicas de grupo ou seja do crescimento e consolidação das instituições locais. É necessário estabelecerem-se contratos directos entre o produtor e o investidor responsável pelo fomento, podendo o produtor escolher com quem, em que condições e sobre que actividades quer estabelecer uma relação laboral. Tal não tem sido a prática do Estado ao determinar por acordo com os investidores sem ouvir nem responsabilizar os produtores sobre as áreas de influência e produtos.

A possibilidade de diversificação de acordos por produtos deve ser contemplada de forma a se combater a tendência para a monocultura/produto de que as parcerias actuais inferem. O caso do algodão é um exemplo claro da necessidade que se tem de reverter esta tendência. A cotação actual do algodão no mercado mundial é sensivelmente um quarto do seu valor após a segunda guerra mundial, hoje o País produz cerca do dobro mas recebe metade do que recebia. Por outro lado a população triplicou, ou seja, o rendimento per capita, à escala nacional, proveniente do algodão é hoje seis vezes menor do que era há cinquenta anos atrás.

Mas a transformação do sector familiar em empresariado rural não só está dependente do mercado internacional ou da reformulação do papel do Estado no estabelecimento das parcerias, mas também da alteração dos sistemas agrários adoptados pelos produtores. A transformação só será possível quando o produtor tiver retornos que lhe permitam trabalhar de igual para igual com o investidor que através dele faz o fomento de uma determinada cultura. Só então o produtor pode tomar opções económicas do tipo, reorientação da produção em função do mercado ou investimento em equipamento com que tenha maiores rendimentos com a mesma quantidade de trabalho.

Os levantamentos feitos indicaram que o rendimento médio por família rural ronda os US\$200 por ano, com um rendimento proveniente da agricultura de sensivelmente US\$60. Se se medir o tempo de trabalho da família rural em Unidades de Trabalho Anual, sendo 1 UTA a capacidade de trabalho que representa o emprego de um homem válido durante 300 jornas de trabalho efectivo por ano. Em função das distâncias a percorrer e das rotinas domésticas pode-se estabelecer para Moçambique o coeficiente de equivalência 0.5 para a jornada de trabalho da mulher e o coeficiente de 0.3 por criança tendo em vista os apoios que dão nas lides domésticas e o tempo empregue na escola. Ou seja, no momento presente cada UTA tem um retorno de US\$100.

No caso, por exemplo, de uma família produtora de algodão, o investimento feito pela empresa algodoeira é equivalente a 50% do retorno da UTA, o que significa que para se alcançar uma situação de equilíbrio o retorno teria de aumentar de US\$100 para US\$150. Mesmo que se consiga aumentar a produtividade do algodão de 400 kg/ha para 1200 kg/ha, como acontece na África Ocidental, consorciar feijão, aumentar os actuais 3% dos excedentes de culturas alimentares com colocação no mercado, para além do emprego e das micro-empresas, o rendimento da UTA não iria acima dos US\$120. Ou seja, mesmo em condições perfeitas de produtividade e de mercado o actual padrão de produção não permite níveis de poupança que levem à transformação da unidade produtiva familiar em empresa.

Qual é pois a solução? Diminuir os custos de transação e diversificar as fontes de rendimento em dinheiro. Os custos de transação são tanto mais elevados quanto menor for a segurança de posse de terra. Assumindo-se que o único recurso sobre o qual a família rural tem direitos absolutos é o trabalho e que o direito à terra não é mais do que o reconhecimento do trabalho nela empregue ou dos recursos dela adquiridos, a observância dos direitos adquiridos por ocupação, conforme consta na nova lei de terras, são pois condição essencial para que os custos de transação tendam para zero. Uma outra condição *sine qua non* para que esta tendência se mantenha é o cumprimento do preceito legal de obrigatoriedade de uso, isto é ao Estado compete o uso da outra face da Lei. Ao manter-se o açambarcamento de terras com fins especulativos o ratio trabalho-terra irá diminuir e os custos de transação irão aumentar.

A diversificação das fontes de rendimento em dinheiro pode ser alcançada pela interacção do sector familiar e privado no mesmo espaço físico pelas vias da produção, da renda e dos lucros.

A via da produção tem duas formas: valorização dos recursos naturais disponíveis exploração de espécies indígenas. Acrescentar valor às plantas medicinais como o beijo da mulata (*Vinca rosea*) e a tabernaemontana elegans, às fruteiras nativas como o canhoeiro (*Slerocarya birrea*), a massaleira (*Oncoba spinosa*) e a tinziva (*Dialium schlechteri harms*), bem como às plantas aromáticas, são formas de valorizar o mato através de mercados já existentes. A exploração em parceria das florestas indígenas, o tratamento e exportação do chá balakate (*lemon grass cymbopogon*) e da suruma (*Cannabis sativa*), a produção de piri-piri e demais especiarias são fontes de rendimento adicionais que só necessitam de empreendimento empresarial para que a oferta aumente.

A via da renda já está a ser usada em Moçambique no projecto Tchuma-Tchato e em Bazaruto, por cada turista que entra ou por cada peça de caça que é abatida há uma taxa que fica com a comunidade para distribuição pelas famílias ou uso para fins colectivos. Importa porém salientar que este modelo tem a limitação de ser dependente da procura, sendo aconselhável que a sua aplicação seja associada a outras formas de rendimento adicional que actuem sobre a oferta. No Zimbabwe, onde 25 dos 50 distritos das áreas comunais aplicam este modelo nos *campfire*, o rendimento médio anual de cerca de metade das famílias abrangidas não foi além de US\$10 e o rendimento máximo anda por volta de somente US\$150, para um investimento a fundo perdido da USAID na ordem de US\$7.6 milhões.

A terceira via é a da comparticipação nos lucros de empresas que actuam sobre um espaço físico comum. Embora o modelo tenha sido desenhado com vista a maximizar as vantagens mútuas e a minimizar os riscos do investimento via perdas e conflitos sociais até hoje a sua aplicação ainda não teve lugar. Dois mega-projectos ainda estão numa fase inicial não se sabendo ao certo como se irá fazer na prática a participação das comunidades na qualidade de accionistas, nem se sabe em que base e com que critérios foram calculadas as percentagens de 5% para Matutuíne e de 15% para o Niassa.

4.3 MULHER E TOMADA DE DECISÕES NA FAMÍLIA E NAS COMUNIDADES RURAL E URBANA

A partir dos anos 70 as relações de género e as transformações que nelas se têm operado passaram a constituir um dos temas mais destacados nas investigações relativas à África Sub-Sahariana. Estas investigações têm revelado que não é possível continuar a falar de instituições neutras quanto às relações que se estabelecem entre os géneros, na medida em que homens e mulheres participam de maneira diversa na vida económica, social e política das suas sociedades. O estudo dos modelos de participação e dos diversos interesses e estratégias de mulheres e homens, a análise da distribuição de direitos e responsabilidades entre mulheres e homens e das suas implicações nas relações com os que os rodeiam e com a sociedade como um todo, tem obrigado a novas conceptualizações que consideram as relações de género como uma categoria de análise integral da sociedade e não como uma categoria marginal, deste modo contribuindo para uma melhor compreensão da organização social e do processo social na sua totalidade.

Devido à constatação do estatuto subordinado das mulheres em todo o mundo, o movimento feminista tem-se dedicado nas últimas 3 décadas ao estudo desta problemática, através de análises concretas em vários países do mundo e em contextos concretos e, sobretudo, das alternativas a esta situação. Uma das problemáticas que muito tem absorvido a investigação e análise do movimento feminista internacional, é a capacidade que as mulheres e os homens têm de tomar decisões. Daí as reflexões em torno da situação das mulheres – tendo em conta que as mulheres não constituem uma categoria homogénea - e as análises sobre a *autonomia*, considerada uma categoria básica de análise e acção política do movimento internacional de mulheres, sobretudo ao nível dos países em desenvolvimento. Apesar de não se poder descurar a reflexão realizada pelos países mais desenvolvidos, é de referir que a contribuição do movimento feminista dos países de África, América Latina e Ásia, tem sido de destacar, sobretudo na década de 90. O movimento feminista terceiro-mundista tem dado um contributo fundamental ao chamado feminismo da diferença, feminismo da década de 90, ou seja, ao feminismo que reconhece que mulheres e homens são diferentes e que estas diferenças devem ser reconhecidas, dentro do princípio de igualdade de direitos entre os géneros.

A *autonomia* refere-se à possibilidade ou não que as mulheres têm de tomada de decisões em tanto que mulheres, com direitos e deveres, no seio da família, da comunidade, da sociedade. Trata da capacidade de definir um caminho próprio e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres, no processo de procura de melhores condições de vida para as mulheres, para as suas famílias, para as comunidades. Falar de autonomia é também abordar a questão do *poder*, poder de decisão, poder de aceder e controlar recursos, também uma categoria de análise fundamental na perspectiva de género, entendida como as relações sociais que se estabelecem entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, relações que resultam de processos de socialização diferentes, em sociedades e temporalidades diferentes e em que as relações de poder desempenham um papel central nestas relações.

A pesquisa realizada nestas últimas décadas permitiu um acumular de dados sobre os modelos de participação da mulher no casamento, na família e nas relações familiares, bem como as inter-relações existentes entre os modelos participativos, os interesses e o poder, deste modo contribuindo para uma melhor compreensão da natureza da organização social e das relações de género. Os dados obtidos a partir duma perspectiva de género revelam, por exemplo, a complexa acção recíproca dos laços intergeracionais, conjugais e sanguíneos. Acontece que, em muitas sociedades africanas, os laços económicos e emocionais mais importantes das mulheres e dos homens são de carácter intergeracional e não conjugal – entre as mulheres e os seus filhos e os homens e os seus pais. Nos estudos realizados até à década de 90 reconheceu-se a importância das relações de parentesco para os homens africanos – acesso a meios de produção, apoio na resolução de conflitos, ajuda na constituição do património, apoio em casos de emergência, contactos com os antepassados, direitos e obrigações recíprocas. Todavia, o modo como as mulheres usam as relações de parentesco não tem merecido o mesmo tipo de atenção. Ao que parece, as mulheres recorrem a maior parte das vezes ao parentesco para ter apoio em termos de trabalho, ao nível das actividades domésticas, da machamba, comércio, etc., recorrendo aos laços intergeracionais. A capacidade que as mulheres têm, por exemplo, para tomar certas decisões em relação a actividades comerciais – próximas do local de residência ou afastadas – depende do tipo de ajuda de que dispõem, por parte da família alargada, depende de com quem podem deixar as crianças menores e do apoio dos seus filhos mais velhos ou doutros membros familiares, que realizam algumas actividades domésticas ou da machamba, da recollecção, etc.. Pode depender também do tipo de casamento realizado, do ciclo de vida da mulher, do seu estatuto.

Ou seja, os dados existentes revelam que não tem sido dado o mesmo enfoque à vida das mulheres, como acontece com as actividades dos homens, mas reconhece-se que há diversos factores que intervêm na capacidade das mulheres poderem tomar vários tipos de decisão, que digam respeito à sua vida, à vida dos seus filhos, à vida da família. Estes factores estão relacionados com: vida em meio urbano ou rural, grupo étnico, crença religiosa professada pelo grupo familiar, estatuto, posição social, sexo, ciclo de vida, tipo de casamento, relações com a família e possibilidades de obter apoio de membros diversos da família, entre outros.

Falar hoje de autonomia das mulheres, dos actores do desenvolvimento, mulheres e homens, sem ter em conta as realidades concretas que vivemos no nosso país, bem como os debates que se têm realizado em África e noutras partes do mundo, significa aceitar acriticamente as agendas das instituições internacionais, das organizações doadoras. Hoje a autonomia - económica, política, física, social e cultural, com participação - e ontem a integração – ou seja, integrar a mulher no desenvolvimento – sem se discutir o que é o desenvolvimento, que desenvolvimento se pretende para Moçambique, como é que se vai alcançar e como os diferentes actores vão beneficiar do desenvolvimento, quem são os actores que ganham e os que perdem, com que tipo de desenvolvimento, remete-nos uma vez mais para uma situação de recipiente passivo do desenvolvimento.

Moçambique tem vivido, nos últimos 23 anos, mais ou menos ao sabor das políticas internacionais sobre o desenvolvimento, sobre o papel dos beneficiários do

desenvolvimento. A maior parte das vezes fala-se de facto de beneficiários – numa relação de dar e receber – e não na base de parceiros. Hoje, apesar da mudança das categorias – autonomia e não integração; parceiros e não beneficiários – parece que a questão do desenvolvimento continua a ser colocada do mesmo modo, sem ser problematizada.

Em Moçambique, pese embora o facto de que as mulheres são as principais produtoras agrícolas em meio rural e as que são obrigadas a inventar as mais diversas estratégias para obter comida em meio urbano, as mulheres não têm um estatuto conforme o trabalho que realizam.

No documento de base do Cruzeiro do Sul, avançam-se 7 adjectivações do desenvolvimento que irão guiar o nosso trabalho:

- equitativamente distribuído
- balanceado no género
- regionalmente sensível
- à escala humana
- culturalmente descentralizado
- participativamente planificado
- sustentável.

Qualquer destes objectivos é suficientemente desafiador para inspirar a nossa criatividade, baseada nos avanços científicos da humanidade, mas sobretudo no conhecimento, experiência e críticas do que tem sido o nosso processo e daquilo que queremos que ele seja daqui por diante.

Procurar-se-á neste capítulo analisar como tem sido vista a questão da autonomia da mulher, a nível do movimento feminista internacional nos últimos 30 anos; de seguida haverá uma breve descrição do que se tem dito sobre a mulher no mundo, em África e em Moçambique; finalmente e, com base no pouco que se conhece, procurar-se-á elaborar um conjunto de recomendações concretas e específicas em relação às questões de género, com base no estudo dos documentos existentes em relação à Província de Nampula.

AUTONOMIA

A autonomia é uma categoria básica de análise e acção política do movimento feminista internacional. Está relacionada com o processo de apropriar-se e dar direcção à vida de cada um e com as circunstâncias em que nos desenvolvemos.

A autonomia tem múltiplas dimensões, cada uma fundamental para se alcançar o controle sobre as vidas e corpos dos seres humanos, neste caso concreto, das mulheres:

- a autonomia física – diz respeito à autodefinição da reprodução e da sexualidade
- a autonomia política – relacionada com o direito de opinião, de organização, de participação

- a autonomia económica – em relação ao acesso e controle dos meios de produção, dos recursos – ou seja, das condições económicas que assegurem o bem-estar
- a autonomia sociocultural – relativamente a aspectos de identidade e auto-estima.

Ou seja, a autonomia - no sentido de capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura de melhores condições de vida para as mulheres, para os homens, as famílias e as comunidades – refere-se e dinamiza toda uma série de processos, como por exemplo, de individualização, identidade e *empoderamento*. Estes processos podem conduzir, numa primeira fase de descoberta de si, a uma prática de isolamento, todavia esta autonomia, relacionada com os limites que a sociedade, a família e os homens impõem às mulheres, dará lugar a uma autonomia mais dialogante que, reconhecendo as relações de força e de poder em que se geram as relações de género, pretende modificá-las através da acção e da decisão, pessoal e colectiva, dos sujeitos sociais específicos.

A autonomia aparece como um processo que vai tendo conteúdos específicos de acordo com a força da articulação, as aspirações e oportunidades de transformação que surgem num momento histórico determinado. Os objectivos da autonomia estão assim relacionados com a possibilidade de controlo de aspectos fundamentais das vidas e das circunstâncias das mulheres.

Falar de autonomia significa também enfrentar a tensão existente entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo, daí que se esteja perante um campo de aprendizagem de como e quando considerar outros interesses, como e com quem negociar, quando e com quem fazer alianças. Ou seja, está-se perante um terreno privilegiado para exercitar práticas democráticas, já que os interesses e exigências que obrigam a negociar são muitos, tendo em conta a necessidade de aceitar os direitos e exigências dos outros.

Uma outra questão importante em relação à autonomia é a necessidade das mulheres romperem a distância subjectiva em relação aos seus direitos como cidadãs e assumilos e apropriar-se deles como algo que lhes pertence por direito e não por caridade ou como um favor que lhes é concedido. As mulheres já são portadoras de tantas restrições, como parte dos excluídos da sociedade e ainda mais como mulheres, que a sua cidadania é não apenas restrita, mas também fragmentada. A restrição e a fragmentação desta cidadania não resulta apenas de factores externos – por ausência de direitos, por autoritarismos dos processos políticos – mas também resulta de factores internos – a partir da sua consciência como cidadãs, o que as leva a não se conceber como sujeitos plenos de direito.

A cidadania não é uma categoria congelada, tem um carácter dinâmico, alargando o seu conteúdo de acordo com as circunstâncias históricas, o que significa aproveitar cada momento concreto e pensar estratégias específicas em relação à família, comunidade, Estado, sociedade civil, mulheres e homens, nas suas diferenças de classe, estatuto, étnicas, raciais, geracionais, de âmbito geográfico, educacional, etc..

SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER

A que conclusões se chegou, sobre a situação da mulher, em geral e, em África, em particular, com base nas investigações realizadas nos últimos 30 anos em que o movimento internacional de mulheres, em cada país, região e a nível internacional ganhou um novo ímpeto? Que podemos nós dizer desse balanço, quando se trata do nosso país e, mais especificamente, duma das nossas províncias, uma das mais populosas e de maior dimensão geográfica, “onde o sistema de parentesco é matrilinear, o que significa que o poder é transmitido pela via materna” (Negrão, Documentário3 Nampula:2)?

No geral, as mulheres gozam, como grupo, de menos direitos e trabalham mais que os homens. Realizam 2/3 de todo o trabalho no mundo, recebem 10% do rendimento anual, são 2/3 dos analfabetos (funcionais) do planeta, possuem menos de 1% da propriedade mundial, são mais de metade da população, vivem mais e em piores condições que os homens, têm poder, acesso e controle de recursos desigual. São exploradas num triplo sentido: economicamente como seres humanos; são exploradas pelos homens; e são exploradas como donas de casa pelo capital. Esta última forma de exploração é determinada e agravada pelas outras duas que estão interligadas. Durante muitos anos as mulheres foram votadas ao silêncio, à invisibilidade, por parte da sociedade e da ciência. Todavia, desde os tempos mais recuados da história que a sua contribuição foi fundamental na domesticação das plantas e no surgimento da agricultura, bem como na domesticação dos animais, processos que se supõe terem tido o seu início em África.

Investigações realizadas nos últimos 30 anos em África (Comissão Económica para África), sobretudo a sub-Sahariana, dão conta que:

- 30% das famílias são chefiadas na prática por mulheres, mas nem sempre *de jure*, o que as coloca numa dupla desvantagem
- realizam 60 a 80% de todo o trabalho agrícola e mais de 70% da força de trabalho nas zonas francas é feminino
- são responsáveis por mais de 50% da criação de animais domésticos
- são responsáveis por cerca de 100% da confecção da comida, da recolha de água e da lenha
- constituem a maioria dos desempregados e as primeiras a serem despedidas nos processos de reestruturação económica
- recebem $\frac{3}{4}$ do salário dos homens
- têm a principal responsabilidade pela educação das crianças e pelas tarefas sociais a nível da família e da comunidade, como é o caso dos diferentes rituais, festas, enterros, casamentos, etc.

Na África ao Sul do Sahara, as mulheres dedicam mais de metade do seu tempo e energia à sociedade sem retribuição e sendo subestimadas. São as agricultoras invisíveis e, no geral, não têm direitos legais sobre a terra, uma vez fora dos sistemas de parentesco existentes (sobretudo quando são de filiação matrilinear)– quando há distribuição de terras ou reforma agrária, são quase sempre excluídas; não recebem crédito, instrumentos agrícolas modernos, não são seleccionadas para cursos e sofrem a discriminação sexual nos serviços de extensão agrícola. Estão confinadas às culturas

alimentares e os homens monopolizam novos e modernos métodos agrícolas de culturas de rendimento. O desenvolvimento rural não tem recebido a devida atenção nos países africanos, independentemente do sistema político por que se optou depois da independência - onde a mulher desempenha um papel fulcral na produção alimentar. A introdução das culturas de rendimento e a globalização da economia capitalista, com a obrigatoriedade dum modelo de exportação de matérias-primas, têm afectado as mulheres no campo, com as consequentes alterações no seu estatuto social, económico e político, em relação à sua qualidade de vida, na medida em que foram perdendo, dentro das suas comunidades, o acesso à terra - bem como em termos tecnológicos e ambientais.

Entretanto, a posição da mulher em África é pouco conhecida e a maior parte das vezes injustamente generalizada. Os estudos que nos foram legados dos tempos mais remotos são, no geral, de origem estrangeira - árabes a partir do séc. X e europeus a partir do séc. XV. O seus autores têm sido homens - mercadores, exploradores, políticos, missionários - oriundos de sociedades patriarcais e islamizadas ou cristãs, o que explica o facto das mulheres aparecerem estereotipadas nestas fontes - princesas, rainhas, mães de chefes, escravas, concubinas, prostitutas. Duma maneira geral as sociedades não ocidentais, as *outras* sociedades, foram observadas com problemáticas, metodologias e modelos teóricos que serviam os interesses dos observadores, no sentido de melhor as conhecer, para provar que não tinham história e que, por isso mesmo, necessitavam de ser governadas por outras mais *civilizadas*. Convém, entretanto destacar que, apesar das concepções e problemáticas subjacentes, estes estudos são portadores de informações sobre a maneira como os diversos grupos viviam e estavam organizados, considerados do ponto de vista da ideologia dos observadores.

Até aos anos 80 a posição da mulher em Moçambique não foi objecto de estudo na investigação social, tendo permanecido invisível, como invisível tem sido também a história dos *outros*. Os estudos etnográficos e antropológicos realizados no período colonial constituem descrições sobre a organização sociocultural das "tribos" que habitavam Moçambique, dando-lhes uma aparência científica através da racionalização do exotismo. Os estudos sobre a mulher não aparecem individualizados, sendo a mulher integrada no contexto da família, do sistema de parentesco, através da descrição de rituais, dos usos e costumes dos diferentes grupos populacionais do país e no âmbito da divisão sexual de trabalho. A esfera privada aparece sempre reservada à mulher e considerada natural e desvalorizada, sendo a pública da responsabilidade dos homens, mais visível, mais valorizada (até que ponto não será de questionar esta dicotomia público/privado, quando estamos na presença de sociedades com características específicas?). As mulheres com poder estão normalmente relacionadas com os homens da sua linhagem, e que ocupam cargos de poder, aos mais diversos níveis. São praticamente inexistentes os estudos realizados por mulheres ou em que as mulheres foram sujeito da investigação - normalmente os observadores eram homens, que entrevistavam homens dos grupos dominantes. Não existe, pois, uma tradição de estudos nesta área ao nível das ciências sociais, situação que se vem alterando a partir dos anos 60-70.

O debate sobre a posição da mulher nas sociedades africanas é antigo e tem originado as mais diversas posições. Partindo da experiência africana, há investigadores que consideram que não se pode falar numa universalidade trans-histórica da opressão da mulher, considerando um abuso etnocêntrico das feministas ocidentais a generalidade que se foi construindo nos últimos 30 anos, quando os estudos feministas ganharam maior visibilidade. Para outros investigadores há, de facto, apesar das diferenças existentes, uma sociedade capitalista androcática que é universal, onde questões relacionadas com o poder político, económico e religioso, são da competência masculina, ainda que as mulheres possam deter parcelas de poder e influenciar as decisões que sejam tomadas pelos que detém o poder. Para os primeiros, a posição da mulher na sociedade tradicional estava ligada ao tipo de organização social então existente, com estruturas em que as mulheres exerciam determinados poderes, o que os levou a falar num poder paralelo ao que foi sendo instituído pela colonização. Este poder foi resistindo, adaptando-se às novas situações geradas, na medida em que conseguia promover o funcionamento sustentável da sociedade e a defesa dos interesses colectivos e individuais dos seus membros.

Ifi Amadiume, socióloga nigeriana, no seu mais recente livro *Reinventing Africa – Matriarchy, Religion, Culture* (1997) defende, com base nos estudos de Cheikh Anta Diop (1987; 1989; 1991) e nas análises por si realizadas sobre grupos sociais do seu país, a existência do *matriarcado*, como sistema social paralelo ao patriarcado e que teria caracterizado muitas das sociedades africanas, antes da islamização e da colonização europeia. Criticando Diop por ter baseado as suas análises na descrição da vida dos impérios e cidades do Egipto, Ghana, Mali, Songhai, sem ter em conta a base económica do poder destes impérios - a sua relação estrutural, em termos de poder e acumulação, com as vilas e regiões circundantes – Amadiume fala num sistema matriarcal, como um sistema ao mesmo tempo social, económico e político. Este sistema matriarcal, dominado pelas mulheres, que controlavam as actividades agrícolas, o mercado e o comércio, existia ao lado dum sistema patriarcal, dominado pelos homens, ambos sistemas partilhando e cooperando espaço social. O matriarcado não era equivalente ao patriarcado porque não estava baseado na apropriação e na violência. A base fundamental do matriarcado era o agregado familiar e não a família – como nas sociedades europeias, já patriarcais, aquando da invasão dos povos indo-europeus – o que fez com que as mulheres africanas tivessem tido um proeminência nas estruturas sociais africanas, tais como as organizações de mulheres à volta do mercado. Daí o facto de ter existido uma luta permanente das mulheres para manter o controle do mercado, a espinha dorsal da economia de subsistência africana.

Para as mulheres africanas o matriarcado – ou seja, a construção africana de *motherhood* – era um sistema alternativo, um meio de *empoderamento* institucional e ideológico. Devido à proeminência histórica das mulheres nas estruturas sociais em África, tais como as organizações de mulheres à volta do mercado, não surpreende que as lutas das mulheres africanas se tenham centrado historicamente em dois aspectos:

- autonomia, autogoverno das mulheres e que gerou o conflito entre as organizações de mulheres e o controle masculino e a cooptação destas organizações

- luta das mulheres para manter o controle no mercado, espinha dorsal da economia de subsistência.

Ifi Amadiume, criticando a perspectiva ocidental imperialista, racista e arrogante avança, com base nos escritos de Diop, uma compreensão dos sistemas sociais, culturais e políticos africanos e o papel das mulheres nestes sistemas, como também outras dimensões de relações de género tradicionais. Os factos mais importantes que ressaltam da análise dos sistemas mais antigos, e que explicam o poder tradicional das mulheres africanas, centram-se em 3 factores fundamentais, considerados os 3 mais importantes recursos que as mulheres africanas estavam organizadas para controlar e manter:

- controle da economia de subsistência e do mercado
- autogoverno
- controle da sua própria religião e cultura.

As contradições inerentes a este modo de produção geraram uma política sexual que deu origem a organizações de mulheres e a um movimento de mulheres em África, já que era fundamental que as mulheres estivessem bem organizadas para manter o controle sobre estes recursos. Os antigos sistemas de *checks and balances* começaram a desintegrar-se como resultado da experiência colonial africana. Todavia não foram os colonialistas que deram o golpe final à autonomia e poder tradicional das mulheres africanas, mas as elites que herdaram a máquina colonial de opressão e exploração, voltando-a contra o seu próprio povo. Houve uma alteração na natureza das lutas populares tradicionais assim que as novas elites assumiram o controle das forças militares introduzidas pelos imperialistas coloniais, especialmente a polícia e o exército.

Esta linha de análise seguida por Ifi Amadiume é compartilhada por outras representantes do movimento feminista africano (Patricia MacFadden, Ayesha Imam, Mary Tadesse, Amina Mama, para citar apenas algumas que são referenciadas no texto), mas nem sempre tem sido tratada, do mesmo modo, por outras analistas da situação da mulher em África. A título de exemplo, uma parte da literatura sobre a mulher em África, destaca a importância da *Rainha Mãe*, a irmã do Chefe, como um exemplo do poder, de capacidade de decidir sobre assuntos da maior importância para o grupo, que muitas mulheres tiveram ao longo da história. Referem que esta mulher tinha o seu próprio grupo dirigente, escutava litígios, participava nos conselhos e o seu consentimento era necessário em determinados assuntos. Noutros casos era vista como protectora dos direitos do chefe, e noutras situações como protectora do grupo contra os possíveis excessos do chefe. Em muitas chefaturas havia tarefas neutras em termos de género e que podiam ser realizadas indistintamente por mulheres ou por homens, havendo igualmente posições reservadas às mulheres.

Entretanto, estas análises devem tomar em consideração os contextos diferentes em que se está a operar. Rosaldo (1974) chamava a atenção para o facto de que, apesar das sociedades serem diferentes em relação ao grau em que se expressam estas diferenças, e que as mulheres possam obter em alguns contextos o poder, através de manipulações, assumindo papéis políticos masculinos e formando grupos separados

de mulheres, o domínio público continuava e continua a manter-se como uma arena dos homens políticos e do poder. A participação política das mulheres era sobretudo evidente em certas decisões ao nível da família e do grupo doméstico mais alargado.

A imposição do regime colonial e a actividade missionária transformou bastante as estruturas familiares existentes, reduzindo a autonomia e a mobilidade dos grupos domésticos, transferindo o centro da actividade política – mais no sentido de aspecto analítico de acção do que como uma esfera empírica de actividade – a partir das trocas dentro e entre os grupos domésticos e a comunidade, para o distrito ou para o Estado. Impuseram-se sistemas de autoridade tradicionais que rivalizavam com outras instituições para resolver os litígios. Nestas transformações, as mulheres acabaram por ser as mais afectadas uma vez que as autoridades coloniais reconheciam como líderes apenas os homens, salvo raras excepções. Em algumas sociedades desapareceram os conselhos e as organizações que no período pre-colonial tinham a representação de mulheres para proteger os seus interesses. Paradoxalmente e, também salvo raríssimas excepções, esta situação acabou por ser reproduzida, na maior parte dos países africanos, depois da independência. Todavia, apesar da perda da representação política e das diversas transformações de ordem política, a participação das mulheres em diversos assuntos não cessou. A sua participação e poder de decisão são diversos de acordo com o seu estatuto, com a sua posição social. Mulheres que não pertencem às elites, tanto em meio urbano como rural, organizam comunidades de ajuda mútua, para poupança de dinheiro, para apoiar nas tarefas da machamba, nas associações comerciais, sociedades de crédito, no sentido de promover os seus interesses mais imediatos – ou seja, em actividades geradoras de rendimentos, jardins infantis, educação dos filhos, nutrição e saúde, terra, procurando dos mais diversos modos adaptar-se e/ou modificar a situação existente. Os grupos nacionais, particularmente compostos por mulheres da elite, e com maior acesso à informação e apoio de organizações internacionais, apoiam por vezes estas actividades, mas no geral concentram as suas acções em assuntos legais, emprego, educação, saúde.

Apesar da presença das mulheres em vários tipos de actividades, nos grupos familiares e domésticos ou outros a nível distrital, provincial ou nacional e dos diferentes níveis de participação na tomada de decisões, não está clara a magnitude da sua influência nas políticas das aldeias, localidades, distritos, províncias e a nível nacional.

AUTONOMIA, GÉNERO E MEIO AMBIENTE EM NAMPULA

O Perfil de Género da Província de Nampula (1998) constitui uma base de trabalho para a análise das relações sociais entre mulheres e homens. No Resumo Analítico do Capítulo sobre Meio Ambiente tecem-se algumas considerações que nos permitem ter uma ideia da situação da mulher em Nampula e avançar algumas propostas alternativas, tendo em conta as adjectivações propostas pelo Projecto Segui em relação ao desenvolvimento.

O documento aborda as seguintes questões:

1. Políticas macro-económicas: o seu impacto ambiental e sócio-económico, numa dimensão de Género;
 - agricultura intensiva, degradação do solo e dos ecossistemas
 - distribuição do benefício
 - acesso e controle dos recursos
 - privatização dos serviços e degradação ambiental
 - o sofisma da pobreza e a degradação ambiental
 - descentralização
 - conclusões
2. Condições de vida;
 - acesso a habitação nas zonas urbanas
 - fornecimento de água
 - saneamento e recolha de lixo
 - energia, utilização de lenha e degradação das florestas
 - agricultura de subsistência
 - conclusões
3. Utilização tradicional e gestão dos recursos naturais.

Este capítulo do Perfil de Género da Província de Nampula parece conter uma análise-resumo das questões principais que se poderiam colocar em relação à filosofia, relevância e eficácia dos projectos e suas metodologias (beneficiários/operadores), as relações entre mulheres e homens e questões relacionadas com a capacidade de diferentes actores tomarem decisões, tendo como linha condutora uma perspectiva de género.

Deste resumo analítico e, tendo em atenção os adjectivos que o Cruzeiro do Sul se propõe sobre o desenvolvimento, convém destacar, dentre vários aspectos:

Equitativamente distribuído

- Nos projectos de agricultura intensiva, virados essencialmente para a exportação (algodão, fomento do tabaco, Kasakawa 2000), o benefício tem sido dirigido, até ao presente, sobretudo para a empresa exportadora e para o pagamento da dívida
- O/a camponês/camponesa dono/a da terra não participa, de acordo com os dados ao dispor, nos lucros e corre todos os riscos: não é trabalhador assalariado, os seus rendimentos provêm da venda do produto final, em função de preços adoptados pelo Governo e a empresa exportadora, sendo-lhe descontado o valor dos insumos fornecidos pela empresa de fomento (doc. cit.:1)

Balanceado no Género

- O facto de não obter benefício pela posse da terra retira, na prática ao camponês o controle sobre este recurso: nega a terra como capital na parceria
- Não existem estudos sobre as mudanças que estas formas de “parceria” trazem à divisão de trabalho dentro da família e à autonomia que as mulheres têm sobre si mesmas e sobre o acesso à terra. Quem é que toma a decisão sobre o seu envolvimento na parceria? Convertem-se as mulheres e as crianças em mão de

obra em função do compromisso de produção? (como ocorria no período colonial, em que as mulheres se viam obrigadas a apoiar os seus maridos a cumprir o trabalho estabelecido, sem o qual não receberiam o salário correspondente). Qual é o benefício para as mulheres por ocasião da venda da produção? Qual a autonomia na utilização desse benefício? Continuam as mulheres com a obrigação de fornecer alimento para as suas famílias, procurando terras mais distantes para a machamba familiar, ou terão de utilizar terrenos impróprios, que poderiam gerar a degradação do solo (op. cit.:1-2)?

- Que alternativas se apresentam às políticas macro para benefício do camponês quando não há prioridade para o desenvolvimento da comercialização interna dos seus produtos, não há programas de crédito dirigidos ao pequeno camponês? A sua mulher fica ainda mais afastada, ela e os seus filhos são a única alternativa de mão de obra a que o camponês tem acesso (op. cit.:2).
- Dentro das políticas macro-económicas aparece a privatização dos serviços públicos: a gestão privada da água e energia, para além da privatização dos serviços sociais de saúde e educação. Tradicionalmente, no seio da família, são as mulheres as responsáveis pelo fornecimento desses serviços. O não reconhecimento do seu papel produtivo impede a sua participação nos benefícios, reduzindo a sua capacidade económica e de autonomia na decisão sobre a utilização dos serviços privatizados. Como resposta alternativa, nas zonas rurais, nos bairros peri-urbanos e em grande parte dos bairros urbanos da província de Nampula, as mulheres participam no comércio informal, com base numa economia diária, vendendo recursos como lenha ou carvão, produtos agrícolas ou processados domesticamente (op. cit.:2). Como refere Negrão “é mais fácil uma mulher afirmar-se no mundo dos negócios, mesmo no mercado informal, que na relação directa com a terra”. E mesmo assim, ainda há um longo caminho a percorrer, pois os conflitos são consideráveis, sobretudo quando a mulher casada consegue obter rendimentos maiores que os dos homens, através do comércio informal.
- Encontram-se na bibliografia consultada várias citações dando importância à inclusão das autoridades tradicionais, na gestão dos recursos naturais, apresentando-as como reguladoras da sua utilização e acentuando o seu papel de controle. Alguns autores salientam também a participação da *Pwiyamwene* (irmã do régulo que transmite o poder e é responsável pela distribuição da terra da linhagem) na sociedade *amakhwa*, como uma mulher que participa no poder e legitima o controle dos homens na tomada de decisão dentro da estrutura social matrilinear. São estas mesmas autoridades que, nas suas redes para a conservação do poder, realizam pactos e tomam decisões em representação da comunidade. São elas as primeiras a excluir as mulheres da tomada de decisão no que respeita ao seu trabalho produtivo, tendo contribuído, através dos tempos, por via das suas alianças com formas diversas de poder, para que as mulheres continuem invisíveis no que se refere aos seus conhecimentos sobre a utilização dos recursos (op. cit.: 6-7)
- Não se teve acesso ou não foram, porventura, realizados estudos investigando os conhecimentos da mulher camponesa no que respeita ao controle de pragas e doenças; processamento de produtos para conservação e sua utilização na dieta alimentar; gestão e utilização de combustível lenhoso; estratégias na procura e gestão da água; redes de troca na obtenção de recursos em tempo de crise. Neste

processo integrado de produção, as mulheres tomam continuamente decisões e conservam uma autonomia que não lhes é reconhecida, para evitar o seu acesso ao poder. Possivelmente porque beneficiam a família, os recursos naturais e humanos, a força de trabalho e, não têm como finalidade o mercado nem a acumulação de capitais, permanecem na opacidade os conhecimentos das mulheres sobre sobrevivência. Sem acesso a “informação científica”, eles representam séculos de experiência acumulada de interacção com o meio ambiente (op. cit.:7)

- A consequência mais delicada deste desconhecimento e sub-valorização é conduzir paulatinamente ao seu desaparecimento. Actualmente a machamba familiar com toda a sua diversidade, está a ser trocada pela agricultura “modernizada”, quase sempre monoculturas que não se integram nos agrosistemas locais, exigindo consumo de insumos e não permitindo a coexistência de outras plantas associadas, que entram não só na alimentação, na construção de vivendas, em tratamentos curativos, mas conservam também o equilíbrio ecológico. Na medida em que este conhecimento seja salientado e reconhecido, existirá a possibilidade de realizar um diálogo em pé de igualdade, em termos de produção, entre os conhecimentos locais e as tecnologias externas. Nessa altura, as mulheres passarão a ter um lugar de relevo, participando como sujeitos no processo de tomada de decisões na produção agrícola, defendendo os seus interesses e os da sua família, no que se refere à participação nos benefícios, conduzindo a um processo balanceado no género.
- O papel da autoridade tradicional na gestão dos recursos naturais apresenta formas de controle na sua utilização, mas não valoriza o conhecimento das mulheres nesse campo, nem lhes concede participação na tomada de decisões.
- O desconhecimento do conhecimento das mulheres leva ao desaparecimento de tecnologias milenares de interacção com os ecossistemas, o que poderia ser a base para o diálogo na adopção de novas tecnologias (op. cit.:7-8).

À escala humana/Culturalmente descentralizado

- No processo de descentralização, a resolução dos problemas ligados ao meio ambiente e à utilização dos recursos apresentam-se como as principais tarefas dos governos locais. Porém a sua autonomia é reduzida já que as próprias políticas e programas aparecem ainda dependentes do nível central. O que significa que os recursos são alocados centralmente e a sua utilização é decidida do mesmo modo. Criam-se programas nacionais, com objectivos e estratégias nacionais, com controle centralizado. O governo local tem de adaptar-se a estas alternativas, na continua, perante a população a ser o responsável pela gestão deficiente dos serviços. Na medida em que esta situação se mantenha, as mulheres continuarão, na prática, a resolver os problemas do dia a dia com as fracas alternativas de que dispõem: economia diária, águas contaminadas, comércio informal de lenha e carvão, agricultura em locais impróprios (op. cit.:2-3).
- Não existem estudos de impacto ambiental numa dimensão de género sobre os projectos enquadrados na aplicação das políticas macro-económicas.
- Os conhecimentos na utilização dos recursos locais não são valorizados. As novas tecnologias de produção são impostas sem reconhecimento pelos usos e costumes locais, o que impõe o desaparecimento de formas de sustentação e de recursos locais sem valor na produção intensiva para exportação.

- As políticas macro-económicas não estão dirigidas à distribuição da riqueza entre aqueles que a produzem, o que origina o aumento da pobreza.
- O acesso das mulheres à terra não lhe traz benefício porque não têm nem controle sobre si próprias nem sobre o seu meio, tendo muitas vezes que sobreutilizar os recursos naturais para a sua sobrevivência.
- O modelo de descentralização não cria uma autonomia a nível local e faz com que a mulher seja, no fim, quem continua a resolver a falta de prestação de serviços públicos (op. cit.:2-3).

Participativamente planificado/sustentável

- Na política sobre Meio Ambiente, as mulheres são reconhecidas simultaneamente como gestoras e como degradadoras do Ambiente, o que as perfila como principal grupo-alvo nos programas de educação ambiental
- Na revisão efectuada, alguns autores (a própria política sobre o ambiente) colocam a degradação ambiental como origem da pobreza e vice-versa. Tomando as mulheres como as principais degradadoras do ambiente, situam-nas no eixo da origem da pobreza. Ora, a pobreza é causada pela degradação ambiental, ou pela distribuição desequilibrada dos benefícios? A falta de capacidade económica e de autonomia das mulheres para utilizarem os escassos recursos monetários na resolução dos problemas de serviços públicos e sociais tornam a exploração dos recursos naturais como a única fonte alternativa para satisfazer as necessidades das suas famílias e cumprir com as suas tarefas (op. cit.:2).
- Existe um desconhecimento sobre o papel que a machamba familiar desempenha no desenvolvimento do país. A produção mensal de uma machamba de subsistência é superior ao salário mínimo, mas não está contemplada nas contas nacionais. Ora a machamba familiar tem proporcionado a alimentação da maioria da população permitindo, deste modo, que o próprio programa de reajustamento estrutural atinja sucessos no crescimento económico do país, já que os investimentos podem ser dirigidos a outras áreas que não as necessidades primárias e de manutenção da população. O desconhecimento desta prática não permite estabelecer diálogos entre o conhecimento tradicional – em termos de qualidade do solo, clima, pragas e doenças, sementes adaptadas às condições do camponês, associação de cultivos, práticas tradicionais de fertilização e controle de pragas e doenças – e a agricultura intensiva, que contém pacotes tecnológicos não apenas fora do alcance do camponês, mas inadaptados às condições do meio. Não ter em conta a machamba familiar levaria à sua eliminação pela introdução de modelos não construídos dentro das condições sociais e ambientais próprias das comunidades, correndo-se o risco de retirar às populações a sua capacidade para a segurança alimentar. O papel da machamba familiar e os conhecimentos das mulheres na produção devem ser valorizados como ponto de partida para as novas tecnologias (op. cit.:6). O que acontece até agora é que as mulheres continuam a funcionar como almofadas que aparam os choques do PRE (Elson 1997), mas sem autonomia, sem poder decidir sobre a sua própria vida, da sua família, da comunidade. O facto da mulher ser hoje a principal produtora a nível da agricultura, confere-lhe um importante papel – o que não acontece em outros países – podendo constituir uma base para a valorização e visibilização do seu trabalho, para a melhoria das condições de vida da mulher, da família, da

comunidade, para modificações tecnológicas, para um desenvolvimento equitativamente distribuído, balanceado no género, à escala humana, culturalmente descentralizado, participativamente planificado, mais equitativo e sustentável. O exemplo da UGC de Maputo é a este respeito paradigmático. Sem se pretender reproduzir experiências, a UGC tem constituído uma alternativa ao desenvolvimento, que conduziu a uma maior autonomia da mulher, desenvolvimento tecnológico diverso e melhoramento dos conhecimentos científicos. Como referem os relatórios da UGC, o PRE não obrigou à venda de bens ou sua alienação, ao despedimento de cooperativistas.

ALGUMAS PROPOSTAS

Saber imaginar o impossível, pensar utopias, num ambiente de políticas neo-liberais, de Estado mínimo, de contenção de despesas públicas e em áreas sociais e em que é dada a primazia ao mercado, como mágica para a resolução de todos os problemas, parece tarefa bem difícil. A década de 90 tem sido contraditória para Moçambique, uma vez que a chamada “transição democrática” ocorre concomitantemente com os retrocessos económicos, aliás como vem ocorrendo na América Latina. O surgimento de novos movimentos sociais, convive com retrocessos sociais. Em Nampula, são muitas as associações que se criam e desaparecem, muitas das vezes, porque não surgem de necessidades próprias, mas impostas e dependentes de fundos exteriores. Daí que a chamada sociedade civil ainda seja uma alternativa bastante débil, no sentido de apresentação de alternativas ao desenvolvimento.

Por outro lado, as Ciências Sociais têm um débito para com o Continente Africano e muito mais se se tiver em conta uma perspectiva de género. A produção teórica dos anos 70-80 não teve continuidade na década seguinte, que também foi “perdida” teoricamente, conduzindo ao que se tem chamado de “afro-pessimismo”. O neoliberalismo não apenas conseguiu afirmar-se com uma nova roupagem da hegemonia burguesa, como conseguiu cooptar quadros desorientados pela crise final do “Socialismo de Estado” da ex-URSS e do Leste Europeu e pelo esgotamento de esquemas alternativos, o que os levou a aninhar-se no poder do Estado e dos seus planos tecnocráticos. A desorientação é grande, as alternativas ao neoliberalismo parecem cada vez mais distantes, o egoísmo começa a corroer as solidariedades tradicionais e as utopias ficam cada vez mais distantes e consideradas impossíveis.

Apesar de se verificarem, no quadro da sociedade burguesa, avanços no campo da reforma legal e no campo político, através da imposição da democracia representativa, a verdade é que no terreno concreto do dia a dia, as transformações parecem cada vez mais complicadas, sobretudo se pensarmos nas relações sociais entre mulheres e homens, no acesso e controle de recursos e poder. Por isso as mulheres falam de “paz no país e guerra em casa”.

A tendência é aceitar as propostas de desenvolvimento impostas pelos programas de reajustamento estrutural – será que haverá alternativa a estes programas? – o que põe em causa qualquer proposta que tenha em conta a que é sugerida pelo PEN, em termos de desenvolvimento para a província de Nampula.

Como referem grande parte das pesquisas realizadas em Nampula – onde o sistema de parentesco é por via uterina e em que a mulher tem acesso à terra através da sua matrilinearidade, a situação tem sofrido alterações, acentuando-se a tendência para o sistema patrilocal, devido a 3 aspectos: monetarização da economia, que privilegia a relação do homem com o uso e controle dos recursos; influência das religiões cristãs e sobretudo a religião islâmica, que são marcadamente patrilineares e androcáticas; e as políticas neo-liberais adoptadas a partir de finais da década de 80. É, todavia, necessário confirmar este tipo de dados e analisar, sobretudo, o seu significado em termos das possibilidades que mulheres e homens determinados, como parte de grupos concretos, têm para tomar decisões e qual o sentido dessas suas decisões em relação a outras instituições existentes e que estão em competição.

Como imaginar então esquemas de desenvolvimento que permitam uma maior autonomia nas decisões, no acesso e controle de recursos e poder, para mulheres e homens, sobretudo das camadas mais pobres da população, que ainda representam cerca de 2/3 de toda a população de Moçambique? Como pensar alternativas, com elevados índices de analfabetismo, que atingem maioritariamente as mulheres? Como bem afirma Negrão, “é mais fácil uma mulher afirmar-se no mundo dos negócios, mesmo no mercado informal, que na relação directa com a terra”. E ainda assim, como já referido anteriormente, os conflitos são imensos, mas a verdade é que a mulher se vai afirmando e garantindo maior autonomia, pois ela vai sendo capaz de controlar os recursos que advêm desta economia informal e, por este meio, ela tem mais possibilidades de os investir na casa, na comida, na educação das crianças, em roupa, etc., conforme indicam projectos de pesquisa – cerca de 70% dos rendimentos obtidos pela mulher são investidos nos filhos, na família, em melhoramento da casa, educação, etc., o que no caso do homem representa apenas 30%. É de crer, todavia, que todas estas transformações no sentido duma diferente afirmação da mulher, se processa num ambiente de extrema violência, cujas características é necessário investigar, quando se pensa em transformar as situações encontradas, de acordo com o desejo dos diversos actores no terreno.

4.4 COMPORTAMENTOS SOCIAIS, REFLUXOS E REFLEXOS NO MEIO-AMBIENTE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ÁGUA E SANIDADE

Os actuais modelos explicativos dos comportamentos ambientais estão baseados em parâmetros analíticos desenvolvidos em países do Norte que *a posteriori* foram aplicados às sociedades africanas. Esta colagem de modelos teóricos importados tem a tendência de minimizar ou mesmo ignorar as características comportamentais africanas que não se coadunem com os pressupostos definidos nos países desenvolvidos.

De acordo com Lélé há duas grandes linhas de interpretação teórica do comportamento ambiental, a “mainstream”, sustentada por IUCN, UNEP, WWF e WCED, e a dos “sociólogos”, que conta com os contributos dos eco-marxistas e dos ecologistas políticos.

A “mainstream” defende nove pontos essenciais: *reactivar o crescimento; dar outra qualidade ao processo de crescimento; satisfazer as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e sanidade; assegurar uma taxa de crescimento populacional suportável; preservar e tornar viável a base do crescimento que os recursos constituem; reorientar os riscos tecnológicos e de gestão; fazer interdepende o meio-ambiente e a economia na tomada de decisões; reorientar as decisões económicas internacionais; e alcançar o desenvolvimento através de uma maior participação das comunidades*” [in: Lélé,1991,p.611].

A premissa principal da “mainstream” é a da correlação entre a pobreza e a degradação ambiental. Assume-se que a pobreza [e não a riqueza] é a principal responsável pela degradação do meio-ambiente. A partir destes pressupostos e princípios, surgem duas tendências teóricas sobre como resolver o problema da correlação entre a pobreza e a degradação do meio-ambiente: a neo-institucionalista e a convencional neoclássica.

O neo-institucionalismo dos nossos dias sustenta ser a propriedade privada a única instituição eminentemente eficiente e eficaz. Para os neo-institucionalistas a legislação emitida pelo Estado, deve ter por finalidade assegurar a actuação dos mercados, remover obstáculos, contrariar distorções, facilitar o acesso aos agentes económicos, e impedir a constituição de tendências monopolísticas ou especulativas. Ao nível micro, as instituições locais são tidas como as mais eficientes na adjudicação dos recursos, respondendo a uma racionalidade económica que, mais cedo ou mais tarde, por via da acumulação, irá exigir a privatização dos recursos como forma mais eficaz de assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

A tendência teórica neoclássica convencional sustenta que o Estado deve ser mais do que mero regulador da acção do mercado. Ao assumir que a propriedade privada constitui condição *sine qua non* para o investimento, e que este, por sua vez, traz implícita a preservação ambiental, defende que o Estado deve eliminar toda e qualquer medida de carácter proteccionista. Fá-lo, através da privatização dos recursos ou da permissão da transmissão onerosa de títulos de uso e acesso à terra de acordo com o valor do mercado.

Os “sociólogos” defendem que não é somente a pobreza que é responsável pela degradação ambiental. Tão ou mais importante reesponsabilidade recai sobre a “riqueza”. O sobre-consumo e os símbolos culturais que lhe são inerentes, a adopção de tecnologias poluentes, o esbanjamento de recursos e a poluição, são acções com consequências a longo prazo, que não se podem comparar qualitativamente com as práticas de “sobrevivência” da pobreza.

Sustentam assim que são as estruturas socio-económicas e as relações sociais que lhes estão subjacentes que determinam o comportamento ambiental. De acordo com os “sociólogos” as relações sociais reflectem as relações de género e têm no poder do Estado a perpetuação do *status quo*. Ou seja, para eles, as instituições, tanto ao nível macro como ao nível micro, não são *de per se* auto-reguladoras da gestão dos recursos e muito menos equitativas na distribuição dos rendimentos provenientes dos recursos e dos benefícios de um meio-ambiente sustentável. Para esta tendência teórica somente a alteração das relações sociais é que poderá induzir a modificação do comportamento ambiental dos indivíduos, das famílias e demais actores. Isto é, fazer leis não pode ser tido como a acção catalisadora da alteração do comportamento ambiental das comunidades.

Há, no entanto, duas limitantes essenciais à aplicação destes conceitos e destas conclusões ao contexto africano. Primeira é a existência de regularidades quotidianas que o material teórico existente não permite analisar. A segunda é a dificuldade de concepção de incentivos à alteração do comportamento ambiental que sejam fáceis de disseminar e viáveis de implementar em países onde o Estado tem uma fraca implantação ou se encontra debilitado.

O modelo neo-institucionalista é pouco preciso na previsão e correcção de casos como o do Kenya, onde a autonomização das autoridades locais veio a agravar as desigualdades sociais e a contribuir para o surgimento da classe dos “sem-terra e sem-emprego”, ou como o do Malawi onde os “chefes tradicionais” se serviram do poder que lhes fora reservado pelos direitos consuetudinários, para alienar grandes quantidades de terra ao capital sul-africano. A rigor, importa saber se o reconhecimento, estabelecimento e desenvolvimento de instituições como as “autoridades tradicionais”, são condição suficiente para pautar os comportamentos sociais com vista à sustentabilidade do meio-ambiente onde se encontram.

Quando a convencional abordagem neoclássica afirma que as distorções do mercado resultam da inexistência de propriedade privada, está a pressupor que os mercados existem e que são perfeitos. Acontece porém que em África, os mercados dos produtos, do trabalho, do seguro das culturas e do crédito, ou não existem ou têm um desenvolvimento mínimo, estando-se a verificar, não distorções, mas malformações congénitas. Por essa razão, nem sempre a racionalidade económica na adjudicação dos recursos tende para o equilíbrio entre as decisões de consumo e as decisões de produção dos agentes económicos, ou seja nem sempre a adjudicação dos recursos (naturais, humanos e financeiros) é feita em investimento produtivo. Há inúmeras outras alternativas de maximização dos rendimentos e da utilidade que as unidades económicas tomam em consideração, como, por exemplo, a especulação de terras ou a

preferência pelo mercado informal. Importa, pois, que este tipo de alternativas seja estudado e incorporado nos modelos analíticos do comportamento ambiental africano.

A principal limitante das teorias dos “sociólogos” é a dificuldade de se conceberem mecanismos operacionais que garantam uma maior equidade política, social e económica em clima de estabilidade social. O corolário lógico de uma posição teórica que remete para o social a responsabilidade pelo *status quo* do relacionamento das comunidades com o meio, é a “revolução social” ou o surgimento de inúmeros “projectos” de gabinete. Tanto uma como outra alternativa, não são nem aconselháveis nem desejáveis na presente conjuntura Africana, em particular da África Austral. Importa antes que se estudem e se testem mecanismos institucionais que sejam, ao mesmo tempo, democráticos e flexíveis. A melhor forma de garantir a eficiência institucional é incorporar a possibilidade de mudança, sempre que esta se justifique.

O comportamento ambiental do cidadão ou de grupos de cidadãos está dependente: (i) dos níveis de rendimento individual e familiar; (ii) dos sistemas de uso da terra, enquanto catalisadores da eficiência dos mecanismos institucionais ao nível nacional; e, (iii) da densidade e mobilidade populacional.

Entre estas correlações, a que tem maior impacto é a correlação positiva que se estabelece entre o nível de rendimento da unidade e o grau da sua participação na gestão dos recursos naturais. Esta correlação, embora não exclusiva, está presente ao longo do tempo e do espaço tornando-se elemento imprescindível para a explicação dos factos e dos fenómenos que se vão verificando. Se é verdade que, como afirmam os “sociólogos”, ao nível macro a “riqueza” é tanto ou mais responsável pela degradação do meio-ambiente quanto a “pobreza”, não é menos verdade que a operacionalidade requerida pelas acções a curto prazo exige que se estude o nível micro, onde a ausência de desenvolvimento das comunidades é, em grande medida, responsável pela crescente degradação do meio-ambiente.

Admite-se assim que, se se mantiverem a presente estrutura dos mercados, a taxa de crescimento populacional, e o actual nível de desenvolvimento tecnológico, a participação da comunidade na gestão dos recursos continuará fortemente dependente do nível de rendimento dos seus membros. Mais ainda, sempre que os níveis de rendimento estiverem abaixo da possibilidade de poupança, i.e. em situação de pobreza, haverá tendência para a bipolarização entre o comportamento em ambiente rural e o comportamento em ambiente urbano.

COMPORTAMENTO AMBIENTAL EM SITUAÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Uma unidade cujo nível de rendimento esteja aquém da satisfação das necessidades de sobrevivência, dificilmente guiará o seu comportamento pelo critério da sustentabilidade. O rendimento deficitário em espécie, acompanhado de baixos níveis de arrecadação de moeda, induz ao exercício de qualquer que seja a actividade que tenha valor no mercado. Assim se explica o florescimento do mercado informal da lenha, das espécies raras, dos produtos exóticos do fundo dos mares e de tudo o mais que possa constituir fonte de receita em dinheiro no mercado informal.

A utilidade social da gestão dos recursos é tanto menor quanto menor for o grau de participação dos indivíduos na vida das suas comunidades. A participação que tem menor utilidade social é a isolada ou individualizada, que se caracteriza, muitas das vezes, pelo uso exaustivo dos recursos. A fácil mobilidade do indivíduo leva-o a assumir uma atitude de pouca ou nenhuma preocupação com a sustentabilidade dos recursos que o rodeiam. Da erosão provocada pela sobre-exploração do espaço físico, à poluição fecal e à delapidação de alguns recursos com valor no mercado, são características comuns ao comportamento individualizado.

A adopção de um comportamento com estas características por um número significativo de elementos de uma comunidade conduz, a curto prazo, ao défice de recursos, ou seja à “crise ecológica”. Teoricamente é possível imaginar-se a existência de uma “linha de sustentabilidade dos recursos” em função do número de habitantes e às condições tecnológicas a que têm acesso, abaixo da qual se entra em situação de “crise ecológica” e acima da qual a utilidade social reside na interdependência das colectividades.

Quando, por algum motivo, os laços de coesão institucional se diluem, em lugar de se transformarem, nota-se uma forte tendência para a diminuição da utilidade social da participação. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando do aumento da procura do marfim no sec. XIX e o que está a acontecer hoje devido à crescente procura de rendimento monetário. Estes momentos de ruptura da sustentabilidade social só são superados quando preenchidos por formas de organização mais complexas. Sendo uma delas, por excelência, a da actuação do Estado. É o momento em que a simples presença de mecanismos institucionais que actuaram no passado deixam de ser eficazes na reposição da sustentabilidade social e, conseqüentemente, da sustentabilidade ecológica.

COMPORTAMENTO AMBIENTAL EM SITUAÇÃO DE ESTABILIDADE ESTÁTICA

A utilidade social aumenta quando as instituições locais actuam como seguro contra os riscos e como garantia de interdependências entre famílias. Existe, nestas circunstâncias, uma sustentabilidade social onde é reconhecida a necessidade de se participar na gestão ambiental. Resulta daqui a riqueza da diversidade do universo cultural que caracteriza as comunidades rurais africanas. São os tabus, os mitos, os ditos, as preces, as crenças e uma multitude de outras manifestações relacionadas com o acesso e gestão dos recursos naturais, como expressões organizacionais, que têm por objectivos manter o essencial do processo ecológico, preservar a diversidade genética e programar o uso das espécies e dos recursos.

Nas condições de Moçambique à maioria da população está vedada a possibilidade de poupança regular e estável. A evidência empírica tem demonstrado que, mesmo na ausência do espectro da morte, os níveis de poupança são baixos e, portanto, as unidades económicas estão menos protegidas contra situações de instabilidade social, política, económica ou financeira.

Constata-se que neste nível há uma tendência crescente para a bipolarização comportamental, comportamento rural - comportamento urbano, que se reflecte intensamente nas relações de género no seio da família. Para a mulher está reservado o papel de assegurar a regularidade do consumo alimentar doméstico (note-se que consumo alimentar inclui produção de alimentos, e também angariação de moeda para aquisição de outros bens como óleo, peixe, etc.) e ao homem, não só mas também, o fornecimento de bens de consumo não-alimentares (roupa, habitação, livros escolares, entre outros).

Resultam desta bipolarização as deslocações dos membros do agregado de e para os centros urbanos, onde mais facilmente se encontram fontes de rendimento complementares, e de e para os centros do mercado, onde se vendem os excedentes e os produtos disponíveis nos territórios de recollecção. Ou seja, há uma tendência crescente para a fixação perto dos centros urbanos. Isto significa que o factor espaço, na impossibilidade de se relativizar dada a carência de meios de transporte, ganha particular importância na possibilidade de participação da comunidade na gestão dos recursos naturais. A racionalidade da minimização dos custos de transacção transporta consigo a “irracionalidade” da concentração em espaços diminutos, mas próximos, com a conseqüente sobre-exploração dos recursos. São exemplos deste tipo de situações as dificuldades encontradas com a erosão das dunas costeiras junto das cidades, a rápida degradação do parque imobiliário nacionalizado, o esgotamento dos solos em círculos cada vez maiores à volta dos centros urbanos, o negócio da água e uma série de outros fenómenos fáceis de identificar no terreno.

COMPORTAMENTO AMBIENTAL EM SITUAÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Quando a poupança tem possibilidade de ser efectuada de forma regular e estável, verifica-se o aumento da participação na gestão ambiental, quer directamente através de acções como rotação de solos, preservação da flora e diminuição dos desperdícios, quer indirectamente pela diminuição do número de membros do agregado familiar. Verifica-se, igualmente, que ao aumento do rendimento monetário corresponde a diminuição da dependência da produção de alimentos.

Há que registar, no entanto, que esta tendência para o aumento da participação na gestão ambiental é acompanhada pela renovação das instituições locais na sua articulação com o nível macro. Ou seja, surgem problemas novos que se caracterizam pela primazia da consciência da preservação da propriedade individual em relação à consciência cívica. A ausência da pressão dos pares é um dos riscos em que se incorre na transição para a “sociedade afluyente”, onde os recursos dos pobres e o meio-ambiente de todos são secundarizados em função da procura pela maximização dos lucros. O desenvolvimento das deseconomias externas, fenómeno comum em África, não é contrariado pelo mero reconhecimento da propriedade privada. Por outro lado, a debilidade dos mecanismos institucionais ao nível macro, junto com a facilidade de corrupção devida aos baixos rendimentos da maioria dos funcionários, justifica, plenamente, a estruturação do papel do Estado na gestão ambiental.

O SECTOR DE ÁGUA RURAL

A preocupação em desenvolver o sector de água rural surge na década 60, com a Declaração de Arusha, onde os países em vias de desenvolvimento comprometeram-se a ultrapassar a pobreza considerando os aspectos fundamentais da vida: água, saúde e educação. De lá para cá, alguns autores mostraram-se preocupados com a pobreza do meio rural e com a falta de oportunidade para as pessoas. Oportunidade de ter escola com professores e material, hospital com médicos e medicamentos, abastecimento de água e saneamento a baixo custo.

Abordar a questão do abastecimento de água em Moçambique torna-se delicado se tomarmos em consideração a guerra civil e o nível de escolaridade baixa da população. A guerra trouxe mudanças no tecido social, como consequência houve maior afluxo da população rural nas zonas urbanas o que provocou carências de infra-estruturas nesta última zona. Por outro lado a consciência da doença como derivada da má qualidade da água e não por causas de carácter mágico-religioso aumenta com o nível de escolarização médio das comunidades. A carência de infra-estruturas também afecta os serviços públicos: abastecimento de água (que está com um sistema antigo), remoção do lixo, drenagem e esgotos.

Os estudos sobre o arranjo institucional para a prestação de serviços de Abastecimento de Água Rural e Saneamento em Moçambique mostram que o abastecimento de água para as populações rurais deve ser feita com base no princípio de procura, ou seja, quando as comunidades são envolvidas na concepção, instalação e manutenção do sistema. Este princípio não está previsto na Política Nacional de Águas, contudo experiências no abastecimento de água em Cabo Delgado e Inhambane indicam ser viável a aplicação desse princípio.

O princípio de oferta, anteriormente utilizado pela DNA, não era sustentável, porque, segundo esta instituição, a população não assumia responsabilidades em relação as fontes melhoradas.

Na Política Nacional Água vários aspectos foram redefinidos como: o melhoramento da gestão e operação do sistema com o envolvimento dos representantes da comunidade, sector privado e Governo (como facilitador do processo)

A ideia é garantir a participação comunitária na gestão dos recursos e no processo de tomada de decisões, a todos os níveis, sobre o seu futuro.

Isso não significa que o Estado deve deixar de garantir os direitos fundamentais da população como permitir que as camadas mais baixas da população se beneficiem dos serviços de água e saúde.

O contexto sociocultural de cada comunidade permite que as necessidades fundamentais na vida da mesma sejam incorporadas ou não. Um exemplo prático é a introdução de latrinas melhoradas em Nampula, enquanto que no interior as pessoas aceitaram utilizá-las, no litoral a reacção foi negativa. Com este exemplo podemos dizer que para a introdução de qualquer política que modifique a vida da população

deve-se fazer uma consulta a comunidade sobre as necessidades que ela tem. (...) *Entender a lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo* (Geertz:1988). Neste caso será necessário entender quais são as dinâmicas dos grupos? Como é que eles se manifestam? Que influências eles podem ter no desenvolvimento de Nampula? Estas perguntas poderão ser respondidas com estudos mais aprofundado no terreno.

Estudos sobre as formas de planificação e gestão do sector de água rural em Tanzânia, mostram que para um maior aproveitamento dos recursos existentes ou melhorados é necessário o envolvimento da população, sector privado, ONG 's e o Governo.

Neste caso, o Governo aparece como um dos parceiros principais no processo de planificação e gestão dos recursos livrando a população da cobrança de custos altos no pagamento dos serviços por parte de empresas privadas. A população precisa de ser informada sobre os serviços prestados e educada de modo a que tirem maior proveito do mesmo.

Existem alguns aspectos que impedem a rápida adesão da população ao princípio de procura:

- escolaridade baixa
- fraca experiência na gestão dos recursos
- organização das pessoas

As pessoas não escolarizadas e residentes nas zonas rurais encontram-se em maior desvantagem, porque o acesso a educação e informação não são programadas de modo a abrange-las.

O SECTOR DE SAÚDE

Segundo Schwalbach a saúde é mais do que o resultado de uma simples prestação de um conjunto de cuidados médicos curativos e preventivos. Mas o resultado da interacção dinâmica de múltiplos factores que actuam positiva e negativamente na vida do indivíduo.

O inquérito demográfico e de saúde 1997 mostra que mais de 40% das mulheres desejam ter seis ou mais filhos. O número médio ideal de filhos para as mulheres é 5.9 contra 7.4 para os homens. Aproximadamente 40% de mulheres e 30% de homens, não conhecem nem um método anticonceptivo moderno. Nampula é uma das Províncias com prevalência anticonceptiva abaixo de um por cento.

Com esses dados podemos observar que maior parte da população precisa de ser educada e informada sobre os cuidados primários de saúde e para as mulheres em particular a necessidade de planeamento familiar.

Segundo a definição da OMS, a saúde é a expressão das necessidades do homem de modo a atingir um bom estado físico mental e social, e não apenas ausência de doença ou enfermidade. Nesta definição chama-se a atenção para a prevenção das doenças.

O inquérito Demográfico e de Saúde 1997 mostra que cerca de 16% das crianças menores de três anos sofrem desnutrição crónica severa. Nas Províncias do Norte, Niassa e Cabo Delgado aproximadamente 50% das crianças tem problemas de desnutrição aguda e crónica. Os problemas de saúde e nutrição afectam a capacidade cognitiva da criança. Alguns factores são favoráveis ao melhoramento da dieta alimentar, em Nampula como: a produção agrícola que é a base de cereais, a pesca artesanal.

Para finalizar, segundo Marcondes a saúde deve ser focalizada em um contexto integrado e compreensível que ajude a população a ver as implicações biológicas, sociais e económicas de seus actos e a responsabilidade que lhes cabe.

SANIDADE

Esta área é pouco explorada, tanto em termos bibliográficos quanto nos projectos Holandeses em Estudo. O Manual do animador de saúde aborda as várias formas de se fazer saneamento a baixo custo. A ideia é de utilizar instrumentos que não poluem o ambiente mas que permitem a higiene.

4.5 PARTICIPAÇÃO DOS ACTORES NA GOVERNAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – A ABORDAGEM DO “PODER TRADICIONAL”

A participação política pressupõe o acto de as pessoas tomarem parte activa na concepção, planificação, tomada de decisões e execução de programas que dizem respeito à sua vida como membros de uma comunidade ou sociedade, no caso vertente, dentro de um contexto de mudanças que incluem as componentes descentralização, democracia e desenvolvimento. Esta participação tem como premissas fundamentais a existência de condições e de um clima que permitam as pessoas participarem efectivamente e o conhecimento do que elas podem e devem fazer, tornando-se dessa maneira actores activos.

Por condições e clima propícios a participação entende-se como sendo a existência da paz e de um Estado cuja organização abre espaço para que os cidadãos se organizem em diferentes agremiações de natureza política, associativa ou outra, constituindo aquilo a que se convencionou chamar por sociedade civil. Em Moçambique já se deram passos significativos com a constituição de 1990 que proclama o Estado de direito e consagra o multipartidarismo e abre possibilidades para a constituição de associações e outras organizações de grupos de cidadãos. De igual modo a paz foi alcançada com o cessar fogo assinado entre a Frelimo e a Renamo a 4 de Outubro de 1992. A consubstanciar estes factos assinala-se a realização de eleições gerais que tiveram lugar em Outubro de 1994, das quais foi eleita uma assembleia da República multipartidária e o governo constituído pelo partido que obteve a maioria dos votos, a Frelimo. Estes factos são reforçados pelo desencadeamento do processo de descentralização em curso.

Quanto as condições do conhecimento do que as pessoas podem e devem fazer, queremos-nos referir, em ligação com a premissa anterior, a existência de espaços em que são promovidas acções tendentes a levar ao conhecimento das populações os projectos que integram os processos de mudança em curso no País.

Neste capítulo pretende-se, portanto, apresentar uma reflexão sobre os níveis de participação ou não das populações ou seus representantes nos processos de tomada de decisões no quadro das mudanças multiformes que se estão a operar no País.

Procura-se, igualmente, avançar algumas sugestões sobre mecanismos que possam levar a melhoria dessa participação. A reflexão apresenta os elos existentes entre todos os actores da vida sócio-económica, política e cultural da província, abordando algumas experiências que se vão registando ao longo dos últimos anos. O enfoque axial é a organização dos órgãos do Estado e a maneira como se está operando o relacionamento com os diferentes actores, em particular com as comunidades rurais. Para termos de comparação são apresentados alguns resultados de pesquisas realizadas sobre algumas experiências de processos de descentralização em África.

O texto é parte de um trabalho de pesquisa ainda não concluída. Como tal, alguns dos pontos de vista abordados podem carecer de confirmação.

A PRESENÇA DO ESTADO E OUTROS AGENTES NO DISTRITO

A actual organização territorial do Estado moçambicano tem como base o distrito. Este subdivide-se em postos administrativos. Em cada distrito há um governo constituído por direcções e dirigido por um administrador. As direcções distritais são réplica dos ministérios que compõem os governos central e provincial e representam os principais serviços estatais: Educação, Saúde, Cultura e Desportos, Agricultura e Polícia. Em distritos onde o desenvolvimento socio-económico justifica e que constituem uma referência regional, encontram-se representados outros serviços como Finanças, Obras Públicas, Electricidade, Justiça, Registo Civil e outros.

No quadro do processo de autarquização, uma das componentes da descentralização, e na sequência das eleições municipais realizadas em Junho de 1998, os principais aglomerados urbanos da província -, as cidades de Angoche, Ilha de Moçambique, Nacala, Nampula e a vila do Monapo -, possuem já assembleias e governos municipais próprios eleitos. Com a introdução dos órgãos municipais eleitos nestas unidades territoriais, é alterada significativamente a estrutura governamental que dos órgãos centrais se repetia para níveis cada vez mais baixo até ao posto administrativo. Contudo, nos demais distritos a estrutura mantém-se inalterada.

Os postos administrativos têm o chefe do posto apoiado por alguns funcionários de secretaria, para além de uma presença da polícia através de um número reduzido de agentes. Encontram-se também outros funcionários do Estado, como sejam, os responsáveis pelas unidades da Educação e da Saúde locais. Estes não fazem parte do colectivo do chefe do posto, sendo directa a sua subordinação ao director distrital do respectivo sector. Tanto nas sedes distritais como nas dos postos administrativos encontram-se funcionários e técnicos de instituições para-estatais ou não-estatais operando em programas ou projectos específicos.

Para lá do posto administrativo estão os diversos aglomerados populacionais, territorialmente organizados, por regra, segundo as estruturas dos antigos regulados que não tem nenhum reconhecimento formal do Estado. Os regulados eram unidades administrativas do período colonial que se situavam abaixo do posto administrativo, sob o comando de um chefe nativo.

Depois da proclamação da Independência nacional e durante a vigência do monopartidarismo, até 1986, o distrito compunha-se de localidades que se subdividiam em círculos e estes em aldeias. Em cada um destes níveis havia assembleias com os respectivos conselhos executivos. Uma das medidas tomadas pelas novas autoridades, relativamente à organização dos distritos e das cidades, foi a extinção das câmaras e comissões municipais, criando no seu lugar os conselhos municipais .

A partir de 1986, altura em que também foram criados novos distritos, como o de Lalaua e o de Nacarua, no caso da província de Nampula, a maioria das localidades foram transformadas em postos administrativos, permanecendo outras ainda sob a antiga designação de localidades, mas sem existência legal. Do distrito até à aldeia era dominante a “promiscuidade” entre estruturas estatais e partidárias.

Depois da guerra, no pós-independência, grande parte das aldeias deixou de existir, tendo a maioria dos seus habitantes regressado para as antigas zonas de povoamento disperso. Com a adopção do multipartidarismo, a partir de então, não só se verificou o enfraquecimento da influencia das estruturas políticas identificadas com o partido Frelimo, como também, em algumas zonas, outras forças políticas, sobretudo a Renamo, implantaram as suas representações.

Nessa altura passou também a registar-se um outro fenómeno: o ressurgimento dos antigos régulos reclamando o exercício do poder e da autoridade sobre as "suas" populações e terras. Como efeito, foi à volta dos antigos régulos, chefes de grupos de povoação e chefes de povoação que as populações saídas das aldeias comunais se reorganizaram. Numa pesquisa realizada nos distritos de Ribáue, Monapo, Angoche, Moma, Nacaroa e Memba, obteve-se dos antigos régulos uma reclamação que incidia nos seguintes pontos: reconhecimento formal pelo governo, permissão para o hastear da bandeira nacional nas suas residências oficiais, devolução das casas que o Estado colonial havia construído para eles e que hoje funcionam como sedes de grupos dinamizadores, a concessão de meios de transporte, atribuição de um subsídio pelo Estado em recompensa pela colaboração que prestam .

Para uma melhor compreensão dos conflitos que actualmente têm ou podem ter lugar um pouco por todo o lado, dentro da província de Nampula, é oportuno e mesmo necessário determo-nos sobre a descrição histórica dos régulos e chefes tradicionais.

Não há uniformidade de opinião entre os que reclamam o estatuto de chefe e a posse da autoridade tradicionais e os actores das instituições modernas, sejam eles funcionários do Estado, políticos, agentes da sociedade civil e, até alguns académicos. Há duas entidades distintas e nem sempre coincidentes na mesma pessoa, por um lado o chefe tradicional e por outro o régulo antigo funcionário do governo colonial. Há diferentes casos a considerar dentro da província de Nampula:

- existência de antigos régulos que por razões específicas, são também representantes do chefe e da autoridade tradicional junto das pessoas que constituem as suas comunidades;
- noutro caso, embora pertencentes à mesma linhagem clânica, o régulo era um indivíduo e o chefe tradicional era outro, regra geral numa relação de subordinação hierárquica em que este ultimo podia aparecer como conselheiro daquele.

Tanto no primeiro como no segundo caso, normalmente não havia problemas, pois era possível harmonizar as obrigações inerentes à administração e as relativas à vida espiritual da comunidade.

- num terceiro caso havia régulos impostos pela administração, que podiam ser indivíduos estranhos à chefia tradicional predominante num território ou a ela pertencentes, mas sem direitos de legitimidade.

Este tipo de régulos impunham-se mais pela força que lhes advinha do apoio da administração.

- outras vezes a indicação de um indivíduo estranho à linhagem dos detentores da chefia tradicional era obra dos próprios "donos da terra". Estes confiavam a tal pessoa para responder perante as autoridades administrativas quando as coisas não eram totalmente claras quanto as intenções destas, relativamente aos chefes dos antigos reinos.

Ha autores que como *Branquinho* entenderam que essa pessoa estranha a quem era confiada a difícil tarefa de ser régulo perante uma administração estrangeira era um escravo. Se nalguns casos era isso verdade, noutros não parece que fosse assim. Segundo se constatou na pesquisa realizada nos distritos de Lalaua, Ribaue e Malema, as pessoas que assumiam o regulado, sendo estranhas às linhagens clânicas politicamente dominantes, eram pessoas de extrema confiança do "chefe grande" local, podendo ser, em geral, aliados matrimoniais de longa data e que, de certo modo, tinham no tal "chefe grande" e sua linhagem protectores que deviam ser defendidos das intenções obscuras do inimigo. Era, portanto uma estratégia de defender o verdadeiro chefe. Depois de criado um clima de segurança, normalmente a autoridade administrativa que representava o régulo era devolvida aos donos que se podiam organizar segundo os dois primeiros casos apresentados.

Devido ao poder que detinha legitimado pela administração colonial e, porque a modernização dos esquemas de vida nas comunidades rurais passava por eles, muitos régulos passaram a ser o ponto de referencia, em detrimento dos chefes tradicionais cujas funções se restringiam cada vez mais aos aspectos magico-religiosos e espirituais e mais aos níveis das famílias clânicas. Ate ao final do tempo colonial, nos meados da década 70, muitas regiões da província de Nampula eram designadas pelos nomes dos antigos régulos considerados "donos da terra". O cenário mudou quando, com a proclamação da Independência nacional, foram criados novos órgãos de poder e uma nova estrutura administrativa na base com a exclusão daquela que existia.

Nas zonas rurais do interior, apesar de as autoridades moçambicanas terem procurado excluir os regulados do novo cenário político-administrativo, estes adaptaram-se à nova situação: algumas das responsabilidades nos novos órgãos, tais como secretariado de células e grupos dinamizadores e presidência das assembleias das aldeias ou círculos, passaram a ser assumidas por jovens muito próximos dos antigos "donos da terra". Assim, o relacionamento com as estruturas do partido e do Estado na localidade ou no distrito passou a ser semelhante ao que decorria no tempo dos regulados: o secretário ou o presidente de um órgão local recebe instruções do órgão hierarquicamente superior, mas antes de as implementar discute-as com o seu tio, a personalidade tradicional politicamente mais influente na zona.

Entre os anos de 1992 e 1995, a questão dos régulos foi tema de muita discussão e alvo de manipulação política. Chegou a haver régulos da Renamo e régulos da Frelimo, do governo, portanto. Em algumas zonas apareceram indivíduos que no passado nunca tiveram sequer alguma relação com gente daquele estatuto a autoproclamarem-se régulos, por alegadamente terem sido instituídos pela Renamo, originando assim o fraccionamento de antigos regulados. Embora pareça haver um

silêncio acerca da questão, ela constitui ainda um problema por resolver. Em algumas situações críticas, tanto a Frelimo como a Renamo fazem uso dos régulos conforme os interesses do momento. Por outro lado, altos funcionários do governo têm, com certa frequência, se referido à atitude de régulos que "inviabilizam" os programas do governo. A oposição, por sua vez, procura capitalizar o descontentamento dos régulos, por o governo central procurar negar o reconhecimento formal por eles reclamado.

Postas estas considerações, parece necessário fixar que para lá da legitimidade ou não que domina as discussões sobre régulos e chefes tradicionais, o importante seria tomar cada caso concreto no seu próprio contexto. Uns e outros são mais ou menos legítimos conforme a maneira como as respectivas comunidades os classificam e os aceitam. A sua importância ou "utilidade" não pode ser aceite ou negada simplesmente pelo rótulo que ostentam. Por outro lado, parece também importante que a questão não deve ser tomada simplesmente pelo "reconhecimento de um facto que já existe". Quer parecer que as reclamações não requerem o reconhecimento da autoridade tradicional no que concerne às suas obrigações e práticas meramente tradicionais. O que se pretende é o reconhecimento formal do que uns e outros realizam no âmbito da mobilização e enquadramento das populações.

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E COLABORAÇÃO COM RÉGULOS E/OU CHEFES TRADICIONAIS

Apesar das indefinições sobre o papel a atribuir aos régulos e/ou chefes tradicionais, diferentes experiências na província de Nampula, mostram que na maioria dos casos o trabalho eficaz no seio das comunidades rurais é mais possível com o seu envolvimento do que com a sua exclusão. Porque carecem de uma directiva que uniformize os procedimentos sobre o assunto, os administradores distritais e chefes de posto ensaiam variadas iniciativas conforme a sensibilidade de cada um. Nessa perspectiva, uns saem-se bem, conseguindo resultados positivos baseados na mobilização da colaboração dos régulos e/ou chefes tradicionais. Outros, não conseguem a colaboração e na procura de impor decisões perdem a autoridade e agravam o descontentamento das pessoas, facto que é explorado por forças políticas adversárias advindo daí, por vezes, as frequentes acusações de que a oposição está a usar as forças tradicionais para inviabilizar o programa do governo!

Exemplos de iniciativas de promoção de boa colaboração entre a administração do distrito e as forças tradicionais podem ser apreciadas em Murrupula, por exemplo. Maus exemplos dos agentes da administração registamos no posto administrativo de Chalaua quando, em 1996, o chefe de posto ao invés de contribuir para a resolução dos graves conflitos que havia entre pretendentes ao regulado, mais não fazia senão do que agudizar as intrigas despromovendo uns e provendo outros.

UMA PRESENÇA CONSTRANGIDA DOS ORGÃOS DO ESTADO E A URGÊNCIA DE UM DIÁLOGO MULTILATERAL

A situação actual, no que respeita à posição das instituições do Estado, é caracterizada por um aparente enfraquecimento e ausência, sobretudo nas zonas rurais. É difícil, contudo, apontar as causas disso, mas não se estaria muito longe da verdade se para o facto fosse apontada uma influencia conjugada de múltiplos factores, destacando-se, entre os quais:

- enfraquecimento da influência das estruturas político-administrativas do tempo do monopartidarismo;
- aparecimento de diferentes representações de forças políticas junto das comunidades, sobretudo nos principais aglomerados populacionais;
- ressurgimento de régulos ou chefes tradicionais e a reiterada exclusão dos mesmos pelos órgãos centrais do Governo, na "colaboração" formal em assuntos que dizem respeito às comunidades;
- a disseminação de organizações que actuam no distrito, aparentemente sem ligações com o governo local e muito menos com os chefes dos postos;
- carência de meios e as difíceis condições com que os agentes do Estado se confrontam na realização dos seus trabalhos.

Muitas vezes as causas do problema são procuradas ao nível do grau de legitimidade, não se negando, no entanto, a possibilidade de, nas condições de Moçambique, se construir um Estado moderno combinando e conciliando todos os elementos em presença consoante as realidades que se apresentam no momento e no espaço concretos. O que parece extremamente difícil, se não mesmo impossível, é a imposição, por vezes arbitrária, de novas formas de vida estranhas a uma sociedade ignorando-se aquelas que lhe são peculiares. Tanto a presença de instituições do Estado como de instituições tradicionais são realidades inegáveis em Moçambique, cuja coexistência é possível, bastando para o efeito a promoção de um diálogo aberto e franco, baseado no princípio de que a prioridade e o empenho de todos na concretização do desenvolvimento. A falta do diálogo que fomenta desconfianças mútuas é factor que dificulta a participação efectiva a todos os níveis.

O diálogo a que nos referimos não diz respeito apenas às instituições modernas do Estado e às tradicionais. Ele falta a todos os níveis entre as forças em presença no terreno. As forças políticas nem sempre se preocupam pela harmonização e convergência dos pontos de vista no que poderia criar o bem estar das populações. As diferentes organizações que executam projectos ou programas fazem-no isoladas não só dos órgãos locais do Estado de quem não dependem, como também das suas congéneres que actuam noutros sectores de actividade.

Por outro lado, a fraca formação dos quadros do Estado ao nível do distrito não permite a estes uma maior abertura a iniciativas que concorram para promoção e mobilização de parcerias. Por exemplo, um chefe de posto, o representante do Estado na base, deveria, no mínimo, ter uma formação básica em questões ligadas à agricultura, com algumas noções de sociologia, com conhecimentos profundos das realidades culturais locais, etc. O administrador do distrito deveria, igualmente, ser

um indivíduo bem formado e informado. Um indivíduo sem complexos para dirigir equipas de técnicos que actuam em diferentes sectores da vida do distrito.

A ausência destas competências tem como consequência a situação acima descrita. E, perante tal cenário, com que confiança podem as populações locais encarar os representantes das instituições do Estado?

O QUE REPRESENTAM AS DIFERENTES INSTITUIÇÕES MODERNAS JUNTO DAS POPULAÇÕES LOCAIS?

Os representantes das instituições do Estado, das forças político-partidárias, das diferentes organizações que se encontram no distrito, aparecem normalmente aos olhos das populações como uma e a mesma coisa, sob um mesmo rótulo: "akunya". Todas essas instituições são entendidas e consideradas como "governo", termo por que são genericamente designadas as instituições modernas de origem ocidental. Assim sendo, é importante recordar como é que o Estado moderno emerge e se impõe nas sociedades africanas. Qual foi, historicamente, a relação entre estas sociedades e o Estado moderno.

Em Moçambique o Estado moderno aparece com a colonização portuguesa, como uma força estranha e caracterizada por uma postura repressiva. Depois da proclamação da Independência nacional, as mudanças operadas na organização do novo Estado pouco contribuíram para mudar a imagem deste perante as populações. Muitas das medidas de alcance político e social foram tomadas com base no que parecia mais correcto na óptica da Frelimo, sem auscultação das populações e sem observância de realidades sociológicas concretas. Não há dúvidas de que algumas das medidas tomadas visavam a criação do bem estar e o desenvolvimento das populações. Mas, estas não as sentiram como suas nem as respectivas "conquistas" que delas advinham.

Perante este quadro de "recusa", poder-se-á dizer que as populações são irremediavelmente adversas às instituições modernas? Será que elas são por natureza e fatalmente resistentes às mudanças?

O QUE TEM SIDO FEITO PARA VULGARIZAR O CONHECIMENTO?

Um conhecimento objectivo do que se está a passar, do que se pode e se deve fazer no contexto das mudanças que se operam no País é ainda apanágio exclusivo de uma pequena percentagem da população, nomeadamente as pessoas ligadas aos órgãos de tomada de decisão ao nível do governo central, aos indivíduos filiados em instituições político-partidárias, académicas ou agremiações cívicas. A grande maioria mantém-se ou, na pior das hipóteses, é mantida alheia em relação aos processos em curso.

Desde 1994, tal como acontece em todo o País, também na província de Nampula têm sido levados a cabo cursos e seminários de divulgação do conteúdo das mudanças que se estão sendo introduzidas. Tais eventos, levados a cabo por organismos governamentais e não governamentais, têm, contudo, a grave limitação de terem como

palco exclusivo os principais centros urbanos e abrangerem quase sempre as mesmas pessoas. A presença, por vezes, das chamadas "autoridades tradicionais" não passa de uma demonstração folclórica, em que são convidadas a aparecer mais para se dar a entender que o evento teve uma ampla participação do que para promover a participação.

Por outro lado regista-se o síndrome da "educação cívica". Assiste-se que quando se aproximam momentos da realização de eventos importantes como eleições e recenseamentos, todo o País fica agitado por campanhas levadas a cabo por agências governamentais, organizações nacionais e internacionais. Contudo, o alcance delas é por vezes insignificante em relação ao País e há população que se tem. Se o objectivo é divulgar os novos conceitos sobre a democracia e descentralização numa perspectiva de promoção do desenvolvimento, então que se faça da educação cívica uma actividade permanente e adaptada às condições das populações, na sua maioria analfabeta. Uma educação cívica que não se limite a divulgar conceitos alheios às comunidades, mas que explore as experiências das sociedades africanas.

As condições de participação política das populações estão limitadas ao nível do discurso, um discurso que não vai ao alcance da maioria das pessoas, é vazio de objectividade em lugar de promover a participação genuína e consciente das populações. Assiste-se à tendência para a instrumentalização das pessoas nos momentos em que a sua colaboração é necessária para que uma determinada realização tenha sucesso.

Uma análise, à luz destas considerações, do que realmente tem sido a participação política das populações, sobretudo em Nampula, ao longo dos anos que se seguiram ao fim da chamada guerra civil (Outubro de 1992 até ao presente), passa por um estudo minucioso do que foi tanto a participação das populações, sejam elas dos meios urbanos ou rurais, como o papel das instituições oficiais e não oficiais na promoção dessa participação. Os acontecimentos que nos parecem de maior relevância para um estudo dessa natureza seriam os seguintes:

- Processo de reassentamento da população depois da guerra
- Participação nas eleições de 1994 e nos processos a elas inerentes (recenseamento e campanha eleitorais)
- Reestruturação política tendo-se em conta o constante questionamento sobre o papel dos Grupos Dinamizadores na actualidade e o "reaparecimento do poder/autoridade tradicional" no quadro da política de descentralização
- Reabilitação de infra-estruturas públicas, incluindo as vias de acesso
- Recenseamento geral de 1997
- Eleições autárquicas de 1998

Uma das principais mudanças que se pretendem em Moçambique, diz respeito ao processo de descentralização e democratização. O primeiro acontecimento foram as eleições autárquicas de 30 de Junho de 1998. Resta, contudo, ver qual será o alcance e o impacto do processo da autarquização no que respeita ao desenvolvimento das localidades que "gradualmente" irão sendo abrangidas.

O processo moçambicano da descentralização tem uma ligação directa com a publicação da Constituição de 1990 que cria as condições legais para a existência de uma democracia multipartidária. A partir de 1990 até 1994 regista-se uma grande movimentação no governo que passando pela criação do "Projecto de Reforma de órgãos Locais", culminou com a aprovação pela Assembleia da República da Lei 3/94,

criando-se assim o quadro institucional dos distritos municipais. Na sequência da aprovação desta Lei, o Ministério da Administração Estatal e diversas ONG's promovem diversos seminários de divulgação, ao mesmo tempo que pesquisas encomendadas por aquele ministério, e que tiveram início em 1991, iam tendo lugar, com vista ao estudo das conflitualidades e predisposições prevalecentes nos distritos.

Como testemunho de que a nova democracia moçambicana está ainda a tactear o caminho rumo à sua efectivação e que tem muito peso exterior a suportar, aconteceram uma série de discussões caracterizadas por desconfiança entre as forças políticas actuais no País, levando não só ao adiamento sucessivo das eleições autárquicas mas também à alteração do quadro legal autárquico. Pois, em 1997 e adoptada uma nova lei, a Lei 2/97, de 18 de Fevereiro. Este dispositivo legal, contrariamente ao seu antecessor, restringe a municipalização às cidades, vilas e povoações sede dos postos administrativos. Por outro lado, enquanto a Lei 3/94 previa "áreas de colaboração" das autoridades tradicionais, a Lei 2/97 não é aberta a esses respeito, dando mostras de que a descentralização preconizada passa pela contínua exclusão das realidades africanas e aplicação de modelos modernos de origem exógena.

TEORIAS SOBRE O PODER POLÍTICO EM ÁFRICA

Freeks e *Otto*, referem que a reflexão sobre os processos de descentralização em África data dos inícios da década de 1960, no quadro do processo da descolonização. Nessa altura, um autor por eles citado, *Harold Alldefer* apresentou quatro modelos de descentralização: o britânico, o francês, o russo e o tradicional.

O modelo britânico tinha como base as comunidades locais nas cidades e aldeias e muitas dos assuntos eram da responsabilidade de um governo constituído por cidadãos eleitos localmente, sendo a ligação com o governo central estabelecida somente em questões importantes através de inspectores enviados para exercerem algum controlo aos governos locais. O modelo francês consistia num sistema hierarquizado e unificado em que o governo central penetrava profundamente nas regiões e localidades com administradores gerais (prefeitos e subprefeitos) e departamentos do governo central. O modelo russo foi descrito como sendo o sistema socialista ou comunista em que o partido era o principal actor de controlo governamental e individual. O modelo tradicional é reconhecido como tendo continuado a existir virtualmente em todos os Países e sendo suas características a existência de um chefe apoiado por um conselho de velhos que decidiam sobre todas as matérias de importância para a aldeia, incluindo casamentos, terra, resolução de conflitos. Não havia uma separação formal de poderes, nem um governo de cidadãos que pudesse interferir.

Como referem os autores supracitados e como terá acontecido em Moçambique, o modelo tradicional foi incorporado na administração colonial, através dos regulados, como atrás referimos. Houve, contudo, bastantes dificuldades de os novos governos africanos, saídos dos movimentos nacionalistas se apoiarem nas realidades locais. Dependendo das linhas políticas e das alianças estabelecidas durante a luta armada de libertação nacional, os modelos de governação adoptados identificavam-se, invariavelmente, com os três primeiros modelos citados. Sendo de mencionar a vigência do centralismo democrático durante cerca de 20 anos.

Com a queda do império soviético o modelo de governação que lhe era inerente e que abrangia diversos países foi posto em causa. As políticas subsequentes de reajustamento estrutural incluem processos de descentralização que recentemente têm sido largamente discutidos.

Estudos recentes, tais como de *Frerks, Otto e Prud'homme* sobre a problemática de descentralização baseiam-se em trabalhos de *Alderfer* (1964), *Rondinelli e Chema* (1983), *Rondinelli, Nellis e Chema* (1984), *Rondinelli* (1989), *Rondinelli e Nellis* (1989) Estes apresentam as tipologias e as principais críticas da descentralização. Sem procurar entrar em detalhes sobre as tipologias, importa apresentar algumas das críticas que têm sido apresentadas:

- a descentralização aparece como uma estratégia política das elites governantes para reter mais poder pela renúncia de uma parte dele;
- a descentralização aparece como uma imposição das forças locais e é concedida pelos políticos dos escalões centrais;
- é um processo que mais parece uma moda para satisfazer algumas pessoas tendo pouco ou nenhum efeito na vida do povo;
- a descentralização é introduzida para melhorar a prestação de serviços públicos ao nível local;
- em todos os casos ela produz consequências políticas e económicas de somenos importância.

No recente Congresso Científico de Antropologia e Etnologia, realizado em Williamsburg, de 26 de Julho a 1 de Agosto de 1998, foram apresentadas várias observações sobre os processos de descentralização em África, através de resultados de pesquisas levadas a cabo em diferentes países do continente.

Da apresentação de *Bako-Arifari* pode reter-se que as políticas de descentralização em África, mesmo quando introduzidas por condicionalismos impostos por instituições internacionais de desenvolvimento ou quando resultado da vontade própria dos regimes políticos em busca de soluções para os problemas internos, tornam-se formas de intervenção nos assuntos políticos e sociais de desenvolvimento local. Essas interferências nos variados aspectos da vida social acabam por produzir verdadeiras instituições políticas e de desenvolvimento paralelas às instituições políticas tradicionais. Estas últimas constituem o garante, por que actor principal, na materialização das políticas de descentralização em todas as suas vertentes: democracia ao nível local, desenvolvimento, participação popular, promoção da

sociedade civil, boa governação local, definição e distribuição de certos estatutos sociais locais, etc.

Esta constatação mostra quão necessária é, de facto, a consideração das instituições tradicionais ao invés das manobras exclusivistas que têm sido prática no caso moçambicano. Estas atitudes não são isoladas no quadro dos países africanos, porque apesar de a autoridade tradicional jogar, teoricamente, um papel capital nos processos de democratização o seu lugar continua a ser assunto perverso. Estudos de caso sobre esta questão mostram que prevalece a indecisão dos governos centrais devido, provavelmente, ao receio de imprevistos políticos. Uma vez que na escolha de modelos políticos não houve, em geral, tempo e cuidado suficiente para se basear numa referência histórica e socio-política, na medida em que a descentralização, como outras políticas experimentadas pelos países em desenvolvimento aparecem como projectos fortemente condicionados por forças exteriores.

4.6 PARTICIPAÇÃO DOS ACTORES NA GOVERNAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – A ABORDAGEM DO “ESTADO”

Quando depois da Conferência de Berlim a administração do estado moderno se implantou, ela estava baseada em dois conceitos chave estranhos às práticas dos estados consuetudinários, a saber: a administração territorial e o monopólio pelo governo central dos poderes legislativo, executivo e judicial. Para as antigas administrações estatais africanas a iniciativa de lei era prática popular cuja sistematização e coacção eram da responsabilidade dos guardiões dos direitos consuetudinários ao nível das comunidades.

A articulação entre o exercício dos poderes pelo estado moderno e as comunidades, constituiu sempre um problema tanto para a administração colonial Portuguesa como para os Governos pós-independência. Houve uma diversidade enorme de mecanismos de articulação, desde as formas de administração directa utilizadas por António Enes e até ao princípio da década 1990 pelo Governo da Frelimo, passando pela administração indirecta de Salazar até às tentativas de incorporação dos chefes comunitários no aparelho de estado por Adriano Moreira e pelo actual governo Moçambicano.

Sempre que se fala sobre o desenvolvimento do campo em África, surgem considerações várias sobre as formas de o produzir e os métodos a aplicar, deixando-nos a ideia de que o desenvolvimento do campo, em África, se reveste de condicionalismos diferentes dos que estão subjacentes ao desenvolvimento em qualquer outro continente, causando sempre uma grande ansiedade e a conseqüente angústia na procura das chaves que abram a porta do bem-estar para os africanos.

Ainda que se considere essa preocupação louvável, deve-se desmistificar o problema, procurando no entanto entender como funcionam as sociedades rurais africanas, i.e., a sua *fisiologia*, investigando como se processa o seu desenvolvimento, e certamente que se chegará à conclusão de que todas as outras sociedades seguiram caminhos basicamente similares, só que em tempos diferentes.

As sociedades rurais africanas, são, na sua maioria, sociedades profundamente hierarquizadas, caracterizando-se por um vincado autoritarismo, de que as chefias normalmente abusam, o que aliás é normal, pois o processo de desenvolvimento social e político em África foi truncado pelo colonialismo, não tendo atingido a fase da democracia.

Estas sociedades, de uma forma geral, obedecem às suas chefias e sentem a sua falta sempre que seja preciso resolver problemas importantes para a vida individual, mas especialmente para a vida da colectividade.

Todos os avanços que essas sociedades fazem são determinados pelas suas chefias, que antes do domínio colonial representavam estruturas estatais, na sua fase embrionária, e que foram substituídas pelo colonizador, que implantou um poder organizado, com as características dos actuais Estados.

Estas estruturas do Estado colonizador sobrepuseram-se às estruturas do poder tradicional, e com elas coexistiram, tendo-se imposto às sociedades rurais pela força, sendo no entanto por elas reconhecidas e temidas. De recordar que esta coabitação durou mais de um século.

À medida que os grupos sociais, que viviam nas unidades territoriais criadas pela Conferência de Berlim, se foram tornando politicamente independentes, estruturaram os respectivos estados, de acordo com as regras em uso nos países desenvolvidos e os órgãos daí decorrentes aparecem, normalmente, às comunidades rurais, como representando um poder paralelo ao poder legitimado pela tradição, tendo-se sempre que entrar em consideração com esta dualidade, que constitui, essa sim, uma forma *sui generis* de poder, o que não pode ser ignorado.

De qualquer maneira, as comunidades rurais nunca funcionam sem estarem ligadas àquelas duas formas de poder, o *poder tradicional*, constituído pelas chefias tradicionais, régulos, entre outros e o *poder estatal*, representado pelas estruturas do governo, cabendo a cada um destes poderes as suas responsabilidades.

Normalmente ao primeiro cabem as acções de mobilização e as relações com o sobrenatural, pedido de apoio aos *espíritos protectores*, ao segundo ficam cometidas as acções práticas de execução.

Tudo leva a crer que o poder a que chamámos tradicional, em tanto que embrião do estado e com características marcadamente antidemocráticas, não tem futuro histórico e à medida que a sociedade evolui, se desenvolve e cria novas formas de organização social e política, vai perdendo a sua influência, em favor do poder do estado e de essas outras formas organizativas, no entanto, quando o estado enfrenta uma crise aguda, em que é posto em causa, como numa guerra civil, a comunidade imediatamente se volta para o poder tradicional, como forma alternativa de estado, que tem uma conotação divina, portanto menos vulnerável, no seu entender.

De qualquer modo, as duas formas de poder são imprescindíveis como instrumentos de desenvolvimento, devendo ser as duas igualmente envolvidas em qualquer acção que se pretenda levar a cabo, pois são complementares.

Quanto ao papel do estado, ou melhor, à pertinência da participação do Estado no processo de desenvolvimento diz o Banco Mundial no seu relatório de 1997:

“À volta do globo o estado está na ribalta. Os desenvolvimentos alcançados na economia mundial levam-nos a visitar questões básicas acerca do governo: qual deve ser o seu papel, o que deve e não deve fazer e como o pode fazer melhor.

Os últimos cinquenta anos mostraram claramente os benefícios e as limitações da acção do estado, em particular na promoção do desenvolvimento. O governo ajudou a implementar substanciais alterações positivas na educação, na saúde e na redução da desigualdade social.”[in: World Bank Development Report, 1997, Washigton]

O mesmo relatório acrescenta ser o estado vital para o fornecimento de bens e serviços, de normas e instituições, que permitem os mercados desenvolverem-se e as pessoas terem vidas mais saudáveis e felizes. Indo mais longe ainda afirma: “*sem ele, o desenvolvimento económico e social sustentável é impossível*”. Considera ainda ser o estado fundamental para a promoção do desenvolvimento económico e social, não tanto como agente directo, mas como parceiro, catalisador e facilitador.

Mas o papel que o estado deve desempenhar no desenvolvimento é cada vez mais amplo e complexo, à medida que se vai alargando o leque das instituições e autores que sobre este assunto se debruçam. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento considera no seu relatório sobre o desenvolvimento humano de 1997 que :

“O estado não pode renunciar à sua responsabilidade de providenciar educação básica e saúde para todos, reformar as instituições para melhorar o acesso aos bens produtivos, de manobrar a política macro-económica no sentido do pleno emprego e de mobilizar os recursos, através de impostos, para controlar a desigualdade, bem como de mobilizar os recursos necessários à irradicação da pobreza. Em todas as áreas de política, o estado deve aumentar os benefícios das populações pobres e promover mercados a favor dos pobres” [in: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1997].

Porém, considerando não ser por vezes muito fácil ou viável que os estados possam desempenhar correctamente o seu papel, admite o PNUD que apoios podem surgir de vários quadrantes – “*mais importante é o facto de, mesmo os estados que não se dedicam totalmente ao desempenho das suas obrigações, poderem ser encorajados a dar esses passos, através de grupos de pressão, da pressão democrática e das influências internacionais, para:*

- *promover a participação política de todos;*
- *encorajar parcerias público-privadas;*
- *facilitar o planeamento de baixo para cima;*
- *garantir a responsabilização e a transparência;*
- *evitar a criminalização da política;*
- *proteger a liberdade de imprensa;*
- *promover o activismo judicial; e*
- *promover a educação cívica.*

Claro que cada País é uma realidade diferenciada e casos há em que a habitação e outros serviços chave são providenciados, não pelo governo local, mas por *conselhos* nomeados e firmemente controlados pelo governo central, o que contraria a moderna ideia descentralizadora. Outros há em que os *conselhos* têm uma maior autonomia não pondo em causa, no entanto, a estabilidade do poder central.

Pensamos ser necessário que se identifiquem claramente quais as responsabilidades do estado em todo o processo de desenvolvimento e que se estude a forma de suprir as fragilidades que sejam detectadas, quer pela via da auto-produção dos serviços sociais, quer pela via da cooperação internacional.

Em nosso entender, esse poderá ser o contributo da cooperação internacional, em particular nas seguintes áreas:

- formação de quadros técnicos para os distritos nas áreas de planificação, obras públicas (construção e manutenção de estradas, pontes e infra-estruturas simples, como, escolas, postos de saúde, etc.) saúde, educação em complemento da formação prestada pelo ensino formal;
- apoio na criação e funcionamento de formas de participação democrática das comunidades nos órgãos locais do estado;
- participação na dotação dos distritos em equipamento para as áreas sobre as quais incide a formação;
- capacitação de membros das comunidades seleccionados para a gestão de poços, centros de saúde, moageiras, carpintarias, entre outros.

De uma forma geral o estado, nos países em desenvolvimento, apresenta muitas limitações, não conseguindo cumprir com os objectivos a que se propõe quando mesmo não tem dificuldades em definir os próprios objectivos. O referido relatório do PNUD sintetiza de uma forma pragmática o Plano de Acção para o Futuro, pondo como condição que “*a todos os níveis da sociedade devem estar envolvidos indivíduos, organizações comunitárias, ONG’s, sector privado, governo local e central e instituições internacionais*”, definindo como acções fundamentais para a mudança:

- melhorar a informação e o conhecimento;
- tomar medidas para assegurar consumo mínimo para todos;
- promover a inovação tecnológica;
- fazer face às distorções do mercado, eliminando os subsídios perversos e introduzindo impostos ecológicos;
- estabelecer e fazer cumprir leis e regulamentos apropriados; e
- fortalecer os mecanismos para a cooperação internacional.

Esta visão do futuro implica o estabelecimento de alianças entre cinco grupos de actores: (i) indivíduos e famílias; (ii) organizações comunitárias e ONG’s; (iii) produtores do sector privado; (iv) governo local e central; e (v) instituições internacionais.

Talvez se possa pensar no interesse em aperfeiçoar as estruturas do estado, tornando-as mais participadas pela comunidade, como forma de aumentar a sua legitimidade e de as democratizar, facilitando assim as alianças referidas anteriormente, para além de se fazer um esforço no sentido de as capacitar sob o aspecto técnico, provendo igualmente o seu equipamento.

Sendo o desenvolvimento o grande escopo a atingir, o mesmo só pode ser sustentável se for *endógeno*, se a necessidade de mudança tiver origem no seio da comunidade, e para que, na sua ausência, essa necessidade possa ser *induzida*, o envolvimento das organizações sociopolíticas das comunidades e das chefias tradicionais é fundamental.

5. ANÁLISE SECTORIAL

Neste capítulo faz-se uma abordagem primária dos vários sectores em que a cooperação holandesa actua na Província de Nampula. É intenção da equipa dedicar o segundo ano do Projecto Segui ao aprofundamento, junto dos vários parceiros, da análise dos projectos em curso, com vista a se conseguirem alcançar os maiores resultados possíveis com os fundos e os meios materiais e humanos que são disponibilizados para o desenvolvimento da província de Nampula.

Por uma questão metodológica, a equipa preferiu dedicar o seu primeiro ano de actividades ao desenho de um quadro teórico para o desenvolvimento de Nampula que fosse do consenso dos vários intervenientes, a saber: Governo Provincial, cooperação dos Países Baixos, sector privado e organizações representativas da sociedade civil. Caso o modelo teórico ora apresentado, cuja elaboração contou com o apoio de todos, venha a ser assumido pelos actores, será bem mais fácil fazer-se da análise sectorial um processo dinâmico onde as alternativas e as soluções serão encontradas por quem tem as responsabilidades e não por uma equipa de consultores.

Tinham sido identificados oito indicadores estatísticos ao nível da Província para a análise do impacto das acções de desenvolvimento que estão sendo levadas a cabo. Teve-se a preocupação de cobrir todas as áreas de actuação e o tipo de desenvolvimento que se propõe. Para a construção dos indicadores foi listado um conjunto de cerca de cinquenta dados estatísticos a recolher junto das Direcções Provinciais e de eventuais parceiros que façam levantamentos desta natureza.

Os indicadores seleccionados são os seguintes:

1. renda locacional
2. energia consumida per capita
3. intensidade do uso dos recursos per capita
4. taxa de adopção
5. contribuição do sector familiar no PIB da província
6. contribuição de cada região no PIB da província
7. índice de participação política e de direitos humanos
8. índice de autonomia da mulher.

Todavia a equipa deparou com uma série de dificuldades no levantamento dos dados estatísticos, quer porque não existem ou encontram-se dispersos pelos vários serviços ou ainda são dados baseados em estimativas muitas das vezes de validade duvidosa. A experiência demonstrou uma vez mais as dificuldades existentes com a informação estatística disponível o que nos leva a concluir ser necessário modificar o método de avaliação quantitativa das acções em curso. Também este aspecto será objecto do ano 2 do Projecto Segui.

Todos os dados estatísticos abaixo apresentados estão sujeitos a revisão, a sua inclusão tem carácter meramente indicativo não devendo ser tidos como indicadores seguros.

5.1 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O censo de 1997 indicou que cerca de 80% dos habitantes da província de Nampula vivem nas zonas rurais, constituindo 632.201 famílias com um tamanho médio de 3,6 membros por agregado familiar. Estima-se que o total da produção agrícola comercializada na Província de Nampula se situe entre os 35 e os 40 milhões de dólares americanos, sendo o caju responsável por cerca de 40%, o algodão por 30% e o tabaco com 10%, ficando os restantes 20% com os excedentes das culturas alimentares de milho e de amendoim. Por volta de 95% da produção agrícola é feita pelas famílias rurais que têm um rendimento anual médio de 205 US\$. Os números não deixam margem para dúvidas que a contribuição dos Países Baixos na Província de Nampula para o desenvolvimento tem de passar pelo aumento do rendimento das famílias rurais.

Os estudos da Michigan State University com o Ministério da Agricultura demonstram que cerca de 80% das famílias rurais têm todos os anos um déficit em calorias durante o chamado período da fome, o que corresponde à época quente antes das sementeiras. De acordo com a estratégia de Segurança Alimentar definida pelo Governo o consumo diário per capita de calorias não deve ser menor que 2200, nível que é ultrapassado na época da colheita (2,343) e no pós-colheita (2496) mas que fica pelas 1580 calorias na época da fome.

Mais de 87% das calorias são consumidas através das quatro principais culturas – milho, mandioca, feijões e amendoim – as frutas e vegetais somente representam 2% do consumo de calorias da dieta alimentar tal como os produtos de origem animal, como sejam a carne, os ovos, o leite, etc. A grande dependência dos cereais é responsável pela deficiência em vitamina A e em Ferro. A compensação em vitamina A é feita através do consumo do piri-piri, mas a falta de Ferro não encontra substituto o que provoca altos Índices de anemia na Província.

POPULAÇÃO e SUPERFÍCIE (km2)				
Distrito	Urbana	Rural	Fam.Rur.	Superfície
Angoche	84,256	143,180	41,373	3,311
Erati	0	206,524	59,801	5,751
Lalaua	0	55,674	14,879	4,651
Malema	7,180	126,094	33,970	6,386
Meconta	44,446	98,811	26,673	7,135
Mecuburi	0	119,084	32,284	3,786
Memba	0	183,086	50,250	4,558
Mogincual	0	95,000	27,143	4,442
Mogovolas	0	203,629	54,447	4,748
Moma	119,613	194,630	55,224	5,752
Monapo	0	225,000	60,811	3,581
Mossuril	17,634	65,391	17,596	3,463
Muecate	0	72,786	21,226	4,133
Murupula	9,252	91,963	26,894	3,095
Nacala-a-V.	4,349	68,293	18,920	1,169
Nacaroa	0	85,311	24,538	2,726
Nampula	306,674	104,743	29,783	3,739
Ribaue	0	131,000	36,389	4,894
<i>Total</i>	<i>593,404</i>	<i>2,270,199</i>	<i>632,201</i>	<i>77,320</i>

Nas sociedades rurais do Terceiro Mundo há três motivos que podem afectar negativamente o consumo de calorias – o deficiente acesso à terra, razões de ordem cultural e os baixos níveis de produção. No caso de Nampula cada família rural em média tem 3.8 hectares de terra não se tendo identificado uma significativa correlação positiva entre a área disponível e o consumo de calorias, ou seja o acesso à terra está assegurado tanto homens como a mulheres. Muito embora a segurança de acesso à terra passe, quase exclusivamente pelo homem (tio ou marido) não há registo de casos em que esta tenha sido posta em causa de forma generalizada. A aprovação da nova Lei de Terras, com o reconhecimento de direitos por ocupação sem necessidade de título, irá, por certo, contrariar a tendência para o açambarcamento e expulsão da terras que se verificava ao nível nacional.

Embora as razões culturais possam ter influência nos hábitos alimentares nada leva a crer que constituam impedimento na Província. Ao longo dos anos várias foram as culturas introduzidas que levaram à alteração dos padrões alimentares e que hoje são a base da dieta, como por exemplo, a mandioca que foi introduzida como cultura obrigatória nas terras do Lumbo por Pereira do Lago em 1769 para debelar as cíclicas crises de fome que se faziam então sentir. Pode, quando muito, haver falta de informação e de formação sobre a necessidade de se dar mais valor à qualidade do que à quantidade dos produtos consumidos diariamente.

O principal motivo do deficiente consumo de calorias encontra-se na produção, quer ao nível dos sistemas produtivos quer ao da estrutura do rendimento familiar. Nos sistemas produtivos a prática da rotação dos solos através das queimadas, tal como em muitos outros países africanos, é a única forma de enriquecimento dos solos a que os camponeses têm acesso. Não têm poupança suficiente, nem sistemas de crédito institucionalizados que lhes permita ter acesso a fertilizantes para as culturas

alimentares nem para a aquisição de sementes seleccionadas com maiores índices de produtividade. Sem sementes nem fertilizantes também não surge a indução para o desenvolvimento tecnológico. O trabalho agrícola está, portanto, totalmente dependente do número de unidades da família verificando-se, até um certo limite (cinco membros), uma correlação positiva entre o tamanho da família e a quantidade de calorias consumidas.

A estrutura do rendimento é outra das limitantes. Como refere Marrule, ao contrário do que é assumido por alguns estudiosos noutros locais do mundo, verifica-se em Nampula uma correlação positiva entre o nível do rendimento familiar e a quantidade de calorias consumidas. É necessário aumentar o rendimento para que haja poupança a aplicar no aumento e na diversificação da produção.

A ausência de poupança só será possível de ultrapassar através da monetarização da economia familiar, a presente estrutura do rendimento da família rural caracteriza-se por 54% da produção agrícola ficar retida para consumo ou para pagamentos em espécie (pagamento de serviços e jornas de ganho-ganho). O que é comercializado somente representa 29% do rendimento familiar, ou seja, em média a família rural de Nampula somente recebe 60 US\$ por ano pelos produtos agrícolas que vende e destes 53 US\$ são resultado das culturas industriais de caju, algodão e tabaco. É preciso ainda frisar que cerca de 80% das famílias rurais de Nampula estão abaixo desta média.

Alguns estudos foram encomendados pela Delegação da Embaixada sobre a rede de comercialização, os sistemas de crédito e o sector da agricultura na Província de Nampula não havendo, portanto, necessidade de reproduzir neste relatório os dados levantados, mas tão somente mencionar algumas das conclusões ou inferências em cada uma destas áreas. No domínio do comércio o principal nó de estrangulamento não se encontra na rede de comercialização, mas sim na função de crédito em insumos, armazenista e distribuidor que os comerciantes rurais em tempos passados desempenharam. A segurança de acesso ao mercado junto com o crédito em insumos, mais do que a rede de lojas, são os dois papeis que é importante re-estabelecer.

O incentivo à poupança é a melhor forma de estimular o surgimento do crédito. O estímulo à poupança junto do pequeno produtor é tanto mais eficaz quanto é orientado para as pequenas poupanças das mulheres rurais e se baseia nos esquemas de poupança rotativa e de empréstimos endógenos às comunidades. O crédito em insumos continua sendo a forma mais generalizada de crédito ao nível da Província via fomento do algodão. Há muito que se deixou de fazer crédito em insumos para outros produtos industriais como foi prática desde os finais do Sec. XVIII até à data da independência.

COMÉRCIO e INDÚSTRIA						
Distrito	Lojas	Fábricas	Moagens	Carpintaria	Serrações	1Loja/FR
Angoche	145	2	5	3	1	285
Erati	46	1	5	0	0	1.300
Lalaua	9	0	2	0	0	1.653
Malema	13	1	4	0	0	2.613
Meconta	31	1	19	0	2	860
Mecuburi	26	0	2	1	0	1.242
Memba	37	0	3	1	0	1.358
Mogincual	75	0	4	0	0	362
Mogovolas	75	1	3	2	0	726
Moma	80	0	3	0	3	690
Monapo	48	2	9	1	3	1.267
Mossuril	21	0	7	3	1	838
Muecate	14	0	4	6	1	1.516
Murupula	27	0	2	0	1	996
Nacala-a-V.	16	0	4	1	0	1.183
Nacaroa	23	0	1	0	0	1.067
Nampula	27	0	8	1	1	1.103
Ribaue	20	0	0	0	0	1.819
<i>Total</i>	733	8	85	19	13	862

No sector da agricultura o principal problema é a falta de articulação entre os vários parceiros: produtores, empresas, banca, comerciantes e governo. Não há uma prática de diálogo construtivo com vista à fluidez do processo produtivo e à maximização dos rendimentos, há sim posições concertadas em separado, desconfianças mútuas e estratégias cuja definição muitas das vezes não se encontra em Nampula mas em Maputo. A ruptura do tecido institucional na agricultura, mais do que a debilidade do Estado *de per se*, é o principal nó de estrangulamento para o desenvolvimento. Este fenómeno verifica-se em todo o País sendo, no entanto, mais claro em Nampula devido à forma como o sector está estruturado.

Vários são os projectos relacionados com a agricultura que o Reino dos Países Baixos tem em Nampula ou cujo raio de acção aí se faz sentir. Um destes projectos, o Programa Agrícola de Nampula, pretende constituir a espinha dorsal do investimento da Holanda na Província, a rigor é o único que entre os seus objectivos prevê a reprodução do capital que está a ser investido. Devido, precisamente à mencionada ruptura do tecido institucional, este foi o projecto que até hoje mais problemas teve para ser implementado. Todavia, através do diálogo tem sido possível fazer-se a sua integração no PROAGRI, e o estabelecimento de um outro chamado PAPER a ser implementado junto dos agentes económicos provinciais.

Projectos em Curso

Projecto: Rehabilitation Facility III	Montante (US \$): p.m.
Projecto: Rehabilitation Facility IV	Montante (US \$): 231.500
Projecto: Nampula Facility	Montante (US \$): 435.000
Projecto: CARE Financial Intermediation Nampula	Montante (US \$): 420.500
Projecto: Development Program MAMM Angoche	Montante (US \$): 250.000
Projecto: PACE Support to construction sector Nampula	Montante (US \$): 202.500
Projecto: PEN Research Program Nampula	Montante (US \$): 139.000

Projecto: Programa Agrícola Nampula	Montante (US \$): 1.250.000
Periodo:1999-2001	Parceiros: DPA/MAP
Resumo: ao nível dos camponeses o PAN tem por objectivo desenvolver a possibilidade de se alcançar a segurança alimentar, auto-suficiência e acesso a serviços e recursos. Ao nível institucional o objectivo principal é reforçar a capacidade do Estado e demais parceiros. Ao nível das infraestruturas conta-se com o estabelecimento das que asseguram o acesso ao mercado.	

Os montantes indicados nas tabelas referem-se ao primeiro ano de actividades, em anexo está uma listagem completa de todos os projectos da Embaixada da Holanda em Moçambique (relacionados ou não com Nampula) que menciona os montantes totais para cada actividade. Para além destes projectos, directamente controlados pela Delegação da Embaixada, há ainda outros à escala nacional e os que estão em fase de consideração.

Projectos de Interesse para Nampula

Projecto: Community Forestry and Wildlife Management	Montante (US \$): 1.500.000
Projecto: Small Embassy Projects Fund	Montante (US \$): 325.000
Projecto: Implementation of Land Law	Montante (US \$): 625.000

Projectos em Consideracao

Projecto: Support to INIA soil survey department (partly Nampula)	Montante (US \$): 500.000
Projecto: Rural Roads Nampula	Montante (US \$): 150.000
Projecto: Rehabilitation of agricultural school Ribaue - Phase II	Montante (US \$): 375.000
Projecto: Reorganization of curriculum - agricultural school Ribaue	Montante (US \$): 250.000
Projecto: Radio Communication Program Nampula	Montante (US \$): 250.000
Projecto: CLUSA Community Development	Montante (US \$): 125.000

Para alcançar os objectivos propostos o PAN propõe-se operar na área da gestão sustentável dos recursos naturais através da zonagem e planificação do uso da terra, da investigação disseminada pela extensão e assegurando o acesso à terra por ambos os géneros. O desenvolvimento institucional contempla não somente o Estado, embora este seja parceiro privilegiado, mas também as organizações não-governamentais e as camponesas locais. No domínio das infra-estruturas prevê-se actuar sobre o armazenamento, transporte local e pequenos sistemas de irrigação, não

ignorando a possibilidade de processamento de novos produtos caso a informação sobre os mercados venha a actuar sobre as opções económicas do produtor.

O carácter holístico do PAN deve-se a dois factores essenciais, o princípio de que a actuação sobre o mundo rural deve abranger toda a complexidade das comunidades e não em duas ou três áreas isoladas, e a convicção de que o poder central do Estado se iria gradualmente descentralizar para o nível da Província. Em ambos os factores há todavia algumas questões que importa mencionar, a abordagem sobre os sistemas agrários no seu todo é extremamente morosa e conduz a uma grande dispersão das actividades. Se é certo que esta abordagem é vantajosa em relação à dos pacotes tecnológicos, não é menos certo que em termos de custo-benefício torna-se, muitas vezes mais cara do que o valor dos resultados, ou seja, é bastante dependente da intervenção externa.

No caso da descentralização é cada vez mais claro que o Governo tem uma estratégia que difere das expectativas de alguns membros da comunidade doadora. Desde a revogação da Lei dos Distritos Municipais, tem havido uma tendência crescente para a centralização das pastas económicas ao nível de Maputo e descentralização para as províncias das pastas de serviços e sociais. O Ministério da Agricultura ao conceber o PROAGRI como programa nacional não descentalizou para os governos e direcções provinciais a tomada de decisões sobre planificação, definição de políticas específicas e calendarização das actividades ao nível provincial. A Embaixada, por seu turno, tinha no PAN um instrumento de reforço da capacidade provincial no uso dos recursos disponíveis e para acções que com o tempo se iriam definindo conforme a experiência que se fosse adquirindo.

Face a estes desenvolvimentos o PAN houve uma divisão dos fundos e do tempo dos técnicos em 60% para serem utilizados na Direcção Provincial onde os objectivos do PROAGRI se identificarem com os do PAN e os restantes 40% para serem aplicados directamente pela Delegação em instituições não-governamentais no Projecto PAPER.

O que se passou com o PAN permite concluir ser necessário estabelecer uma nítida divisão entre o que é responsabilidade e função do Estado e o que é o papel do doador. O doador não pode substituir-se nem assumir as funções do Estado, mas sim ocupar os espaços que o Estado, por natureza, não ocupa. Entre os espaços não ocupados contam a actuação sobre os efeitos multiplicadores dos recursos existentes, a facilitação do exercício das instituições locais como seja a articulação entre os vários parceiros e o reforço das práticas administrativas de carácter democrático ao nível do Distrito. O desenvolvimento institucional surge sempre pela procura, pode ser induzido, facilitado o seu surgimento, mas nunca imposto.

5.2 INFRAESTRUTURAS

Há quem defenda no seio dos economistas de desenvolvimento que a única coisa que é preciso fazer é construir estradas, o desenvolvimento surgirá então. Ainda hoje é famoso o debate entre se foram os caminhos de ferro que levaram o desenvolvimento ao “far-west” ou se foi o crescimento do produto da região que trouxe os caminhos de ferro. Provavelmente ambas as interpretações estão certas e Nampula é um bom exemplo de como as estradas aumentam a oferta de produtos para comercialização e de como o aumento da oferta vai exigindo a reabertura das estradas. A nova Política de Estradas e Estratégias aprovada pelo Conselho de Ministros em Julho de 1998, no entanto, é clara, a construção de novas estradas só terá lugar *quando se comprove uma elevada viabilidade económica, como por exemplo, acessos para grandes projectos com relevante impacto nacional* [in: DNEP,1998] a prioridade vai para a reabertura de todas as estradas ainda intransitáveis e reabilitação dos grandes eixos (Norte-Sul, Este-Oeste e corredores internacionais).

Dos cerca de 7000 kms de estradas que tem a província, mais de 2000 kms ainda não são transitáveis e verifica-se existirem fortes assimetrias na distribuição da rede rodoviária quer por área dos distritos quer por número de famílias rurais abrangidas. Para além disso a manutenção continua sendo um dos principais problemas do sector.

ESTRADAS (km)				
Distrito	Transit.	Não-Trans.	1km/km2	1km/FR
Angoche	409	166	8	101
Erati	394	0	15	152
Lalaua	360	0	13	41
Malema	234	35	27	145
Meconta	120	0	59	222
Mecuburi	370	345	10	87
Memba	154	256	30	326
Mogincual	151	90	29	180
Mogovolas	380	85	12	143
Moma	440	210	13	126
Monapo	437	173	8	139
Mossuril	102	83	34	173
Muecate	175	82	24	121
Murupula	64	268	48	420
Nacala-a-V.	177	119	7	107
Nacarua	115	166	24	213
Nampula	260	0	14	115
Ribaue	300	53	16	121
<i>Total</i>	4.642	2.131	17	136

A Holanda tem sido bastante cautelosa no que respeita ao apoio à reabilitação da rede de estradas rurais tendo-se concentrado mais na repavimentação das estradas urbanas da Cidade de Nampula.

Projectos em Consideracao

Projecto: Nacala Corridor	Montante (US \$): 500.000
Projecto: Block Paving Nampula City	Montante (US \$): 900.000

Projectos de Interesse para Nampula

Projecto: Demining projects	Montante (US \$): 1.000.000
-----------------------------	-----------------------------

A intervenção nas estradas rurais em Nampula levanta dois pontos crónicos de discórdia entre os vários parceiros, primeiro é o da responsabilidade pela manutenção e o segundo é o do investimento que as empresas concessionárias fazem na manutenção das estradas que, no seu entender, não é reconhecido pelo Governo. De certa forma as duas estão inter-relacionadas, uma maior autonomia dos distritos em matéria de manutenção mais facilmente conduziria a um maior entendimento entre as concessionárias e os governos distritais do que ao nível nacional, como actualmente se verifica.

As receitas dos distritos já em si são irrisórias (taxas dos mercados, das bicicletas e percentagem receitas do APIE em extinção) não sendo possível tê-las como alternativa válida para suportar os custos de manutenção se se mantiver a política de centralização do equipamento de reparação em empresas sediadas na capital provincial. A posição recentemente tomada pela Embaixada de reforço em equipamento e formação da capacidade do Distrito para as obras de manutenção, muito provavelmente irá ajudar a ultrapassar os problemas que se fazem sentir.

5.3 ÁGUA, SAÚDE E SANIDADE

A taxa de adopção é um indicador desenvolvido por um geógrafo sueco que tem por objectivo medir não só a extensão dos serviços prestados ao cidadão mas também a velocidade da sua dispersão e a dinâmica de replicabilidade. Foram recolhidos dados referentes a rede dos serviços de saúde, educação e distribuição de água potável que irão ajudar a construir este indicador.

Dados levantados, embora de não muita confiança, demonstram que a relação entre o número de fontanários registados e as famílias rurais tem grandes assimetrias entre os vários distritos e que o número de famílias por ponto de captação de água ser extraordinariamente elevado. O mesmo sendo válido para o caso dos hospitais rurais, postos e centros de saúde.

Dos projectos que constam na lista da Embaixada, quatro são da área da saúde nomeadamente: Basic Health Programme Nampula (PRINDESA), Primary Health Care (MEMISA), Health Care Support Angoche II (HEALTHNET), e Leprosy and tuberculosis control I. Três são da área da Água: Institucional Support Region North (UARN), Nampula Urban Water Supply e Rural water supply programme Nampula. Existe um projecto piloto na área da Sanidade com objectivo de melhorar a recolha do lixo nos bairros e mercados suburbanos da cidade de Nampula.

Projectos em Curso

Projecto: SAS - Institutional Support Region North	Montante (US \$): 1.662.000
Periodo: de 1996 -	Parceiros: DAN, WaterAid, Helvetas
Resumo: O projecto tem 2 grandes areas: a CAPS (Capacitacao para Pequenos Sistemas) e a UrbaNET (apoia as medias empresas no sector urbano). Objectivos incluem: - Reabilitacao dos sistemas de agua; Identificacao de fontes alternativas para captacao nos rios; Promocao duma gestao planificada atraves do melhoramento do sistema administrativo. O projecto funciona nos distritos de Angoche, Lalaua, Malema, Murrupula, Namapa e Ribaué.	

Projecto: WB Nampula Urban Water Supply	Montante (US \$): 500.000
Periodo: de 1996 -	Parceiros: DPOPH, DNA
Resumo: O projecto funciona em Angoche e no Bairro Muhala na cidade de Nampula. Objectivos incluem: - Finalizar as estacoes de bombagem incluindo fornecimento de energia electrica e, - Treinamento do corpo tecnico.	

Projecto: PRINDESA - Basic Health Program Nampula	Montante (US \$): 763.000
Periodo: de 1996 -	Parceiros: DPS, INCS
Resumo: O PRINDESA foi com a intencao de apoiar a DPS na prestacao de servicos. Objectivos incluem: - melhoramento da qualidade de servicos; - Treinamento do corpo tecnico administrativo; - Provisamento de medicamentos e facilitar a DPS na formacao e contratacao do pessoal para SMI, ELAT e RAF/RH/Farmacia.	

Projecto: Primary Health Care/Erati, Memba and Nacaroa	Montante (US \$): 359.500
Periodo: de 1994 -	Parceiros: DPS, DDS
Resumo: O projecto esta a ser implementado pela MEMISA nos distritos de Erati, Anchilo, e Nacaroa. Objectivos incluem: - Reabilitacao de infraestruturas nos distritos; Provisamento de medicamentos e equipamentos adequados; - Implementacao de servicos de saude e Incentivar a participacao da populacao na identificacao de problemas.	

Projecto: Primary Health Care Support Angoche II	Montante (US \$): 587.000
Periodo: de 1994 -	Parceiros: DPS, DDS
Resumo: O projecto esta a ser implementado pela HEALTHNET nos distritos de Angoche, Moma, Mogovolás e Mogincual. Objectivos e - Restruçuracao da capacidade de funcionamento do sistema de saude.	

Na área da água o UARN (Unidade de Apoio à região Norte) é o maior projecto, iniciado em 1996, com os objectivos fundamentais de reabilitar os sistemas de água em centros urbanizados e identificar fontes alternativas para a captação nos rios. Este projecto envolve os distritos de: Angoche, Lalaua, Malema, Murrupula, Namapa e Ribaué.

Dentro da UARN existem dois grandes projectos: a CAPS (Capacitação para Pequenos Sistemas) que actua no sector rural e tem como estratégias desenvolver e experimentar modelos novos de construção de pequenos sistemas de água sustentáveis e sua gestão; e a UrbaNet que funciona no sector urbano apoiando as Médias Empresas de Água. Estes sistemas visam promover uma gestão mais planificada

através do melhoramento do sistema administrativo, traçar orientações para os clientes com vista a contribuir para o desenvolvimento de uma política nacional para o sector de água urbana.

O projecto Nampula Urban Water Supply tem como objectivos fundamentais finalizar as estações de bombagem de água incluindo a de fornecimento de energia eléctrica e o treinamento do pessoal.

No domínio da saúde e sanidade o projecto PRINDESA é o maior em termos de intenções de prestação de serviços. Em coordenação com a Direcção Provincial de Saúde (DPS) o projecto garante, por um lado, o melhoramento da qualidade de serviços evitando a perda do pessoal já formado (através de incentivos salariais), e por outro lado facilita a DPS no processo de formação e contratação do pessoal para SMI, ELAT e RAF/RH/Farmácia. Outra actividade apoiada pelo PRINDESA é o PAV (Programa alargado de Vacinação), iniciado em 1975, com 54 postos de vacinação a nível da província de Nampula e actua na saúde comunitária.

Ainda na área da saúde há o projecto MEMISA (Médicos Mundiais da Saúde) iniciado em 1994, depois do Acordo Geral de Paz. Esta ONG Holandesa actua na saúde comunitária e tem como objectivos fundamentais a reabilitação das infra-estruturas nos distritos de Érate Anchilo, Momba e Nacaroa; prover medicamentos e equipamentos adequados e incentivar a participação da população na identificação dos problemas e implementação dos serviços de saúde.

Health Care Support Angoche II (HEALTHNET) iniciado em Junho de 1994 tem por objectivos reestruturar a capacidade de funcionamento do sistema de saúde. Os distritos de acção da HEALTHNET são: Angoche, Mogovolas, Moma e Moringual.

Constata-se que na área da saúde é dada especial atenção à formação e contratação do pessoal para a SMI e ELAT no domínio da saúde curativa e não preventiva. A relevância dos projectos na área da água é dada na reabilitação dos sistemas de água notando-se um pequeno envolvimento da comunidade local. Na área da sanidade só existe um projecto piloto de melhoramento da recolha do lixo nos bairros suburbanos da cidade de Nampula. Existe um programa de construção de latrinas melhoradas em Angoche e no Bairro de Muhala (Nampula) que, na opinião do DPOPH de Nampula não tem sucessos na região litoral, porque a população está habituada a usar água e as lajes vendidas pelo programa não facilita o uso de água. Esta diversidade de acções aponta para a necessidade de se ter um programa global de cuidados de saúde primária (medicina preventiva, acesso à água, cuidados materno-infantis, etc.) com especial enfoque nas zonas rurais.

Projectos em Consideracao

Projecto: CDS Urban Rehabilitation Nampula	Montante (US \$): 500.000
Projecto: Health Care Support	Montante (US \$): 650.000
Projecto: Leprosy and Tuberculosis control II	Montante (US \$): 50.000

Projectos de Interesse para Nampula

Projecto: Pooling Agreem. Medical & Non-medical Personnel I & II	Montante (US \$): 600.000
Projecto: UNICEF Rural Water Supply Program Nampula	Montante (US \$): 250.000
Projecto: Water Resources Assessment and Planning	Montante (US \$): 750.000
Projecto: Food Security Strategy & Food Security & Nutrition Prog.	Montante (US \$): 845.500
Projecto: Drugs Supply	Montante (US \$): 3.582.000
Projecto: AIDS Control	Montante (US \$): 500.000

5.4 EDUCAÇÃO BÁSICA

Apesar do crescimento da rede e do número de crianças abrangidas pelo sistema formal de educação depois do fim da guerra, quer em termos de eficiência quer em termos de eficácia, o sector depara-se com enormes dificuldades. Das 88.592 crianças que se matricularam na 1ª classe em 1993 somente 8.592 crianças terminaram a 5ª classe em 1997. As taxas de desperdício escolar são altíssimas e o tempo médio para terminar o primeiro nível do ensino primário não raras vezes atinge o dobro da idade requerida. A turma média tem 1 professor para 60 alunos.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Distrito	EP1			EP2		
	Escolas	Alunos	% PIEs	Escolas	Alunos	
Angoche	50	12,076	20	3	722	
Erati	17	5,266	6	3	543	
Lalaua	34	2,826	30	1	89	
Malema	29	11,879	61	2	720	
Meconta	50	10,271	57	3	810	
Mecuburi	56	11,730	68	2	359	
Memba	60	10,035	38	3	357	
Mogincual	32	5,239	25	1	67	
Mogovolas	66	11,630	26	1	380	
Moma	49	9,383	25	2	420	
Monapo	60	16,357	38	2	697	
Mossuril	31	5,596	28	1	163	
Muecate	30	5,854	50	1	161	
Murupula	36	6,761	35	1	300	
Nacala-a-V.	5	4,564	34	1	131	
Nacaroa	24	6,530	36	1	171	
Nampula	56	17,288	94	2	544	
Ribaue	58	13,677	60	2	755	
<i>Total</i>	743	166,962	33	32	7,389	

No referente à eficácia muito embora a taxa bruta de admissão em 1997 tenha sido de 67% a população estudantil representa tão somente cerca de 30% da população em idade escolar na Província de Nampula. A população escolar feminina é sistematicamente mais baixa que a masculina (ver anexo) e os programas e calendários escolares estão orientados para as zonas urbanas. O Plano Estratégico da Educação recentemente aprovado pelo Governo propõe-se combater a exclusão escolar, mas não considera nem a importância das línguas maternas para o ensino nem a riqueza da diversidade de culturas do País.

O sistema terá de ser mais eficiente, mais flexível, democrático e territorializado, com a valorização do distrito e do contributo local, da iniciativa dos professores e dos pais. É de apoiar e generalizar as iniciativas que têm sido financiada e veiculadas pela Embaixada de integração das *madrassas* no sistema de ensino (há 48 escolas corânicas em Nampula), na dinamização do ensino não formal e na alfabetização.

Dever-se-ia alargar as iniciativas para o uso de meios alternativos (rádio, televisão, ensino à distância) a intervenção de outros actores (escolas comunitárias, apoio dos pais e familiares, das entidades religiosas, das empresas privadas e das ONG's) e o estudo de um projecto piloto para a apresentação ao exame de alunos vindo do ensino não-formal.

Por último, há toda a vantagem em que se apoie a iniciativa do MINED no sentido de fixar o aluno do ensino primário à sua localidade, garantindo a continuidade dos estudos no EP2 usando o mesmo professor ou alguns professores por áreas principais.

Projectos em Curso

Projecto: In- and pre-service training of teachers (OSUWELA)	Montante (US \$): 663.500
Periodo: 1997-1999	Parceiros: DPE
Resumo: Apoio às ZIP's na formação de professores em exercício para além da formação inicial de professores.	

Projecto: Adult education centre Mutoanha	Montante (US \$): 100.000
---	---------------------------

O projecto tem sido bem executado e apresenta resultados positivos na formação inicial de professores, na formação em exercício e na supervisão pedagógica das escolas. Questiona-se no entanto, se com a utilização desta via e deste modelo será possível atingir o número previsto de professores no plano estratégico de educação para cobrir as necessidades da provincianos próximos anos. Que curriculum deverá ter este professor para ser polivalente?

Projectos em Consideracao

Projecto: Multichannel Learning	Montante (US \$): 200.000
Projecto: Rehabilitation Teacher Training Centre Nampula	Montante (US \$): 625.000
Projecto: UDEBA - Education Funding Facility Nampula	Montante (US \$): 550.000
Projecto: Nampula Fellowship Fund	Montante (US \$): p.m.
Projecto: Centro Social Polivalente	Montante (US \$): 100.000
Projecto: In-service Training of new Teachers II	Montante (US \$): p.m.

Projectos de Interesse para Nampula

Projecto: Curriculum Reform Basic Educationmanagement	Montante (US \$): 1.010.500
Projecto: School Materials for Primary Schools	Montante (US \$): 500.000

5.5 MEIO AMBIENTE

Para além do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS – a Delegação da Embaixada apoia directamente dois projectos, o PROGAU e o Fura. Desde Janeiro de 1997 que está em curso o Programa Nacional de Gestão Ambiental que envolve cerca de US\$30 milhões geridos pelo MICOA. O Programa está dividido em 3 áreas: urbana, rural e costeira e marinha. Em cada área é tido em conta a caracterização sócio-política, os recursos naturais de base, a caracterização do ponto de situação da degradação dos recursos e são elaboradas recomendações a todos os níveis, incluindo legislação, portanto com uma abordagem multisectorial.

Com o objectivo de desenvolver este Programa, foram criados Centros de Desenvolvimento Sustentável (CDS) em 3 Províncias do país, cada um cobrindo uma das áreas. Ao CDS de Nampula compete promover e coordenar o desenvolvimento sustentável urbano, enquanto o de Xai-Xai estuda a área costeira e marinha e o de Manica promove e coordena o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais ao nível rural.

Projectos em Curso

Projecto: PROGRAU-Urban Environmental Management Program	Montante (US \$): 439.000
Periodo: 10 anos	Parceiros: DPAP, MICOA, CM
Resumo: Gestão do ambiente urbano reforçando a capacidade dos Municípios e órgãos locais do Governo e contando com a participação das comunidades	

Projecto: FURA - Nampula Ecological Rehabilitation Fund	Montante (US \$): 400.000
Periodo:	Parceiros: CM, MICOA, CDS
Resumo: Fundo que tem por objectivo principal a execução de obras como fontenários, esgotos, drenagem, construção de mercados, combate à erosão, recolha de lixo e construção de edifícios dos postos.	

PROGAU é um Programa de longa duração – 10-15 anos, a partir de 1997 – multidisciplinar e integrado, ao nível da gestão do ambiente urbano, interligado com as zonas rurais vizinhas. Trabalha também com aspectos institucionais, financeiros e sociais da gestão do ambiente e dos recursos naturais, reforçando a capacidade dos Municípios e Órgãos Locais do Governo, com o envolvimento das Comunidades Locais. Até este momento investigou e elaborou relatórios sobre: Perfil Ambiental, Perfil de Género e Perfil sobre Saúde e Família.

O Fundo de Reabilitação Ambiental (FURA) tem como principal finalidade a execução de obras concretas. A sua metodologia consiste no apoio à concepção de projectos e no contrato de empreiteiros para a realização das obras identificadas e aprovadas, pretendendo-se em todas as fases o envolvimento de membros da comunidade. Neste sentido, o FURA poderá estar envolvido na execução de vários tipos de obras, realizações, elaboração de documentos, formação, revisão e elaboração de legislação, de acordo com as necessidades definidas.

Projectos em Consideracao

Projecto: Institutional Support ARA-Norte (3 northern provinces)	Montante (US \$): 150.000
--	---------------------------

Projectos de Interesse para Nampula

Projecto: Small environmental projects	Montante (US \$): 150.000
Projecto: Small energy projects	Montante (US \$): 200.000
Projecto: Trust Fund for Courses in the Region	Montante (US \$): 150.000
Projecto: Support to MICOA	Montante (US \$): 2.000.000
Projecto: Implementation of Land Law	Montante (US \$): 625.000

5.6 PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES

O projecto experimental de planificação participativa ao nível do Distrito é um exemplo claro do que é possível fazer-se para que o direito à participação no processo de tomada de decisões se faça exercer a todos os níveis.

O nível do Distrito é o fórum mais propício ao exercício democrático dos cidadãos, dos agentes económicos e do Estado. Muito embora o projecto se dedique tão somente à planificação dos fundos de investimento adjudicados pelo Orçamento Geral do Estado, é uma prática que pode e deve ser alargada a todas as esferas da administração colectiva dos recursos humanos, materiais, naturais e financeiros disponíveis.

Projectos em Curso

Projecto: District Planning Nampula	Montante (US \$):
Periodo:	Parceiros: DPPF
Resumo: Projecto experimental de planificação participativa ao nível do distrito do fundo de investimento do Orçamento Geral do Estado	

Projectos de Interesse para Nampula

Projecto: Population Census	Montante (US \$): 15.500
Projecto: Good Governance Fund	Montante (US \$): 75.000
Projecto: Support to the Police	Montante (US \$): 1.250.000
Projecto: Local Women's Fund	Montante (US \$): 150.000

6. ESTRATÉGIA E RECOMENDAÇÕES

Deriva da metodologia seguida que o detalhamento da estratégia e o aprofundamento das conclusões seriam feitos após a apresentação das principais linhas mestras que foram identificadas durante o primeiro ano. Numa versão preliminar deste relatório foram alinhavadas quatro linhas mestras que vieram a ser apresentadas à Embaixada do Reino dos países Baixos em Nampula e em Maputo, às Organizações Não-Governamentais, ao empresariado e à Banca que têm sedes ou delegações na Província de Nampula.

Os contributos recebidos permitiram melhorar substancialmente o relatório e aprofundar a análise das áreas dos projectos, bem como, a programação das actividades para o próximo ano. O envolvimento de vários parceiros na definição da estratégia e na elaboração das recomendações contribuiu, igualmente, para que haja uma estratégia de desenvolvimento na Província de Nampula que seja concebida, aceite e assumida por todos. Este processo terminará quando o relatório do Ano 1, na sua versão final, for apresentado ao Governo Provincial no início do ano de 1999.

A estratégia resultante do estudo e dos encontros assenta na articulação de quatro premissas conclusivas sobre o que deverá ser feito:

- Preservar as actividades que contribuem para a concretização dos direitos fundamentais e desenvolvimento do capital humano.
- Participar na reestruturação do tecido institucional através de acções concretas que envolvam todos os parceiros económicos e dinamizem o papel facilitador do Estado.
- Dinamizar o surgimento de condições para a participação democrática de todos os parceiros administrativos, económicos e sociais no processo de tomada de decisões ao nível do Distrito, salvaguardando o equilíbrio nas relações de género.
- Elevar a taxa de poupança do sector familiar através da dinamização de formas de crédito concedidas pela banca através do sector privado ou associativo.

São, portanto, quatro os eixos em que a estratégia assenta:

TAXA DE POUPANÇA

DIREITOS FUNDAMENTAIS

PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES

TECIDO INSTITUCIONAL

Uma vez que o estudo concluiu existir uma articulação entre as quatro premissas donde derivam os quatro eixos é possível elaborar-se um modelo específico para o processo de desenvolvimento da Província de Nampula. Um modelo não é mais do que uma representação do mundo real, uma representação que tenta capturar os elementos essenciais de uma situação real. A representação, por sua vez, é uma abstracção construída sobre critérios específicos para a selecção dos factos (o mundo real dos cientistas) e um conjunto de premissas (o corpo conceptual dos cientistas). A testagem do modelo ora produzido, no decorrer dos próximos anos irá demonstrar se ele é válido tanto na função descritiva como normativa.

A articulação entre as premissas traduz-se, assim, em correlações e relações de causalidade que se estabelecem entre os eixos na explicação e consequentemente na actuação no processo de desenvolvimento da Província de Nampula.

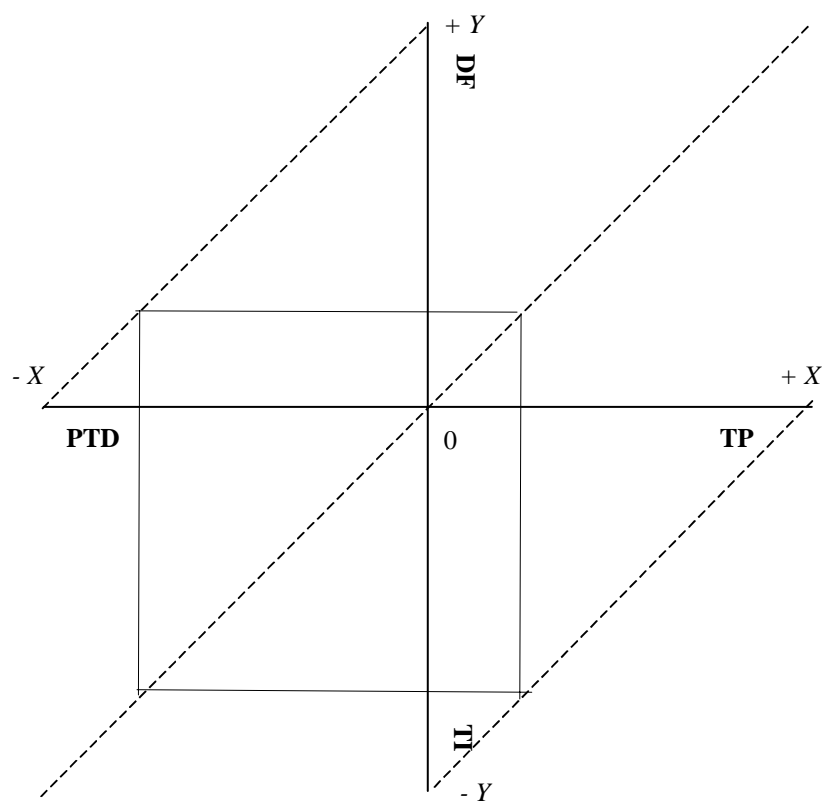


Fig.1 Modelo da articulação das quatro variáveis identificadas em Nampula

A primeira correlação identificada é a que se desenvolve entre o aumento da Taxa de Poupança [*eixo TP +X*] e a concretização dos Direitos Fundamentais [*eixo DF +Y*]. O aumento da Taxa de Poupança da família rural e da unidade produtiva, em geral, está dependente da escolaridade, da qualidade da água consumida, das condições nutricionais e de saúde, da sanidade do habitat, da equidade intergeracional do uso dos recursos e do exercício dos direitos.

Quanto maior for a concretização dos direitos fundamentais do cidadão, mais valorizado se torna o capital humano e, conseqüentemente, maior é a poupança da unidade produtiva.

A segunda correlação é a que se desenvolve no sentido inverso. Quanto maior for a Taxa de Poupança maior é a concretização dos Direitos Fundamentais.

Porém, o pleno funcionamento destas duas correlações deriva da consistência do Tecido Institucional [*eixo TI –Y*] e da Participação activa dos cidadãos nos processos de Tomada de Decisão [*eixo PTD –X*]. Quanto menos obstáculos forem apresentados pelas instituições nacionais e provinciais e pela delegação ou usurpação de poderes, mais rápido se concretizam os direitos fundamentais e maior é a poupança nacional.

A consistência do tecido institucional e a democratização do poder têm relações de causalidade com o desenvolvimento.

Mas, quais são as implicações para o PEN?

6.1 TAXA DE POUPANÇA

Para que o desenvolvimento aconteça tem de haver investimento, este por sua vez depende do nível da poupança. O desenvolvimento só é sustentável se houver formação de capital e para que esta se realize é necessário que:

- a poupança seja maior que o consumo
- a poupança seja direccionada para investimento produtivo.

Em termos simples isto significa que não se pode consumir tudo quanto se poupa devendo haver o momento em que o dinheiro poupado é posto à disposição da banca para ser utilizado como capital em investimento. Por outro lado importa que a poupança não seja drenada para fora da Província ou do País e que não seja despendida exclusivamente em consumo supérfluo ou perfeitamente dispensável.

O estudo permitiu concluir que:

1. A poupança do produtor familiar é insignificante e na maioria das vezes nunca chega a acontecer na sua forma monetária. Enquanto o produtor familiar não tiver poupança suficiente para tomar decisões económicas em função das oportunidades do mercado (re-orientação da produção, procura de melhores preços de compra e oferta diversificada de produtos) mesmo que o rendimento per capita venha a aumentar, como está a acontecer, não se pode dizer que haja desenvolvimento económico. Sabendo-se que, a poupança per capita é uma função linear do rendimento per capita, ou seja, quanto maior for o rendimento

maior é a poupança, só o aumento desta poderá transformar o produtor familiar em unidade produtiva com autonomia para tomar decisões económicas.

2. Uma outra conclusão do estudo é a de que a pouca poupança existente, ao nível do sector familiar, é drenada em consumo supérfluo ou é preferencialmente investida nas redes de segurança linhageira como forma de minimizar os riscos da reprodução social. Ao nível do sector empresarial somente uma pequena percentagem é reinvestida em Moçambique não havendo qualquer ligação entre a banca que concede os créditos para o fomento e produção e a banca a quem os rendimentos são confiados. Constatase a falta de uma estratégia de investimento privado em conexão com a Banca.
3. Devido ao quase inexistente investimento produtivo por parte do sector familiar, constata-se uma crescente discriminação da mulher devido ao baixo custo de oportunidade do trabalho agrícola. Não se investe na agricultura porque dá menos do que no comércio ambulante, por exemplo, conseqüentemente a mulher continua produzindo para consumo e para o mercado com os mesmos insumos e as mesmas tecnologias.
4. O baixo investimento pelo sector privado na agricultura deve-se à elevada taxa de risco e à inexistência de uma política de crédito agrário e de captação de poupança atractiva. Acaba por se cair num círculo vicioso, não há investimento porque não há crédito e a Banca não dá crédito porque as poupanças existentes não lhe são confiadas, o que faz aumentar desmesuradamente a taxa de risco.
5. A função de crédito pela banca fica assim condicionada pelo volume de poupança que lhe é confiada e pelo risco que corre na sua concessão. A ajuda externa poderá ter um papel importante na minimização do risco do crédito e na mobilização da poupança. A criação de um fundo de segurança para a concessão de crédito sob duas condições: obrigatoriedade de depósito da poupança no País e investimento no sector familiar, seria a situação ideal.

Assim, é recomendável que o PEN contribua para:

- aumento do rendimento per capita e
- a mobilização da poupança.

Quanto ao aumento do rendimento per capita, o Estado, empresas e algumas ONGs em Nampula têm estado a trabalhar no sentido do aumento da produtividade das culturas industriais e das culturas alimentares do sector familiar. Entre os exemplos a destacar há o trabalho desenvolvido pela “Techno-Serv” e a “Care” que têm actividades no domínio da diversificação de culturas, em particular, girassol e feijão. No âmbito do PAN estão já programadas acções neste sentido no posto agronómico de Nampula.

RECOMENDAÇÕES

1. Criação de um mecanismo que se dedique, sistematicamente, à identificação de produtos com maiores rendimentos relativos, pesquisa do mercado, informação sobre oportunidades, divulgação tecnológicas junto dos principais agentes económicos agrários da Província e respectiva disseminação pelos produtores familiares.

No referente à mobilização da poupança, entre outras iniciativas em curso, a “Care” e a “SNV” estão a trabalhar no desenvolvimento de esquemas de crédito e na captação da pequena poupança, em particular das mulheres, com o suporte financeiro do Reino dos Países Baixos.

RECOMENDAÇÕES

2. É necessário que se estabeleça a ligação entre a poupança das concessionárias, dos privados e dos comerciantes com o aumento do rendimento per capita. Isto só é possível se a poupança destes passar a ser depositada na Banca que a transformará em capital a ser investido com benefícios directos para os produtores familiares através da melhoria tecnológica, melhores insumos e diversificação de insumos.

3. Que se avance para a criação de agro-indústrias de dimensão média para acrescentar valor à produção do sector familiar e como garantia de mercado para a sua aquisição.

4. Torna-se imprescindível o envolvimento da Banca com vista à mobilização da poupança para o investimento produtivo.

6.2 TECIDO INSTITUCIONAL

As instituições são as regras, as normas e os costumes que definem os direitos e fazem cumprir os deveres no relacionamento entre as pessoas. O desenvolvimento é tanto mais célere quanto as instituições existentes contribuam para:

- a diminuição dos custos de transação
- a equidade da distribuição dos rendimentos

No primeiro ano de actividades da equipa conclui-se que:

1. Há quatro parceiros principais na Província de Nampula: o Estado, as concessionárias/privados, os comerciantes e as famílias rurais. A assimetria no acesso à informação económica entres estes parceiros está a contribuir para o aumento dos custos de transação. Por razões históricas a informação económica sobre preços, mercados, oportunidades, entre outros, não flui da mesma forma entre os vários intervenientes nos processos produtivos, consequentemente há custos adicionais derivados da demora da circulação da informação, o que acaba por ter efeitos negativos sobre todos.
2. O exercício dos direitos de propriedade está a ser questionado devido ao roubo e às queimadas generalizadas nas machambas e, ao que parece, em particular para as mulheres, devido à mudança do sistema de casamento matrilocal para patrilocal. Caso se venha a confirmar haver tendência para a mudança do sistema de casamento, tanto o controlo como a posse da terra pela mulher, até hoje possível nas terras da matrilinearidade, deixa de se efectuar uma vez que esta passa a residir nas terras do marido.
3. A exacerbação dos conflitos de interesses entre os parceiros está a agravar as desigualdades sociais baseadas na classe, na raça e no acesso ao poder estatal. Criou-se um clima desagradável de desconfiança entre cristãos funcionários do estado e os muçulmanos da população, entre portugueses concessionários e indianos comerciantes, entre o embrionário empresariado nacional e a tendência monopolista do empresariado radicado.

Assim é recomendável que o PEN contribua para:

- diminuir os custos de transação e
- a equidade na distribuição dos rendimentos.

A “Techno-Serv” e a “Clusa”, entre outros, têm já actividades relacionadas com a divulgação sistemática dos preços do mercado sobre os principais produtos do sector familiar.

Vários órgãos da cooperação bilateral e diversas organizações da sociedade civil estão a trabalhar na área da segurança de acesso, controlo e posse da terra pelo sector familiar através da Campanha Terra e demais actividades por si definidas. O PROAGRI prevê actuar nestes domínios. A embaixada tem apoiado os trabalhos em curso e encomendou um estudo sobre a problemática das relações do género, entre outros, no domínio do acesso aos recursos.

RECOMENDAÇÕES

4. Que se estude, junto do Governo e da sociedade civil em geral, como desenvolver uma acção concertada para assegurar o exercício dos direitos de propriedade.

A ACIANA está a dar os primeiros passos no sentido do estabelecimento do diálogo entre as concessionárias/privados e os comerciantes. É uma iniciativa à qual se podem juntar outras com vista à criação de um fórum para o desenvolvimento económico da Província de Nampula, congregando associações económicas, entidades religiosas, entre outras que vierem a ser identificadas.

RECOMENDAÇÕES

5. Realização de um seminário para partilha de informação sobre as iniciativas em curso e identificação de mecanismos de diálogo sistemático entre os vários parceiros baseado no princípio das vantagens mútuas.

6.3 PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES

Tal como não há uma correlação directa entre democracia representativa e crescimento económico também não se verifica uma relação causal entre a descentralização e o exercício de poder pelas comunidades. Cada uma destas variáveis actua de forma independente no processo de desenvolvimento e pode ter efeitos contrários conforme a época histórica e o ambiente cultural em que ocorrem. Todavia, há evidência que demonstra que o processo de desenvolvimento é tanto mais eficaz quanto maiores forem:

- a legitimidade do poder do Estado
- as condições materiais, financeiras e humanas para o exercício desse poder

O estudo leva a concluir:

1. As populações que habitam a Província de Nampula não têm tradição histórica nem cultural de poder centralizado. Os poderes paralelos desempenhados pelas chefaturas e outras formas de poder localizado (igrejas, ONGs, vários parceiros económicos) saíram reforçados com a guerra entre a Frelimo e a Renamo, notando-se existir um certo vazio de autoridade ao nível local.
2. Verifica-se um clima de conflitualidade latente entre os poderes paralelos ao nível do Distrito que conduz, por vezes, num difícil reconhecimento do poder do Estado.

3. A crescente monetarização da economia familiar induzida pelo PRE está a contribuir para o aumento dos roubos, para o crescimento do fosso intergeracional e para a definição de um novo papel da mulher na tomada de decisões económicas no seio da família rural.
4. A tendência para a privatização dos serviços tradicionalmente sob a responsabilidade do Estado pode aumentar a eficiência mas reduz as taxas de cobertura e a médio prazo torna-se inviável.
5. O estado tem um papel a desempenhar no fornecimento de bens e serviços e na harmonização das instituições que, por ser imprescindível, tem de ser legitimado desde o Distrito.

È pois recomendável que o PEN contribua para:

- a legitimidade do poder do Estado e
- a criação das condições materiais e humanas para o exercício do poder

No que concerne à legitimidade do poder do estado há um programa da planificação participativa do fundo de investimento do Orçamento Geral do Estado em alguns distritos que está a ser suportado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos. Esta é uma das iniciativas, que embora na sua fase embrionária, demonstram a vontade do Governo de avançar para métodos participativos no processo de tomada de decisões ao nível do Distrito.

RECOMENDAÇÕES

6. Que se solidifique o exercício da planificação participativa ao nível do Distrito/Localidade e se comece a estruturar a criação de conselhos consultivos e/ou deliberativos que representem os vários poderes que actuam nos distritos incluindo, entre outras funções, o planeamento nas áreas económica, do uso da terra/recursos naturais e das actividades relacionadas com o desenvolvimento do capital humano, entre outras, educação, saúde e sanidade.

7. Que sejam incentivadas as instituições de ensino superior da Província a fazer o acompanhamento e o estudo da evolução das relações do género derivadas das mudanças induzidas pelo processo de desenvolvimento.

Em matéria de criação de condições materiais, financeiras e humanas para o exercício do poder a Embaixada apostou no reforço da capacidade institucional ao nível provincial assumindo uniformidade de critérios para o funcionamento do Estado a todos os níveis – nacional, provincial e distrital. Não é obrigatório porém que se

mantenha esta uniformidade de estruturas e de funções, pode-se ter métodos de gestão administrativa ao nível do distrito que não sejam decalcados dos métodos provinciais e nacionais.

RECOMENDAÇÕES

8. Criação de um programa específico de capacitação do Estado ao nível do Distrito incluindo planificação financeira, de uso dos recursos, manutenção de vias, acções na área dos serviços, coordenação de iniciativas, entre outras julgadas relevantes.

6.4 CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos à vida, à justiça e à identidade passam pela nutrição, educação, água, saúde, sanidade, comunicação, lazer e preservação dos recursos para as futuras gerações. A materialização destes direitos contribui, igualmente, para o aumento da produtividade ao elevar a qualidade de vida e ao assegurar a continuidade dos retornos ao investimento feito por multiplicar os seus efeitos por várias gerações. Ao investir-se na concretização destes direitos, está-se igualmente a investir na qualidade do capital humano nacional, a melhor e a mais criativa capacidade de que se dispõe. Mas a ligação do desenvolvimento do capital humano com os direitos fundamentais depende:

- da qualidade do processo de massificação
- da sustentabilidade do uso dos recursos
- da coerência da distribuição regional

Os estudos realizados durante o ano 1 permitiram concluir:

1. Verifica-se uma tendência para a concentração dos serviços nos centros urbanos e nas camadas sociais mais elevadas com preferência para o sexo masculino.
2. Não há articulação entre os sistemas formais de prestação de serviços, com os informais e os não-formais.
3. As actividades relacionadas com o meio-ambiente são definidas centralmente e as atribuições e as responsabilidades ao nível do Estado não estão claramente definidas, verificando-se sobreposições e indefinições.
4. Não se verifica, no terreno, haver uma estratégia concertada e um programa de acção concreto para fazer face aos quatro principais problemas ambientais – erosão dos solos, queimadas, poluição e fontes energéticas.

5. O Programa “ROCKS” sofre atrasos permanentes, os trabalhos muitas das vezes são de má qualidade e ao fim de vários anos e de várias centenas de milhões de dólares, nem sequer os grandes eixos estão devidamente reabilitados.
6. A sustentabilidade financeira da prestação dos serviços ao nível local é, neste momento, inviável.
7. Há uma deficiente articulação de esforços entre os vários actores – Estado, igrejas, ONGs, cooperação internacional.
8. Os papéis do Estado e da cooperação internacional facilmente se confundem e interferem na eficácia e na eficiência dos serviços prestados.
9. Há tendência para se confundir assistência técnica com emigração.

Assim, recomenda-se que o PEN contribua para:

- a massificação dos serviços sem pôr em causa a sua qualidade;
- a sustentabilidade do uso dos recursos e
- uma maior uniformidade na distribuição regional dos investimentos no capital humano.

No domínio dos serviços há vários programas e projectos orientados para o aumento da qualidade nas áreas da educação, da saúde, da sanidade, do meio-ambiente, das infra-estruturas e da justiça.

RECOMENDAÇÕES

9. Que se continuem a apoiar as acções em curso que estão concertadas e programadas para a gradualidade do aumento das taxas de cobertura dos serviços, salvaguardando o equilíbrio nas relações de género e dando-se particular atenção à saúde preventiva e de primeiros socorros, ao enriquecimento do conhecimento tradicional, ao acesso à água e melhoria da dieta alimentar, à educação básica não-formal incluindo o recurso às escolas corânicas e às línguas maternas.

10. Que através de seminários sectoriais se desenvolva o diálogo com vista à concertação sobre os papéis específicos do Estado, da cooperação internacional, das comunidades e dos vários actores que actuam na Província.

Na área da sustentabilidade do uso dos recursos há algumas actividades levadas a cabo com o apoio financeiro do Reino dos Países Baixos, mas cujos efeitos concretos são limitados no espaço e com baixo índice de reprodutividade.

RECOMENDAÇÕES

11. A definição de um plano estratégico que tenha em vista a produção de efeitos imediatos e auto-multiplicáveis ao nível provincial.

Por último no domínio da distribuição regional da incidência dos investimentos para o desenvolvimento da Província há a referir que tanto na área das estradas como das comunicações os programas são definidos ao nível nacional – o “Rocks” e o alargamento das redes de comunicação telefónica a todos os distritos pelas “TDM” – sendo desejável que haja maior abertura para o Governo Provincial poder articular com as iniciativas locais, como seja, por exemplo, o papel que as concessionárias representam para a reabertura e manutenção das estradas terciárias e das várias organizações na reabilitação das chamadas “feeder roads”.

RECOMENDAÇÕES

12. A criação de um programa para a capacitação dos distritos para os trabalhos de manutenção regular.**13. A coordenação de esforços e a definição de responsabilidades e incentivos para os vários parceiros que usam e se esforçam pela manutenção das vias de comunicação ao nível distrital.**

Referências

- Água**, 1996, Revista do Centro Profissional de Águas e Saneamento. DNÁguas, Maputo.
- Alpers**, Eduard A, 1972.-The yao in Malawi :the importance of local research the early History of Malawi,London,Longman.
- Alpers** Eduard A, 1975.-War and culture in pre-colonial Mozambique:the Macua o Macuana.Los Angeles, African Studie Center,Un. Of Califórnia.
- Amadiume**, Ifi 1987 *Male Daughters, Female Husbands*. Atlantic Highlands, N.J.: Zed Books.
- Amadiume**, Ifi 1997 *Reinventing Africa – Matriarchy, Religion, Culture* , Zed Books Ltd, London.
- Amin**, Samir.1973. Le Développement Inégal, essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique; Les Éditions de Minuit; Paris.
- Ann Harbor**:University Micr. International,1976.
- Apter**, David.1987. Rethinking Development: modernization, dependency and Postmoderns Politics; Sage Publications, Newbury Park.
- Athmer**, Gabrielle 1996 “An Inventory of Savings and Credit Schemes in Mozambique – A Focus on Nampula”. SNV, Nampula.
- Benda Beckmann**,F. von.1991. *Legal uncertainty and land management*; in: H.Savenije and A. Huijsman (eds). Making hast slowly; Royal Tropical Institute, Amsterdam; pp.75-88.
- Bhalla**, R.S.1996. Property rights, public interest and environment; in: Juma&Ojwang (eds.) In Land We trust: Environment, Private Property and Constitutional Change; Zed Books; London.
- Binswanger**, Hans and John McIntire.1987. *Behavioral and material determinants of production relations in landabundant tropical agriculture*; Economic Development and Cultural Change, Vol.36, No.1; the University of Chicago.
- Blaikie**, P. 1985. Political economy of soil erosion in developing countries. Longman, London.
- Blaikie**, P. and H. Brookfield (eds).1987. Land degradation and society; Methuen; New York.
- Boron**, Atilio A. 1994 *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, Paz e Terra, S. Paulo, Brasil.
- Bruce**, John.1993. Do Indigenous Tenure Systems Constrain Agricultural Development?; in: Basset (ed) 1993. Land in African Agrarian Systems; The University of Wisconsin Press, Madison.
- Bundy**, Colin.1979. The Rise and Fall of South African Peasantry; Heinemann; London.
- Cadernos de Saúde Pública**,1993, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Vol 9,
- Capela**,José, 1993-Mentalidade escravista em Moçambique,1837-1900 in«o escravismo colonial em Moçambique,Porto,Edições Afrontamento,1993.
- Casas et al**,1998, Perfil do Género na Província de Nampula, mimeo
- Casimiro**, 1986 Transformação nas relações homem/mulher em Moçambique. Tese de Licenciatura. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane.
- Casimiro**, Liberman e Osório, 1991 The Status of Women’s Studies in Africa: Research on Women and Gender in Mozambique. Document presented at: The African Studies Association Annual Meeting – Workshop on the Status of Women’s Studies in Africa, St. Louis, USA.
- Cepaur**. 1986. Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro; in: *Development Dialogue, Número Especial* 1986.
- Cernea**, M.M.1994. *Environmental and social requirements for resource-based regional development*; Regional Development Dialogue, Vol.15, No.1: pp. 186-198.
- ChauDhuri** ,K.N-Traid and civilization in the indian ocean,Cambridge University Press,1990.
- Chayanov**, A.V.1966 (1923). The Theory of Peasant Economy; Irwin, Illinois.
- Chitick**,A .Neville East Africa and the orient:ports and trade before arrival of de porugueses,UNESCO Paris,1980.
- Coates,1998
- Cooperação Suiça** 1997 “Uma Vida Boa – Perspectivas Locais de Desenvolvimento em Nametil, Mecubúri”, Projecto Mecubúri MOZ-44, Mecubúri, Nampula.
- Daly**, Herman.1996. Beyond Growth: the economics of sustainable development; Beacon Press, Boston.
- Dejene**, A. and José Olivares. 1991. Integrating Environmental Issues into a Strategy for Sustainable Agricultural Development. World Bank Technical Paper Number 146. The World Bank; Washington.

- Der Walt**, A.J.van (ed.).1991. Land Reform and the Future of Landownership in South Africa; Juta & Co, Ltd; Wetton.
- Diop**, Cheik Anta 1987 *Precolonial Black Africa: a comparative study of the political and social systems of Europe and black Africa, from antiquity to the formation of modern states*, Lawrence Hill & Co., Westport, USA.
- Diop**, Cheik Anta 1989 *The Cultural Unity of Black Africa: The Domains of Matrarchy and of Patriarchy in Classical Antiquity*, Karnak House, London.
- Diop**, Cheik Anta 1991 *Civilization or Barbarism: An Authentic Anthropology*, Lawrence Hill Books, Brooklin, New York.
- Eckholm**, E.1976. Losing ground: environmental stress and world food prospects. W.W.Norton; New York.
- Elson**, Diana 1997 Gender Analysis and Economics in the Context of Africa. In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*, CODESRIA, Dakar.
- Galbraith**, J.K.1958. The affluent society; Penguin; Harmondsworth.
- Galbraith**, John K.1967. O Novo Estado Industrial; Publicações Europa-América, Mem Martins.
- Geertz**, Clifford, 1989, a interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- Geffray**, 1987-Travail et simbole dans la société Makhwa, Paris.
- Geffray**-A causa das armas.
- Griffiths**, J.1990. *Legal pluralism and the working of law*; Gronningen; unpublished paper.
- Gunnarsson**, Christer.1992. What is New and What is Institutional in the New Institutional Economics? An essay on old and new institutionalism and the role of the state in developing countries. *Scandinavian Economic History Review*.
- Hafkin**, Nancy Jane-Trade, society and politics in northern Mozambique c.1753-1913.
- Hay**, Margaret Jean y Stichter , Sharon 1984 *African Women South of the Sahara*. New York, Longman.
- Hesseling**, Gerti.1995. *Legal and institutional incentives for local environmental management*; African Studies Centre, Leiden; unpublished paper.
- Hill**, Polly.1979. Development Economics on Trial: the anthropological case for a prosecution; Cambridge University Press, Cambridge.
- Imam**, Ayesha Mei-Tje s/d The Presentation of African Women in Historical Writing. In: Kleinberg, S. Jay (ed) *Retrieving Women's History. Changing perceptions of the Role of Women in Politics and Society*, Berg/UNESCO, pp. 30-40.
- Imam**, Ayesha M. 1997 Engendering African Social Sciences: An Introductory Essay. In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*, CODESRIA, Dakar.
- Inquérito** Demográfico e de Saúde 1997
- IUCN**, 1980 - International Union for the Conservation of Nature - World Conservation Strategy: Living Resources Conservation for Sustainable Development; United Nations Environment Program and World Wildlife Fund; Gland.
- Krieger**, Joel (ed) 1993 *The Oxford Companion to Politics of the World*, Oxford University Press, Oxford e New York.
- Leite**, Joana-Economia global e Gestão AEDG/ISCTE, 1996 Lisboa.
- Lélé**, Sharachchandra.1991. Sustainable development: a critical review. in: World Development, Vol.19, No.6, pp. 607-621.
- Letsoalo**, M.1987. Land Reform in South Africa: a black perspective; Skotaville Publishers; Johannesburg.
- Little**, P. and M. Horowitz. 1987. Lands at risk in the Third World: local-level perspectives. Westview Press; Boulder.
- Lobato**, Alexandre, 1995-Panorama histórico da Ilha de Moçambique, A.GU, 1966 Lisboa.
- Mackay
- MAP** (Ministério de Agricultura e Pesca, daqui em diante MAP)1995. Política Nacional de Terras e Estratégia de Implementação; mimeo; Maputo.
- MAP**.1996. Projecto de Revisão da Lei de Terras, versão Outubro 1996; mimeo; Maputo.
- MAP/MSU**, 1998
- Marrule et al**, 1998
- Martins**, Helder F. B., 1985, apontamentos de estatística sanitária e hospitalar.

- Mbwiliza, J.F.** – Towards a political economy of northern Mozambique: The Macua interland 1600-1900, Columbia, 1980.
- McFadden, Patricia** 1997 Challenges and Prospects for the African Women's Movement into the 21st Century. In: Seminar on "Taking the African Women's Movement into the 21st Century, AWLI, Kampala, pp. 26-34.
- McFadden, Patricia** 1997 Knowledge production in the Academy. In: *SAPEM*, Vol. 10, N° 11, Harare, pp. 25-26.
- McFadden, Patricia** 1998 Feminist Thinking and African Women's Perspectives. In: *SAPEM*, Vol. 11, N° 4, Harare, pp. 25-27.
- McFadden, Patricia** 1998 On being an African Feminist, Scholar and Activist. In: *SAPEM*, Vol. 11, N° 5, Harare, pp. 26-30.
- McNamara, Robert**. 1990. Africa's Development Crisis: Agricultural Stagnation, Population Explosion, and Environmental Degradation; *Address to the Africa Leadership Forum*, Ota, Nigeria June 21, 1990; The World Bank, Washington D.C.
- Médicos Sem Fronteira**, Boletim de Segurança Alimentar n.50, Diagnóstico Definitivo, 46 p.
- Mies, Maria** 1986 *Patriarchy and Accumulation on a World Scale – Women in the International Division of Labour*, Zed Books Ltd, London.
- Moyo, Sam**. 1995. The Land Question in Zimbabwe; Sapes Books; Harare. Moyo, 1995
- Mwanza, Allast** (ed.). 1992. Structural Adjustment Programmes in SADC: Experiences and lessons from Malawi, Tanzania, Zambia and Zimbabwe; SAPOES Books, Harare.
- Myers, G. and H. West**. 1992. *Legitimidade política a nível local e segurança de posse da terra em Moçambique*; Extra No.10; pp. 34-39. n. 4, 1993.
- Negrão, José**. 1995. One hundred years of African rural family economy; Lunds Universitet / Reprocentralen, Lund.
- Noronha, Raymond**. 1995. *Mozambique. Land tenure and use: issues and options*; The World Bank; unpublished paper.
- North, Douglass C.** 1990. Institutions, institutional change and economic performance; Cambridge University Press, Cambridge. Oxford University Press, New York
- Platteau, Jean-Philippe**. 1996. The Evolutionary Theory of Land Rights as Applied to Sub-Saharan Africa: A critical Assessment; *Development and Change*, Vol. 27, 29-86.
- Potash, Betty** (1992) Las Relaciones entre los Géneros en Africa Sub-Sahariana. In: *Espejos y Travesías – Antropología y Mujer en los 90*, Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres N° 16, pp. 125-147 e 162-169.
- Quan, Julian**. 1998. Issues in African Land Policy: Experiences from Southern Africa; Natural Resources Institute, The University of Greenwich; Kent.
- Quarry et. al.**, 1998. Uma Avaliação Externa do Projecto Moz 2: Abastecimento de Água Rural em Cabo Delgado, Maputo, 1998.
- Rahnema, Majid** (ed.). 1997. The Post-Development Reader; Zed Books, London.
- Redclift, M.** 1987. Sustainable development: exploring the contradictions; Methuen, New York.
- Remane et al**, 1998
- Roberts, Nigel**. 1989. The World Bank and the Training and Visit System in East Africa, in: N. Roberts (ed) *Agricultural Extension in Africa*; The World Bank; Washington D.C.
- Rosaldo, Michelle** 1974 "Women, Culture and Society: A Theoretical Overview". In: Michelle Rosaldo y Louise Lamphere eds, pp. *Women, Culture and Society* 17-43, Stanford University Press, Stanford.
- Schrijvers, Joke** 1991 "Autonomy as policy: A matter of boundaries?". In: *Across Boundaries: Women's Perspectives* (W. van Zanten eds) Research and Documentation Center Women and Autonomy, Leiden.
- Schultz**, 1988
- Schwalbach, João**, 1998, Saúde e Medicina: o eu e o outro, Maputo.
- Scott, Catherine V.** 1995 *Gender and Development. Rethinking Modernization and Dependency Theory*, Lynne Rienner Publishers, EUA.
- Sen, A.K.** 1983. Poor, Relatively Speaking. *Oxford Economic Papers*, Vol. 35 N°2 (July), p. 153-169.
- Serageldin, Ismail** (ed.). 1994. Making Development Sustainable: from concept to action; in: *Environmentally Sustainable Development Studies Series n°2*; The World Bank, Washington D.C.
- Sjaastad & Bromley, 1997

- Sjaastad**, E. and D.Bromley.1997. Indigenous Land Rights in Sub-Saharan Africa: Appropriation, Security and Investment Demand; in: *World Development*, Vol. 25 n°4, 549-562.
- Stern**, Peter, 1979, Small Scale Irrigation.
- Stiglitz**, Joseph.1988. Economic organization, information and development; in: Chenery, Hollis and T.N.Srinivasan (eds). Handbook of Development Economics.
- Streeten**, Paul, et al.1981. First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries; Oxford University Press; New York.
- Streeten**,1982
- Tadesse**, Zenebeworke s/d Breaking the Silence and Broadning the Frontiers of History: Recent Studies on African Women. In: Kleinberg, S. Jay (ed) *Retrieving Women's History. Changing perceptions of the Role of Women in Politics and Society*, Berg/UNESCO, pp. 356-364.
- Tanner**, C. et al.1998. Propostas para um Programa de Delineação das Comunidades Locais; *mimeo*, Maputo.
- Telecky**, T and D. Lyn.1995. Big Game, Big Bucks: the alarming growth of american trophy hunting industry; The Humane Society of the United States and Humane Society International; Washington, DC.
- Therkildsen**, Ole. 1985, Watering While Elephants.
- Thomson**,J.T.1992. A framework for analyzing institutional incentives in community forestry; FAO, Rome.
- Todaro**, Michael.1989. Economic Development in the Third World. Longman; New York.
- Tomasevski**, Katarina 1993 (prepared by) *Women and Human Rights*, Zed Books Ltd, London.
- Tsemo**, 1992 Direitos e papel da mulher africana no contexto político-jurídico tradicional: Evolução e perspectivas. In: *Estudos Moçambicanos* N° 11/12, Nov., CEA, UEM, Maputo, pp. 185-210.
- UNIDO**. 1978. Industrialization and Rural Development; United Nations, New York.
- Vargas**, Virginia 1997 Reflexiones en torno a los procesos de autonomia y la construcción de la ciudadanía feminina en la región, Centro Flora Tristán, Perú. Internet.
- Water** Supply and Sanitation in developing countries, 1998.
- World Bank**.1989. Sub-Saharan Africa: from crisis to sustainable growth; Washington.
- World Bank**.1992. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992: desenvolvimento e meio ambiente. Oxford University Press, Washington.
- World Commission on Environment and Development**. 1987. Our Common Future;
- WWF**.1996. Campfire: income and allocation 1989-1995; WWF Programme Office; *mimeo*, Harare.

EIXOS EM QUE A ESTRATÉGIA ASSENTA:

. TAXA DE POUPANÇA

. TECIDO INSTITUCIONAL

. DIREITOS FUNDAMENTAIS

. PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES

TAXA DE POUPANÇA

Aumentar o rendimento per capita

Recomendação

. Criação de um mecanismo que se dedique, sistematicamente, à identificação de produtos com maiores rendimentos relativos, pesquisa de mercado, informação sobre oportunidades, divulgação tecnológica junto dos principais agentes económicos agrários da província e respectiva disseminação pelos produtos familiares.

Mobilização da poupança

Recomendação

. É necessário que se estabeleça a ligação entre a poupança das concessionárias, dos privados e dos comerciantes com o aumento do rendimento per capita. Isto só é possível se a poupança desses passar a ser depositada na Banca que a transformará em capital a ser investido com benefícios directos para os produtores familiares através da melhoria tecnológica, melhores insumos e diversificação de insumos.

. Que se avance para a criação de agro-indústrias de dimensão média para acrescentar valor à produção do sector familiar e como garantia de mercado para a sua aquisição.

. Torna-se imprescindível o envolvimento da Banca com vista à mobilização da poupança para o investimento produtivo.

TECIDO INSTITUCIONAL

Diminuição dos custos de transação

Recomendação

. Que se estude junto do Governo e da sociedade civil em geral, como desenvolver uma acção concertada para assegurar o exercício dos direitos de propriedade.

Equidade da distribuição dos rendimentos

Recomendação

. Realização de um seminário para partilha de informação sobre as iniciativas em curso e identificação de mecanismos de diálogo sistemático entre os vários parceiros baseado no princípio de vantagens mútuas.

DIREITOS FUNDAMENTAIS.

A massificação dos serviços sem pôr em causa a sua qualidade

Recomendação

. Que se continuem a apoiar as acções em curso que estão concertadas e programadas para a gradualidade do aumento das taxas de cobertura dos serviços, salvaguardando o equilíbrio nas relações de género e dando-se particular atenção à saúde preventiva e de primeiros socorros, ao enriquecimento do conhecimento tradicional, ao acesso a água e melhoria da dieta alimentar, a educação básica não-formal incluindo o recurso às escolas corânicas e às línguas maternas.

. Que através de seminários sectoriais se desenvolva o diálogo com vista à concertação sobre os papéis específicos do Estado, da cooperação internacional, das comunidades e dos vários actores que actuam na Província.

Sustentabilidade do uso dos recursos

Recomendação

. A definição de um plano estratégico que tenha em vista a produção de efeitos imediatos e auto-multiplicáveis ao nível provincial.

Coerência da distribuição regional

Recomendação

. A criação de um programa para a capacitação dos distritos para os trabalhos de manutenção regular

. A coordenação de esforços e a definição de responsabilidades e incentivos para os vários parceiros que usam e se esforçam pela manutenção das vias de comunicação ao nível distrital.

PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES

A legitimidade do poder do Estado

Recomendação

. Que se solidifique o exercício da planificação participativa ao nível do Distrito/Localidade e se comece a estruturar a criação de conselhos consultivos e/ou deliberativos que representem os vários poderes que actuam nos distritos incluindo, entre outras funções, o planeamento nas áreas económica, do uso da terra/recursos naturais e das actividades relacionadas com o desenvolvimento do capital humano, entre outras, saúde e sanidade.

A criação das condições materiais e humanas para o exercício do poder

Recomendação

. Que sejam criados ao nível dos Governos Provincial e Distrital, Bancos de Dados, onde se recolha e sistematize a informação existente que diga respeito a áreas estrategicamente relevantes, com vista a enriquecer a tomada de decisões.

. Que sejam incentivadas as instituições do ensino superior da província a fazer o acompanhamento e o estudo da evolução das relações de género derivadas das mudanças induzidas pelo processo de desenvolvimento.